

A **re**invenção da cidade:

práticas urbanas e apropriações do espaço
público contemporâneo no Parque Ecológico
do Cocó, Fortaleza-CE

Gleison Maia Lopes



Editora
IFMA

Gleison Maia Lopes

A **re**invenção da cidade:

práticas urbanas e apropriações do espaço
público contemporâneo no Parque Ecológico
do Cocó, Fortaleza-CE

1ª Edição

São Luís - MA
IFMA
2018

Instituto Federal do Maranhão

Francisco Roberto Brandão Ferreira
Reitor

Ximena Paula Nunes Bandeira Maia da Silva
Pró-reitora de Ensino

Natilene Mesquita Brito
Pró-reitora de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação

Fernando Antônio Carvalho de Lima
Pró-reitor de Extensão e Relações Institucionais

Washington Luis Ferreira Conceição
Pró-reitor de Administração

Carlos César Teixeira Ferreira
Pró-Reitor de Planejamento e Desenvolvimento Institucional

Gedeon Silva Reis
Diretor da Editora IFMA

©2018 dos autores

A reprodução ou transmissão desta obra, ou parte dela, por qualquer meio, com propósitos de lucro e sem prévia autorização dos editores, constitui violação de direitos autorais (Lei 9.610/98).

Direitos Reservados desta edição
Editora IFMA

Revisão
Ana Kennya Félix Gutman
Joelina Maria da Silva Santos
Paula Francinete Ribeiro de Araújo

Projeto Gráfico e Diagramação
Luís Cláudio de Melo Brito Rocha

Conselho Editorial da Editora IFMA

Presidente
Gedeon Silva Reis

**Pró-reitoria de Pesquisa,
Pós-graduação e Inovação**
Natilene Mesquita Brito

Pró-reitoria de Extensão
Fernando Antonio Carvalho de Lima

Técnicos Administrativos
Maria do Socorro Silva Lages
Luís Cláudio de Melo Brito Rocha

Bibliotecário/documentalista
Michelle Silva Pinto

**Coordenador de Curso
de Pós-graduação**
Hênio Henrique Aragão Rego

Ciências Agrárias
Delineide Pereira Gomes
Regia Maria Reis Gualter

Ciências Biológicas
Douglas Rafael e Silva Barbosa

Ciências Exatas e da Terra
Raimundo Santos de Castro
Helson Ricardo da Cruz Falcão

Ciências Humanas
Odaléia Alves da Costa

Ciências da Saúde
Carolina Abreu de Carvalho

Engenharias
Orlando Donato Rocha Filho
Antonio Ernandes Macedo Paiva

Linguística, Letras e Artes
Paula Francinete Ribeiro de Araújo

Apoio Técnico
Diego Deleon Mendonça Macedo
Luís Cláudio de Melo Brito Rocha

L864r Lopes, Gleison Maia.

A reinvenção da cidade: práticas urbanas e apropriações do espaço público contemporâneo no Parque Ecológico do Cocó, Fortaleza-CE. / Gleison Maia Lopes. _ São Luís: EDIFMA, 2019.

248 p. il.
ISBN: 978-85-69745-44-0

1. Planejamento urbano - cidade. 2. Espaço público - Parque Ecológico. 3. Natureza - sociedade. 4. Parque Ecológico do Cocó. 5. Proteção ambiental. 6. Espaço público - práticas urbanas - apropriações urbanas I. Título.

CDU 711.4:341.221

Ficha Catalográfica elaborada por Michelle Silva Pinto - CRB 13/622

*À minha vó Ana Gadelha Maia, pelos olhares que me abraçavam e
beijos que curavam, pelos exemplos de dignidade, honestidade e força
perante as dificuldades da vida.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, pelos momentos de dificuldade em que n'Ele pude me apoiar e fortalecer meus pensamentos e pela paz e certeza necessárias em cada fase da minha vida.

À minha Avó Ana, por todo amor a mim compartilhado e por todos os momentos que sempre lembrarei com saudade e eterno amor.

Ao meu Pai, Roberto, por me proporcionar um espelho de honestidade e me ajudar nas escolhas mais corretas. À minha mãe, Luíza, pelos momentos de carinho e afetuosidade, pelas orações e amor dedicado.

Aos meus irmãos Júnior e Kátia pelo crescimento compartilhado, convivência diária, carinho e amor.

À minha sobrinha Iohana pelo amor que, com seu nascimento, aflorou em mim.

Às minhas tias Dora, Nandinha, Meire, Marilaque, Luíza e tio Alexandre, pelo apoio nos momentos difíceis e carinho com que sempre me trataram. Ao incentivo aos estudos, sem o qual não teria adentrado na Universidade, e pela crença no meu potencial e valor humano, apreendido ao longo da minha criação familiar.

A toda minha família: tios, primos, primas pelo incentivo e convivência harmoniosa. Por sempre estarem ao meu lado,

independentemente da situação, pela compreensão e amor, que nem os erros puderam superar. Pelos momentos felizes e carinhosos que tivemos.

À Professora Danyelle Nilin Gonçalves, minha orientadora, por ter me ajudado, ao longo desses dois anos de estudos, a me especializar na área de estudos da cidade e acreditar no meu potencial acadêmico, possibilitando-me um aprendizado e um acompanhamento acadêmico essencial a minha formação.

Aos professores e colegas de pesquisa dos Laboratórios LEPEC, LEPOP, COVIO e GESTU, pela caminhada, que juntos fizemos, e pelo enriquecimento intelectual e amizade compartilhada ao longo desses estudos.

Agradeço também à professora Geísa Mattos pelas contribuições dadas na qualificação e na defesa, assim como por todo apoio recebido e disponibilidade ofertada.

Agradeço à Professora Irlys Barreira pela participação na banca de qualificação e pelas diversas ideias e dicas de pesquisa, que muito me ajudaram no andamento da análise.

À professora Adelita Carleial, agradeço por todo o companheirismo de sempre, pela amizade e carinho sempre devotado, e incentivo e suporte ao pleno desenvolvimento do meu potencial.

Aos professores do Curso de Ciências Sociais da UECE e UFC, pela formação e comprometimento com a valorização de cada ser humano.

À Bárbara, pelo companheirismo dedicado durante a realização deste trabalho.

A todos os meus irmãos de coração: Binho, André, Alan, Thiago, pelos momentos descontraídos de conversas e brincadeiras que me ajudaram a não sair de mim nos momentos mais difíceis. Pelo carinho e crescimento mútuo. Às minhas amigas, também tidas como irmãs: Gisele, Bruna, Alana, Karlinha, Héliida, por todos os momentos carinhosos e felizes que tivemos. Pelas conversas descontraídas e apoio recebido. À minha família de coração, irmãos da vida: André, Rubens (Rubin), Neto (Canutto), Tuany (Tutys), Evelize (muito obrigado pelas diversas ajudas, minha amiga), Dayane, Hélder, Hilton, Cesinha (Mamá), Paulin, Fabin, pela amizade incontestada e, mesmo com a distância devido aos afazeres diários, pelo carinho e comprometimento mútuo. Vocês todos são parte de tudo de bom que acontece em minha vida e fazem parte dela.

À turma de Mestrado em Sociologia da UFC, em especial meus amigos Wendel (Mucas), Aline, Glauber (Gaubas), Geníria, Daniel (Goias), Sérgio e Luciana pela grande ajuda e companheirismo de sempre, muito obrigado a todos. Conhecê-los foi uma dádiva que levarei por toda a vida e que, com certeza, compartilharemos ainda muitos momentos felizes.

Agradeço também à CAPES, pela concessão da bolsa e por possibilitar a execução dessa pesquisa.

Enfim, a todos que me ajudaram de alguma forma a realizar esse trabalho e melhorar enquanto ser humano. Minha gratidão e meus mais sinceros agradecimentos.

“Ainda que se pense que o que se vê é pura realidade

Na verdade, o que se está a ver

Não é mais que um lapso

Distorcido da eternidade [...]

Eu poderia nascer indiano, sino africano, viver muitos anos

Pra depois morrer e voltar a nascer

Como alemão ou americano

Porque então tanta animosidade

Se alma não tem nacionalidade”

(Fauzi Beydown).

SUMÁRIO

PRÉFACIO.....	17
1 INTRODUÇÃO	21
1.1 A voz do campo: a construção metodológica como fazer cotidiano	30
1.2 Pelas trilhas da pesquisa: caminhos do fazer etnográfico...35	
1.3 As ferramentas conceituais de apreensão do campo e a estruturação da pesquisa.....	43
2 A CIDADE E A NATUREZA	51
2.1 Olhando para trás: a produção do saber sociológico sobre a cidade	53
2.1.1 O Parque Ecológico do Cocó em análise.....	69
2.2 O Parque do Cocó e a cidade de Fortaleza: uma análise sócio-histórica.....	81
2.3 A mudança de percepção social em relação ao meio ambiente: o discurso preservacionista em pauta	95
2.3.1 Quando o “verde” é o novo “mar”: o parque como reserva discursiva de ligação entre homem e meio ambiente...100	
3 OS USOS DO PARQUE: AS AUTORIAS NO ESPAÇO PELOS SUJEITOS E AS RELAÇÕES SOCIAIS ESTABELECIDAS .107	
3.1 No Canto da trilha e nas margens do rio: o Cocó como moradia	114

3.1.1 Moradores do entorno do parque.....	115
3.1.2 Moradores das margens do rio.....	118
3.2 O Cocó como campo de "Trabalho" / "Lazer"	121
3.2.1 Caminhantes	121
3.2.2 Lavadeiras.....	125
3.2.3 Pescadores	139
3.2.1.1.Os conflitos nas relações cotidianas de apropriação do Parque.....	145
3.2.1.2 Os pescadores e os guardas do Parque: uma disputa por nomeação	163
4 VISIBILIZANDO O CONFLITO: O PARQUE DO COCÓ E AS LUTAS "NA" E "PELA" CIDADE.....	173
4.1 A "imediatez" do uso: o Cocó como espaço de reivindicação.....	174
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	221
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	227
ANEXOS.....	239
ANEXO I	241
ANEXO II	243
ANEXO III.....	245

PRÉFACIO

É com imensa satisfação que escrevo estas linhas para o pré-fácio do livro de Gleison Maia Lopes. A dissertação, ora transformada em livro, intitulada PRÁTICAS SOCIAIS E COTIDIANO: O PARQUE ECOLÓGICO DO COCÓ EM ANÁLISE, foi orientada por mim e apresentada ao programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará no ano de 2014. Apesar de terem passado 4 anos, ela segue atual pelo que se propôs a investigar: a apropriação do Parque Ecológico do Cocó pelos agentes sociais - que diariamente dele se utilizavam.

O autor buscava entender as relações de poder existentes nesse processo e os conflitos resultantes desse contexto. O Parque do Cocó, área verde de intensa visibilidade econômica, política e social de Fortaleza vem se constituindo ao longo de sua história como um lugar de lutas dos movimentos sociais em torno da defesa ambiental. Quando da escrita do livro, ainda não possuía sua existência social e legal juridicamente efetivada, algo que efetivamente ocorreu em 04 de junho de 2017, após 40 anos desde a primeira tentativa.

O autor demonstra a partir de suas pesquisas como esse espaço se constitui como um local de discursos variados e agentes diversos que se conflituam em torno da definição dos rumos mais apropriados pra esse espaço. Para isso, demonstra como lavadei-

ras, pescadores, moradores das margens do rio se relacionam com outros usuários do parque, como caminhantes, moradores do entorno e manifestantes que reivindicam outros usos para o espaço, estabelecendo um complexo sistema de interações e relações nesse campo. Mostra ainda que ocorre uma disputa pela definição dos usos legítimos desse espaço na esfera pública.

A metodologia empregada foi a de etnografar os usos pesquisados, aliando esse procedimento a entrevistas semiestruturadas e observação participante em determinados momentos de apropriação e produção de discursos sobre o parque, tais como assembleias, fóruns, seminários, debates, manifestações, passeatas e demais eventos, que envolvessem o Parque do Cocó, além de pesquisas bibliográficas, análise de documentos e jornais.

Nesse sentido, a pesquisa de Gleison Lopes se mostra bastante diversificada, em grande parte graças ao seu esforço empreendido como pesquisador que abraçou o campo, tentando extrair dele tudo que era possível no momento. Por causa disso, o autor foi testemunha de momentos ricos de simbologia, o que permitiu que sua dissertação pudesse ter reflexões acerca do momento, mas para além dele.

A pesquisa demonstra que o referido parque reflete em si uma disputa pela cidade, que historicamente distribuiu desigualmente aos indivíduos em seu território, reproduzindo relações de poder hierarquizadas e desiguais, onde os indivíduos providos de

agência ressignificam esse contexto e produzem formas cotidianas de resistência. O Parque passa a representar em si uma forma de planejamento urbano, que dispõe os indivíduos de maneira desigual, mas que incorpora um processo de insurgência diária, de resistência a formas de imposição e normatização de práticas.

O trabalho se divide em 4 capítulos, além das considerações finais nos quais, Gleison Lopes lança mão de uma análise sócio histórica para situar o parque e a cidade, demonstrando como há uma mudança de percepção social em relação ao meio ambiente, quando os discursos sobre o verde e a preservação entram em ação. Durante os capítulos, o autor discute como o parque tem diferentes usos, que vão desde a moradia (quando ele analisa os moradores do entorno do parque e os que moram à margem do rio), o trabalho e lazer (quando são analisados os caminhantes, lavadeiras e pescadores e os conflitos em torno dos agentes que compõem o lugar). Acompanhando os eventos de 2013, quando integrantes de movimentos ambientalistas e contrários à construção de um viaduto colado ao parque ocuparam o Parque durante aproximadamente 3 meses, o autor escreve sobre o Cocó como espaço de reivindicação e de resistência.

Os anos posteriores à defesa demonstraram que o Parque do Cocó continua sendo palco de disputas, conflitos e apropriações. Cada vez mais apreciado pelos moradores da cidade de Fortaleza e contando com diversas atividades esportivas (trilhas, caminha-

das, corridas, ciclismo, danças de salão, yoga, zumba, etc) e de lazer (piqueniques, concertos musicais, aniversários), sobretudo nos finais de semana, vem ganhando projeção como um espaço de vida verde, saudável, contribuindo para a sociabilidade do habitante de uma cidade cada vez mais violenta e desigual. Por sua vez, interesses econômicos vem ampliando a especulação imobiliária e tensionando as relações com os movimentos sociais.

Por tudo isso, este trabalho deve ser lido com prazer pela preocupação, rigor metodológico e pela imaginação sociológica que o autor empreendeu numa pesquisa que iniciou na graduação, passou pelo mestrado e que vem oferecendo muitos frutos.

Certamente esse livro oferecerá pistas para que outros pesquisadores se debruçem sobre os espaços e conflitos citadinos.

Danyelle Nilin Gonçalves

Doutora em Sociologia, professora adjunta da Universidade Federal do Ceará - UFC, vinculada da Programa de Pós graduação em Sociologia- PPGS, da Universidade Federal do Ceará-UFC.

1 INTRODUÇÃO

O trabalho acadêmico se caracteriza por uma estrutura básica posta aos pesquisadores que, por meio de inúmeras tentativas, tentam ressignificá-la e transformá-la, mas que, por exemplo, tem de obedecer minimamente a algumas características e estruturas. Entretanto, às vezes, se esquece da imponderabilidade científica que o trabalho de campo é, em sua essência, e se monta caixas de ferramentas como se o campo estivesse ali, pronto para ser desvendado e categorizado em frente das nossas observações. Esquece-se, de certo modo, a riqueza do impossível – existente dentro do real empírico pesquisado – e a imprevisibilidade que o contato com o outro tem como característica.

Essa intempestividade em frente da previsão do conhecimento científico muitas vezes mostra ao pesquisador que sua “caixa de ferramentas” deve ser repensada e, até mesmo, se o que ele pretende entender pode ser apreendido com o material existente nesta.

Esta pesquisa não foge a essa regra. Iniciou-se, devido a um contato anterior, achando-se que o campo seria mais facilmente apreendido e que os dados seriam mais facilmente coletados, analisados, e pronto, pesquisa terminada! Todavia, essas etapas, que mesmo sendo postas de maneira linear, acontecem de maneira simultânea, ocorrem de modo a mostrar ao pesquisador que o campo tem voz e que sua existência independe da pesquisa realizada;

que sua existência está ancorada na elaboração cotidiana da vida social, alicerçada nas escolhas diárias dos sujeitos que o compõem, nos conflitos e relações sociais estabelecidas naquele espaço, que não precisa ser apreendido cientificamente para existir.

O objetivo desta pesquisa, inicialmente, era entender como se dava a apropriação do espaço público da cidade de Fortaleza¹, especificamente do Parque Ecológico do Cocó². Buscava-se entender como determinados usos desse local se relacionam com a sua criação “institucional”, usos não necessariamente anteriores a essa criação.

Pensou-se, desse modo, inicialmente, em analisar como se dão as práticas sociais das lavadeiras, pescadores, policiais e moradores das margens do rio e do entorno do parque, grupos que utilizam cotidianamente o Parque do Cocó. Entretanto, a pesquisa teve alguns incrementos³ em sua trajetória, que terminaram por abarcar outras formas de análise dos usos e situações, que envolvem o referido campo em questão, como o processo de ocupação do espaço do parque por movimentos sociais, que lutam contra a construção de um viaduto em sua área.

1 Fortaleza é a capital do Estado de Ceará, que possui 2,5 milhões de habitantes, e é a quinta capital brasileira em termos de número populacional, de acordo com dados publicados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

2 O Parque Ecológico do Cocó é uma área verde existente na cidade de Fortaleza. Demarcado para fins de futura criação em 1989 e, posteriormente, teve sua área abrangida em 1993. Atualmente, o parque não existe juridicamente, mas tem uma existência social e cotidiana de grande vivacidade dentro da capital, onde diversos indivíduos e grupos se relacionam com a diversidade ambiental característica daquele espaço.

3 Inserção de novos grupos como sujeitos da pesquisa devido às descobertas e apreensões das imponderabilidades do campo que inseriram novos sujeitos na análise.

O embate com os movimentos se iniciou com a tentativa de a Prefeitura Municipal de Fortaleza construir um viaduto no encontro das Avenidas Engenheiro Santana Júnior com Antônio Sales, no bairro Cocó, na cidade de Fortaleza. Denunciando falhas no projeto e ilegalidades na execução da obra, grupos sociais ocuparam⁴ o local e estabeleceram uma disputa social, judicial e política em torno da construção desse viaduto.

Imerso nesse contexto de extrema riqueza sociológica para a construção da pesquisa, algumas inquietações se colocaram e ganharam corpo e forma ao longo das orientações, pois passei a perceber o Parque do Cocó como espaço de práticas sociais conectadas por uma lógica específica inserida numa relação de poder estabelecida.

Entender o processo de sociação dos usos, nessa lógica, passou a ser necessário para essa análise. Tentou-se, assim, dar as rédeas da pesquisa ao próprio campo, permitindo direcionar as análises no sentido de demonstrar a vivacidade da prática cotidiana, que é apropriar o espaço público urbano, deixando-se “levar pelo campo”, assim como afirma Levi-Strauss. (2006). Desse modo, entender o Parque Ecológico do Cocó como espaço de disputas sociais, econômicas e políticas, no espaço urbano da cidade de Fortaleza, seus agentes, discursos e sociações, coloca-se como objetivo principal desta pesquisa.

4 Essa ocupação iniciou-se em julho de 2013 e se estendeu até outubro do mesmo ano. Os ocupantes chamaram-na de Ocupe Cocó e estabeleceram morada, neste local, por 84 dias, desde o início do acampamento, em 12 de Julho de 2013, até sua última desocupação em 4 de Outubro de 2013.

O Parque Ecológico do Cocó é a maior área verde da cidade de Fortaleza, considerada, por muitos, um dos últimos locais de encontro do ser humano com o meio ambiente na capital, sendo, por isso, um espaço fortemente disputado na cidade. Movimentos sociais, partidos políticos, empresários são apenas alguns dos que “disputam”, pelos mais variados motivos, o poder de dizer o que é o Parque do Cocó, o que se pode e deve fazer nele e quem são os atores que podem utilizá-lo.

A pesquisa que se apresenta é resultado de um processo histórico, no qual o pesquisador é resultado. Em 2007, no início da vida acadêmica, iniciei os estudos na Universidade Estadual do Ceará – UECE. Em 2008, tive a oportunidade de iniciar um trabalho de iniciação científica em que as relações sociais eram estudadas dentro do espaço urbano da cidade de Fortaleza. Nessa pesquisa⁵, os diversos bolsistas que a compunham ficavam responsáveis por determinadas áreas da cidade, a fim de elaborar mais objetivamente a pesquisa, e fiquei incumbido de pesquisar a área correspondente

5 O nome da pesquisa era ATLAS DAS DESIGUALDADES SOCIOESPACIAIS EM FORTALEZA (2000-2010), um projeto de pesquisa, que continua com as investigações iniciadas no Projeto Atlas de Fortaleza (2000), que analisou a metrópole de Fortaleza, em uma cartografia das desigualdades sociais, com dados do Censo de 2000 (IBGE). Trata-se de uma atualização que, após o Censo 2010, representará a dinâmica populacional no espaço de Fortaleza, por diferentes vieses. Dessa produção socioespacial e populacional, foi possível aproveitar a metodologia produzida em uma base com dados fornecidos pelo IBGE com setores censitários atualizados. É uma iniciativa do Laboratório de Estudos de População (LEPOP) vinculado à estrutura organizacional do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PROPGE), do Centro de Ciência e Tecnologia (CCT), com articulação com o Curso de Ciências Sociais (CCS) do Centro de Humanidades (CH), da Universidade Estadual do Ceará (UECE).

ao Parque do Cocó e adjacências. Nesse momento, meus objetivos eram construir uma análise do processo de produção da área urbana de Fortaleza, analisando os agentes envolvidos nesse processo e as consequências desse contexto, em especial a especulação imobiliária e seus resultados. Desde esse momento, minhas inquietações se voltaram àquela região e aos sujeitos envolvidos direta ou indiretamente no processo de produção e ocupação daquele espaço.

A referida pesquisa foi o suporte no qual elaborei minha análise monográfica, em que observei a especulação imobiliária dentro da cidade e no entorno do Parque Ecológico do Cocó, bem como essa especulação se relacionava com os variados usos recebidos no local.

Durante a pesquisa, pude me debruçar melhor sobre essas inquietações. Porém, esses questionamentos, como eram de se esperar, não se acabaram com o “fim” da pesquisa, pois mais dúvidas surgiram à minha cabeça e necessitaram de algum modo de “resolução”. Porém, antes de analisar o Parque do Cocó, era necessário entender um pouco do contexto social do qual é resultado.

O Parque do Cocó e sua criação é fruto de uma luta histórica⁶ dos movimentos sociais da cidade de Fortaleza que, desde a

6 Essa luta trouxe resultados quando da criação, em 1989, de um decreto de número 20.253 que delimitava a área correspondente ao atual Parque Ecológico do Cocó, como área de interesse social e de futura criação oficial desse espaço. Entretanto, a luta desses movimentos não acabou e teve como resultado um acréscimo de terras à área anteriormente referida através de outro decreto, de número 22.587, promulgado em 1993.

década de 1970⁷, se empenham na sua criação, demarcação e proteção. Desde então, o local passou a se inserir nas pautas oficiais de discussão da cidade. Mas, vale ressaltar que, mesmo com a demarcação para a criação do Parque Ecológico do Cocó, este ainda não existe juridicamente.

Essa falta de demarcação oficial do espaço traz muitos conflitos àquela região, pois são variados os sujeitos sociais que se apropriam dele e mais diversos ainda são os seus interesses.

A pesquisa percebe o parque como um local de disputa em sua essência. Entretanto, metodologicamente se precisa esclarecer como se pensou esse espaço em relação às suas formas de uso e apropriação, que são diferenciadas.

Com uma extensa diversidade ambiental extensa, o parque é cortado pelo Rio Cocó. Em meio à mata, trilhas são feitas pela ação humana. Por ser uma área vasta e com diversos recursos naturais, diferentes habitantes da cidade, utilizam-no para as mais diversas atividades. Dessa forma, aproveita-se o espaço para lavar roupas, pescar, caminhar, namorar, fazer atividades esportivas e lúdicas ou estar em contato com a natureza em sua expressão mais

⁷ Essa luta teve início na década de 1970 com movimentos ambientais como a Sociedade Cearense de Defesa da Cultura e do Meio Ambiente-SOCEMA e o Fórum Cearense do Meio Ambiente - FORCEMA e vai até movimentos sociais contemporâneos como o SOS Cocó, dentre outros. Para mais informações sobre o contexto de início das lutas ambientais em Fortaleza ver: Nottingham (2006).

literal. Alguns desses usos passaram a ser “institucionalizados”, seja pela própria ação governamental ou pela continuidade da prática.

Dessa forma, os usuários anteriores à “criação oficial” do parque (lavadeiras, pescadores e moradores das margens do rio) se relacionam e produzem sentidos, discursos e conflitos com os outros que se inseriram nesse espaço após sua demarcação para fins de futura criação, tais como caminhantes e moradores do entorno do parque. Entretanto, outros atores se inserem nesse processo, de modo a estabelecer outras formas de conflito e uso desse espaço, sejam eles: os movimentos sociais, políticos e o Estado, que disputam a definição do desenvolvimento urbano da cidade, tendo o parque como objeto metonímico dessa contenda.

O parque é utilizado de diversas formas, como local de promoção de eventos produzidos pelo governo Estadual e para shows, palestras, passeios escolares etc. Também é utilizado como local de manifestações de movimentos sociais atuantes na cidade, como espaço de especulação imobiliária empresarial, constituindo-se como um dos locais onde o preço do metro quadrado é um dos mais valorizados da cidade⁸.

⁸ Em matéria publicada no Diário do Nordeste, do dia 18 de Outubro de 2013, o bairro Cocó é o terceiro bairro com o preço do metro quadrado mais caro da cidade, tendo como valor médio o valor de R\$ 5.442. Ainda segundo o estudo o bairro Cocó, com aumento de 2, 58%, foi o bairro com maior aumento em relação aos demais bairros da cidade. Título da matéria: *Preço médio do imóvel chega a R\$ 916 mil na capital*, repórter Áquila Leite.

Percebe-se o Parque Ecológico do Cocó como um local que reflete as relações estabelecidas na cidade. Assim como a produção do espaço urbano reflete uma lógica de interesses e objetivos sociais (CARLOS, 1994), far-se-á uma análise do processo de produção política, econômica e social do local em questão. No entanto, analisar a relação entre as macro⁹ formas de uso daquele espaço e as micro¹⁰ maneiras de sua ocupação, apresenta-se como desafio nessa pesquisa¹¹. A ida a campo, desse modo, se colocou como fazer objetivo intelectual de reflexão acerca das atitudes do pesquisador em campo e das transformações encontradas dentro desse campo, dos sujeitos envolvidos nesse processo e das significações envoltas nesse contexto.

Durante os momentos iniciais da pesquisa, se elaborou diferenciadas táticas de inserção em campo, pois a diversidade dos grupos sociais existentes fazia-se necessária para tal atividade. As atividades de reflexão acerca da prática de entrada em campo colocaram-se como dados da pesquisa, pois revelavam muito mais do que atitudes de pesquisa, mas sim um jogo de valores e significados

9 Macro é uma referência que se faz aos usos do parque numa esfera econômica e política, que se dá num plano comercial não inserido na apropriação cotidiana do mesmo, por exemplo, a apropriação do parque pelas empresas construtoras e empreendimentos imobiliários e pela questão política acerca das construções naquele espaço.

10 Micro é um termo estabelecido para usos do espaço do parque que, mesmo também sendo regulados em certo modo, pela esfera econômica, inserem-se numa problemática cotidiana daquele espaço, de criação de laços de pertencimento com o espaço do parque, tendo como exemplo, moradores das margens do rio, pescadores e lavadeiras.

11 Tentar-se-á analisar objetivamente como os usos subjetivos e cotidianos do espaço do parque se relacionam com os usos politicamente e economicamente estabelecidos, tentando estabelecer a conexão entre esses usos e a inserção do parque como eixo central desse contexto.

que eu como pesquisador, e, portanto, exterior àquele local, não conhecia, e deveria criar estratégias de imersão e apreensão desses dados. Um bom exemplo foram os mecanismos de inserção na atividade de pesca no parque.

A pesca é uma atividade que se relaciona diretamente com a atividade de criação do espaço do Parque Ecológico do Cocó. Sendo proibida, essa atividade passou a ser considerada “ilegal” no cotidiano do parque e, por conseguinte, seus atores passaram a se relacionar de maneira diferenciada com os outros usuários desse local.

No momento de minha primeira ida a campo, tive algumas dificuldades de inserção com esse grupo. Devido suas atitudes, demonstravam certo desconforto em conversar comigo e receio em me revelar informações pessoais como nome e local de moradia. Com o rompimento dessas dificuldades iniciais, pude perceber que estava sendo confundido com um fiscal da administração do parque, sendo esse o motivo das recusas.

Ao analisar o discurso, como inserido em um contexto social específico e dirigido a alguém particular (VELSEN, 1987), apreendi que as falas dos pescadores representavam sua inserção no jogo de apropriação do espaço do Parque do Cocó. Suas atitudes eram recorrentes em relação à ideia do outro que estava ali para atrapalhar ou coibir sua pescaria. Pensando nas relações de poder

inseridas nesse espaço, decidi analisar a construção dos territórios¹² estabelecida pelos pescadores em relação aos demais usuários desse local, especificamente os guardas florestais do parque.

Desse momento em diante, comecei a relativizar esses dados, tratando-os como “a voz do campo” dizendo que particularidades situacionais se mostravam e necessitavam de explicação. As dificuldades foram se amenizando com métodos específicos de imersão nesse grupo, que me ajudaram a ter contato com outros usuários, como as lavadeiras, por exemplo.

1.1 A voz do campo: a construção metodológica como fazer cotidiano

Desde 2008, pesquiso o Parque Ecológico do Cocó. Entretanto, no ano de 2012, com o início da “nova” pesquisa, após algum tempo sem estar “imerso” na realidade do parque, resolvi me reaproximar do cotidiano do campo de pesquisa.

Enquanto estava tirando fotos para catalogação e futura produção de materiais, fui parado por guias do parque que me perguntaram se eu teria comigo a autorização ambiental necessária para fotografar, no local. Retruquei que não e que não sabia da necessidade de tal autorização.

¹² Ancorei-me aqui na discussão estabelecida por Haesbart (2011) acerca da discussão da importância do território na construção das noções de identidade e pertencimento a partir das relações sócio territoriais estabelecidas pelos indivíduos.

Quando da minha conversa com a atual gestora do parque, esta me informou dos procedimentos adequados para o consentimento da autorização de pesquisa no local. Dentre as especificações da autorização, que me foi concedida (Ver anexo II), algumas são interessantes serem mencionadas: 1 - Apresentar esta autorização aos policiais da CPMA, assim como aos guardas patrimoniais do Parque Ecológico do Cocó; 2 - [...] deverá respeitar as normas e condutas do Parque do Cocó; 3 - A qualquer momento esta autorização poderá ser suspensa pelo CONPAM¹³ caso o mesmo julgue necessário.

Nesse momento, percebi as normatizações operantes no espaço do Parque do Cocó em sua estrutura objetiva. Isto me ajudou a perceber os momentos empíricos da pesquisa de maneira mais clara, pois a estrutura padronizadora daquele local me havia sido imposta.

O Parque do Cocó está linearmente tendo seus usos mais restritos devido à tentativa de adequação às diretrizes de adaptação às normas do SNUC - Sistema Nacional de Unidades de Conservação. Isso será melhor trabalhado mais adiante.

A pesquisa, desse modo, foi agregando novas potencialidades à medida que se colocavam novas situações impostas pelo campo e que complexificavam a análise dos sujeitos e das apropriações que estes estabeleciam no espaço do parque.

¹³ Conselho de Políticas e Gestão do Meio Ambiente - CONPAM.

Nesse recomeço da pesquisa de campo, tive certa dificuldade em reencontrar as lavadeiras dentro do espaço do parque destinado a elas. Ao longo de semanas, fui constantemente ao parque no horário em que elas costumavam lavar e não conseguia encontrá-las. Ao longo das semanas essa inquietação foi me deixando preocupado com os rumos da pesquisa, pois mesmo estando em seu início, como poderia eu fazer uma pesquisa sem os sujeitos que compunham o campo?

Em uma de minhas buscas para encontrar as lavadeiras, conheci o Cabo João¹⁴ (Guarda da CPMA¹⁵ dentro do Parque do Cocó), integrante da equipe responsável pela patrulha e manutenção da segurança do local.

Ao ser indagado sobre as lavadeiras, ele mencionou que alguns fatores haviam diminuído a ida delas ao parque. Além da falta de água em determinados dias, um motivo relevante para pesquisa foi enunciado: o fechamento das grades do parque em determinados horários, como previsto pela gestão do local.

Tendo em vista aumentar a segurança, a ordem da gerência foi de fechar algumas entradas secundárias após o meio-dia. Desse modo, apenas as entradas principais do parque passaram a ficar abertas normalmente até às 17h. Uma dessas entradas secundárias era mais utilizada pelas lavadeiras, pois ficava próxima das comunidades em que moram.

¹⁴ Nome fictício dado ao informante.

¹⁵ Companhia de Polícia Militar Ambiental - CPMA.

Com essa proibição, elas teriam que andar um caminho muito maior para ter acesso às pias onde lavavam as roupas. Decidi ir à casa de minha maior informante: D. Liduína, lavadeira no parque há mais de 25 anos¹⁶, a fim de entender o motivo das ausências das lavadeiras.

Chegando à casa de D. Liduína, como sempre, fui recebido com um riso aconchegante e um abraço de alguém que gentilmente abre as portas de sua casa e se propõe a conversar durante seus afazeres diários, sem esboçar nenhuma inquietação ou chateação¹⁷.

Além das conversas, requeridas após um tempo de ausência, indaguei-a sobre o seu distanciamento do parque. Segundo ela, havia parado de ir durante a semana ao Parque, pois as portas se fechavam às doze horas e esse tempo era pequeno para poder lavar e fazer todo o trabalho com as roupas. Quando isso acontecia, seu filho tinha de pular a cerca do Parque para poder ajudá-la com as roupas e, segundo ela, se o guarda o visse iria fazer um baculejo¹⁸.

¹⁶ Conhecer D. Liduína e sua disposição a passar horas conversando comigo enquanto tirava minhas dúvidas, por vezes repetitivas, e me esclarecer questões que sozinho não apreenderia, me fez pensar na importância do informante chave na pesquisa antropológica. Impossível não lembrar de Foote-White e sua relação com o “Doc” (informante chave), em que este mediaria o bom acesso à comunidade e demais meios de inserção em campo.

¹⁷ Mattos (2012) e Bourdieu (1996) foram esclarecedores da relação travada por mim e minha informante chave, pois evitou que, de certo modo, fosse capturado por uma esfera de naturalização da relação por nós estabelecida. “Pactos” sociais foram acordados, assim como Mattos fez em sua pesquisa no Conjunto Palmeiras, bairro de Fortaleza/CE, a fim de estabelecer uma relação de reciprocidade nas relações, em que D. Liduína também se “utilizava” de minha companhia na comunidade, pois em diversas vezes fui apresentado desse modo: “*esse é Gleison, ele é pesquisador, é formado e é meu amigo*”.

¹⁸ *Baculejo* é o nome dado a um procedimento policial pelo qual um policial rende um suspeito para fazer averiguação física deste à procura de armas ou materiais ilícitos.

Ela me disse que não queria lavar nos dias úteis da semana, pois não desejava que o filho fosse vasculhado e exposto como “bandido”, sendo esse um dos principais motivos de seu trabalho agora se realizar no fim de semana.

Ouvindo a fala de D. Liduína, lembrei-me da fala do guarda, acerca do modo como procede seu trabalho e de como categoriza as pessoas que receberão ou não o “baculejo”. Segundo o referido policial, quando alguém que está saindo do trabalho pula a cerca para economizar trabalho, ele não faz a busca de arma, pois era um “trabalhador de bem” que ali se encontra. Todavia, quando é outro tipo de pessoa, sem camisa ou de “aparência suspeita”, ele faz o referido baculejo.

Nesse momento, conceitos como “cidadão de bem”, “trabalhador”, “bandido”, permearam a discussão, pois são as substanciações dos discursos encontradas nas entrevistas. Essas situações demonstram que o campo reflete um complexo de ações e sujeitos que se (re)produz a partir de situações particulares e situacionalizadas em seus contextos de vida e socialização.

O Parque do Cocó se insere numa lógica que extrapola o binômio público x privado / legal x ilegal tão discutido acerca dos estudos em Sociologia Urbana. Traz consigo mecanismos de entendimento da realidade da cidade a partir das forças políticas, econômicas e sociais que disputam a posse e uso desse espaço.

Em julho de 2013, houve uma ocupação que mobilizou diferentes segmentos da cidade e alterou os rumos da pesquisa, trazendo novos sujeitos e questionamentos à pesquisa. O Parque do Cocó foi ocupado por diferenciados grupos que, sob a bandeira de proteção e preservação ambiental, se uniram e articularam suas ações.

Denúncias de irregularidades da construção de um viaduto situado nas áreas do parque foi o estopim para que um acampamento fosse erguido no local. Durante quase 90 dias, os meios de comunicação, parlamentares, chefes de executivo, ativistas e a população em geral abordaram essa questão, trazendo uma centralidade temática ambiental dentro da cidade.

1.2 Pelas trilhas da pesquisa: caminhos do fazer etnográfico

Ao tentar perceber como esses usos e significações do espaço se estabelecem como fatores de criação de um sentimento de pertença e de um ideário de coletividade em cada grupo, fui a campo. A seguir um relato de meus momentos de contato com a realidade pesquisada, das dificuldades e metodologias de pesquisa.

O primeiro contato com o “objeto” de estudo foi uma experiência riquíssima, que mostrou como a realidade é surpreendente e não deve ser diminuída em sua complexidade. Uma realidade em que os indivíduos sujeitos da pesquisa perdem seu anonimato e sua passividade de “sujeitos pesquisados” e passam a ser “pesquisado-

res” também, tendo como alvo de pesquisa e inquietações o invasor de seu território, o pretense pesquisador: neste caso, eu.

Como menciona Wagner (2012), no processo diário de (re) invenção da cultura, todos somos antropólogos (pesquisadores de campo), pois significamos e “controlamos o choque cultural da experiência cotidiana mediante todo tipo de ‘regras’, tradições e fatos imaginados e construídos”. Desse modo, aprendi que a dúvida e o estranhamento não são características únicas do pesquisador acadêmico, daquele que sai da universidade para “descobrir” uma realidade. Percebi que um movimento recursivo coloca o pesquisador e os sujeitos de sua pesquisa em contato direto.

Rodrigues (2006) ressalta que a etnografia passa pelo deslocamento e encontro com o outro, e este deve ser conquistado pelo pesquisador, pois o pesquisador não passa de um desconhecido em busca de informações e o convencimento do indivíduo a disponibilizar informações de sua vida a um desconhecido é uma tarefa do etnógrafo, pois sem essa contribuição, gratuita e sem obrigações, não conseguiria realizar sua pesquisa.

Weber (1992) afirma que o objetivo da Ciência é transformar em problema o que é percebido como “evidente por convenção”, transformando os *imponderáveis* da vida em objeto de pesquisa.

Esse ideário da pesquisa me foi esclarecedor quando, em contato com o campo, percebi que contextos sociais extremamente com-

plexos podem ser “despercebidos” pelo pesquisador devido a certos pré-conceitos, que este pode já achar conhecer (por se travestir de normal), o que, por consequência, diminui a amplitude de seu olhar.

A experiência de campo demonstrou que seria difícil e demorado àqueles indivíduos pertencentes aos grupos estudados, deixarem de me perceber como diferente e “intruso”, inserindo-me como pesquisador naquela localidade. Pude ter acesso às armadilhas que o trabalho de campo coloca de frente ao pesquisador.

Alguns grupos demonstraram-se mais propensos ao diálogo e às minhas inquietações e questionamentos, em contraposição a outros que pareciam não querer, naquele momento, estabelecer nenhuma forma de contato.

Várias estratégias foram adotadas pelos sujeitos para “mostrar meu lugar”: respostas rápidas como “sim” e “não”, principalmente; um olhar focado no horizonte, mostrando-se alheios à tentativa de estabelecer uma conversa; e pequenas chacotas, que tinham como objetivo colocar-me como “iniciante” e “pricipiante” diante daquele mundo que se mostrava cada de vez mais complexo diante de mim.

Um bom exemplo dessa segunda forma de reação foi o meu contato com os pescadores do parque. Esse primeiro contato se demonstrou difícil e, naquele instante, até inoportuno, devido a não aceitação dos entrevistados. Isso revelou uma forma de proteção (descoberta realizada após algumas tentativas frustradas de aproximação).

mação). Decidi, então, não mais “importunar” os alvos de minhas inquietações naquele momento, pois a insistência poderia causar uma determinada “repulsa” em relação a mim, o que dificultaria um posterior contato e realização da pesquisa.

Cheguei ao parque e me dirigi à ponte onde estavam acontecendo pescaria com alguns pescadores. Apresentei-me e tentei estabelecer algum contato e interação com aqueles que ali estavam. Devido a ser novo naquele ambiente e sem estar inserido nas concepções de territorialidade e temporalidades ali existentes, ia levantando questões sobre seu cotidiano de pesca e, cada vez mais, tomando o tempo de sua pescaria.

Em um determinado momento, um pescador virou-se para mim e disse: ô amigo, não posso falar agora porque o peixe tem ouvido bom demais e se a gente ficar *conversando eles vão simhora*. Esse momento foi um dos diferenciais da pesquisa, pois, como pesquisador, pude crescer muito em termos de sensibilidade na imersão em campo, aliando a esse contexto minhas dúvidas que não paravam de crescer.

As inquietações da pesquisa me deixaram, cada vez mais, curioso em entender como funcionava aquele mundo que se mostrava cheio de mistérios. Várias dúvidas e questionamentos passavam em minha cabeça, questionamentos que iam desde o motivo destas frustradas idas a campo às perguntas que se mostravam necessárias ao andamento da pesquisa, perguntas que só poderiam ser

solucionadas após a quebra da barreira que a mim foi imposta no trabalho de campo. As dificuldades impediam, naquele momento, uma análise etnográfica dos usos daquela região, o que comprometia os rumos da pesquisa.

Nessa reflexão, Geertz (1989) foi muito esclarecedor, pois não adiantava que estivesse ali tentando me inserir no grupo pesquisado, pois eu não seria um deles, nem seria reconhecido como igual por eles. Apesar desse reconhecimento não ter sido o objetivo desta pesquisa, o fato de eu ter percebido a noção de grupo, enraizada nesses indivíduos, fez-me enxergar os laços de proximidade existentes nessa “comunidade”, laços que terminavam por criar processos identitários no grupo.

Em posteriores idas a campo o contato foi se mostrando mais ameno devido às estratégias que tentamos adotar (estratégias de não imposição de minha presença ao grupo, de abertura de outras frentes na pesquisa, tentando conhecer e estabelecer uma relação inicial com outros grupos sujeitos da pesquisa) para possibilitar, a partir dos dados coletados, estabelecer uma aproximação mais facilitada com o grupo que se mostrou mais recluso.

A não aceitação da minha presença pelos grupos abriu-me uma nova forma de enxergar aquela realidade, pois percebi que a não-aceitação dos indivíduos para com minha pessoa era uma desconfiança com relação a mim, como indivíduo exterior à uma realidade própria com significados específicos.

No momento de meu primeiro contato com os pescadores, percebi que tinha sido confundido com um fiscal, pois percebia na fala desses sujeitos pequenas omissões que sempre vinham a se adequar ao “politicamente correto” para aquela situação. Frases como *não senhor, é a minha primeira vez* eram repetidamente ditas, quando os indagava acerca do tempo que ficam pescando naquela área. Ou, ainda, frases como *meu nome é Jôôô... Márcio*, revelando uma omissão do verdadeiro nome, o que me fazia acreditar da posição reclusa que os pescadores tinham em relação aos fiscais que ali se encontravam.

Isso me fez perceber que havia algum tipo de conflito dentro daquele espaço público. Essa descoberta foi a causa da mudança na metodologia da pesquisa e na criação de novos objetos de pesquisa. Tentou-se entender como se dá a relação entre os usos sociais legitimados dentro do parque (usos inseridos dentro do planejamento da administração do parque) e os usos que não são planejados por essa administração.

Nesse momento, a pesquisa teve uma mudança em sua direção, pois entender como esses usos “marginais”¹⁹ se relacionam no cotidiano do parque passou a ser também o objeto do estudo e a base sobre a qual novas questões nasceram e que, desse modo, instigaram a produção de futuros trabalhos.

¹⁹ “Marginais”, “Ilegais” ou “Invisíveis” são termos que utilizo para me referir a certos usos pesquisados no parque e que não estão inseridos na lei de uso e ocupação desse espaço e que, devido a isso não são reconhecidos como legítimos pela administração do mesmo.

A pesquisa de campo pôde me fornecer informações sociais valiosíssimas no momento da pesquisa. Como mencionado anteriormente, no momento da pesquisa de campo, o parque se inseria num contexto de grande efervescência política e que tomou grandes proporções dentro do cenário da cidade.

A ocupação do espaço do parque, em julho de 2013, foi um acontecimento único na história da luta ambiental na cidade de Fortaleza e, como era de se esperar, atribuiu um novo sentido à pesquisa, pois visibilizou uma luta que há muito tempo acontece naquele espaço sob as formas de resistência cotidianas impostas por variados usuários do parque: a luta pelo direito de decidir os rumos daquela área e dos sujeitos que se apropriarão dela.

Desse modo, acampeei e fiz da ocupação do Parque do Cocó “minha casa” durante quatro semanas, atribuindo-lhe sentidos, afetos e inquietações, objetivando: meu olhar, de modo a apreender os benefícios dessa inserção, chamado por Levi Strauss (2008) de *continuidade da experiência*; a possibilidade de sempre voltar seu olhar àquilo que lhe interessa, mas não encobrendo suas concepções pessoais que não enviesam este olhar, mas sim fornecem ferramentas para pensar o campo como circunscrito numa realidade específica, com interesses, objetivos e relações heterogêneas.

No momento de minhas primeiras idas ao acampamento, como de costume, antes de qualquer reunião, fazia-se uma breve

apresentação das pessoas que eram novatas, de modo a introduzi-las no Movimento e de se proteger contra possíveis “espiões” infiltrados.

Apresentei-me e falei da minha trajetória dentro dos estudos sobre o parque e da pesquisa que naquele momento realizava. Fui recebido e pude acompanhar as atividades do Movimento e me aproximar das pessoas envolvidas e as atividades que ali se realizavam. Minha presença, como era de se esperar, não foi aceita de maneira grata por todos inicialmente. Entretanto, graças à convivência diária e as atividades que realizávamos juntos, pude aos poucos ir ganhando a confiança e aumentando meu contato com os demais integrantes.

A convivência me trouxe maneiras diversas de interpretar e vivenciar aquele momento, que se colocava para além da pesquisa de mestrado que ora realizava, mas que me inseria num momento político único, com uma situação complexa que agregava sujeitos heterogêneos, com valores diferenciados e que faziam daquela situação um espaço de aprendizagem política e cultural.

Pude perceber a heterogeneidade do movimento, os diferentes grupos que o compunham e as variadas formas de se perceber aquela situação existente dentro desse movimento.

Para interpretar o objeto de pesquisa, o conceito de espaço social de Bourdieu (2009) foi muito útil à análise. Tal conceito percebe o campo social como um campo de inter-relações sociais, ao qual está associado o lugar, o social e o cultural. Nesse sentido,

tentei fazer do Parque do Cocó o palco onde analiso as relações sociais estabelecidas pelos grupos ali inseridos, entendendo-se esse palco dentro de um campo de poder, com conflitos e negociações sociais específicas.

Percebi que nossa sociedade é hierarquizada e que estratifica os indivíduos; daí não ser difícil observar que, em relação ao espaço social, essa lógica se reproduz. Então, haveria uma construção de uma legitimidade na apropriação de determinados locais por distintos grupos sociais, como mecanismos de padronização e hierarquização dos usos no espaço urbano. Entretanto, esse processo não acontece sem lutas e resistências, pois os indivíduos que não estão inseridos diretamente nesse processo de construção de uma legitimidade de apropriação do espaço se “rebelam” e constroem/(re)significam sua realidade social a partir de suas visões de mundo. É nesse contexto que se cria uma conflitualidade na apropriação dos espaços sociais no parque.

1.3 As ferramentas conceituais de apreensão do campo e a estruturação da pesquisa

Desse modo, percebi que o campo e os sujeitos da pesquisa se mesclam e formam um emaranhado de processos de sociação, dentro do qual os usos dos sujeitos dentro desse campo só podem ser entendidos dentro do processo de recursividade e interdependência existentes entre esses sujeitos e este campo.

Lavadeiras, pescadores, moradores do entorno e das margens do rio, caminhantes e ocupantes estabelecem formas de uso do espaço do parque, que se estabelecem nas mais variadas formas de negociação e conflitos existentes naquele espaço.

Busca-se, nesse sentido: entender os usos pesquisados como conectados por uma lógica específica, na qual diferentes sujeitos agem e atuam no espaço do parque de modo a produzi-lo e dele se apropriar; compreender esses usos como reflexo metonímico de uma luta pelo uso da cidade, uma luta pelo livre acesso ao uso da cidade e das suas formas de produção; compreender a disposição desses indivíduos nesse contexto e as relações por eles estabelecidas (seus significados, conflitos e mecanismos de sociação) devem ser entendidos como objetivo principal desta pesquisa.

Cada um dos grupos pesquisados traz especificidades que apenas o trabalho de campo pode constatar e fornecer as ferramentas de interpretação e sua inserção na pesquisa.

Tenta-se, como exercício analítico de pesquisa, inserir conjuntamente esses usos dentro da dinâmica do parque, percebendo sua inserção dentro do contexto do qual o parque é fruto, mas percebendo que são diferenciados em sua essência, que podem variar de acordo com os sujeitos usuários.

Assim, primeiramente, pretende-se demonstrar que os usos recebidos por esses espaços trazem consigo reflexos sociais das rela-

ções de poder estabelecidas. Ou seja, trazem consigo formas de insurgência, ressignificação e resistência diante das condições dadas. Entretanto, faz-se necessário, antes desta descrição, uma discussão acerca das categorias de entendimento das atividades apreendidas na pesquisa.

A categoria *uso* é utilizada de maneira recorrente na pesquisa, porém não se entende como uma categoria desqualificada de profundidade teórica e analítica. Pretende-se entender este conceito como uma junção de ferramentas analíticas, quando se tenta incorporar análises de diferentes autores nesse momento.

Entende-se o uso como uma escrita da cidade, mas não necessariamente uma forma de escrita plácida e pueril. Uso, também pode estar aliado às formas de conflito que podem ser veladas e incrustadas nas formas de sociabilidade cotidianas existentes no parque, sejam entre guardas e pescadores, entre lavadeiras e caminhantes. Certeau (1994) alerta que

Se é verdade que por toda a parte se estende e se precisa a rede da “vigilância”, mais urgente ainda é descobrir como é que uma sociedade inteira não se reduz a ela: que procedimentos populares (também “minúsculos” e cotidianos) jogam com os mecanismos da disciplina e não se conformam com ela a não ser para alterá-los; enfim, que “maneiras de fazer” formam a contrapartida [...] dos processos mudos que organizam a ordenação sócio-política (CERTEAU, 1994, p. 41).

Desse modo, não se entende uso como uma categoria analítica geral, pois ela se insere diferentemente nas variadas relações existentes no Cocó e entre os sujeitos que o ocupam. Utiliza-se a noção de uso para estabelecer as personalidades no momento de ocupação do parque em que este não está desvinculado das interações entre sujeitos e do estabelecimento de identidades e noções de pertencimento nesse local. Usar o parque, neste sentido, é fazer dele um espaço de pertencimento, um espaço para chamar de “seu”, um campo onde sentidos são produzidos sobre a cidade e sobre quem pode ocupar e usufruir de determinados locais.

A análise, dessas agências, será realizada com base na concepção de uso de Certeau (1994), que agrega formas micro cotidianas de insurgência às pessoas, nos seus modos de vida cotidiana, e que percebe *microresistências* existentes nas formas de se driblar a gestão e governança nas variadas formas que estas se impõem. Entretanto, o conflito pode ser também objetivo, insubordinado, radical visibilizado, por meio das ocupações/acampamentos que houve neste parque, uma relação de extremas relações tensas e estabelecidas de maneira a provocar uma cisão no espaço do parque e entre os sujeitos que se analisa.

A pesquisa estruturou-se em cinco capítulos. No primeiro, discorre-se a presente Introdução. No segundo, faz-se uma análise de como a pesquisa apresentada faz parte de um processo histórico de produção do conhecimento nas Ciências Sociais.

Ainda no segundo capítulo, analisa-se a relação entre cidade e natureza, buscando-se perceber como a relação homem e meio ambiente reproduziu, em Fortaleza, uma determinada forma de produção da cidade e de preservação dos espaços verdes existentes e como as transformações sócio-históricas modificaram essa relação, resultado de uma percepção social acerca do progresso, desenvolvimento urbano e meio ambiente. Faz-se uma análise do modo como a cidade, por consequência, o Parque do Cocó, insere-se numa ordem mercadológica e, portanto, ligada ao consumo e de como essa transformação altera as formas de apropriação cotidiana desse espaço, pelos variados sujeitos inseridos nesse local.

Uma categorização dos usos pesquisados é feita no terceiro capítulo. Busca-se: analisar esses usos de maneira individualizada, objetivando demonstrar as particularidades da sua forma de prática; fazer uma descrição e estruturação dos usos pesquisados no parque; categorizá-lo a partir das problematizações econômicas, sociais e jurídicas de uso e apropriação do espaço do parque. Desse modo, inseriram-se estes na dinâmica específica na qual estavam incluídos, pois a palavra uso traz consigo uma conotação sociológica explicativa – e procura-se utilizá-la como tal, como ferramenta explicativa do campo e de suas especificidades –, e não como palavra desprovida de fundamentação teórica, simplesmente “jogada” ao longo do texto.

Percebe-se que há usos cotidianos, usos esporádicos e usos imediatos. A partir das categorizações “o Cocó como moradia”, reflete-se sobre os moradores do entorno do parque e das margens do rio, buscando entender as diferenças, similitudes e particularidades de cada um desses usos.

“O Cocó como trabalho/lazer” é uma categorização elaborada tendo como finalidade apreender os usos que se inserem nesse local, a partir da procura em sanar essas necessidades acima mencionadas, como pescadores e lavadeiras.

No quarto capítulo, busca-se analisar os processos de socialização/conflito existentes no momento de uso do referido espaço. Analisam-se os variados grupos componentes da pesquisa em seu momento de contato e de estabelecimento das relações conflituosas, sejam elas cotidianas, políticas ou jurídicas. Demonstram-se as similitudes e diferenças destes indivíduos e as relações estabelecidas destes com seus “pares”²⁰ e com os demais indivíduos usuários daquele local. Entender o Parque do Cocó é inseri-lo em discursos variados, um campo interdisciplinar que carrega consigo uma complexidade explicativa de variadas áreas: geografia, urbanismo, sociologia, história, economia e política. Entretanto, observa-se que a relação entre norma e subversão, no caso do campo em es-

20 Far-se-á uma discussão acerca da categoria uso a fim de dar-lhe sentido conceitual e força explicativa para analisar-se o campo empírico da pesquisa, pois os variados agrupamentos de indivíduos que utilizam o parque podem, não necessariamente, se considerarem como grupo. Esta discussão será trabalhada mais a frente.

tudo, traz relações sociais de extrema relevância sociológica, pois essas relações no campo de pesquisa se estabelecem por meio de conflitos diários de demarcação de territórios dos diversos grupos ali existentes, sejam eles pescadores, lavadeiras, moradores das margens do parque, moradores do entorno do rio e manifestantes. O Parque do Cocó reflete em si uma luta pela cidade, a disputa social em torno de sua apropriação reflete uma disputa metonímica pelo processo de ocupar os espaços urbanos.

Por fim, desenvolve-se as considerações finais, elucidando as análises, desejando, também, que esta pesquisa seja útil à sociedade acadêmica, bem como aos leigos e demais interessados.

2 A CIDADE E A NATUREZA

Analisar os processos de sociação²¹ dos sujeitos e a dinâmica social dos usos inseridos no espaço público do Parque Ecológico do Cocó, como já mencionado, são os objetivos principais desta pesquisa. Assim, campo e sujeitos da pesquisa se encontram delimitados. Porém, estes se inserem num contexto onde fatores variados são produtores das relações nas quais eles se encontram envolvidos.

A cidade, por exemplo, insere-se nesse processo de discussão como campo sobre o qual agiram variados sujeitos com concepções diferenciadas e que, de maneira disforme, produziram um espaço urbano que reflete em si, relações de poder social, econômico e político. Desse modo, analisar os usos contemporâneos da cidade sem entender sua inserção nas mais variadas formas de percepção social é trabalhar sob uma ótica reducionista.

O mesmo se aplica ao meio ambiente. Pesquisar o Parque do Cocó e não discutir as formas de relação entre homem e meio ambiente, e como essa relação fez construir a relação entre meio ambiente e cidade, incorre no mesmo erro anteriormente citado. Um exercício analítico se impõe nesse momento. Faz-se necessário

²¹ Ampara-se aqui na discussão estabelecida por Simmel quando da criação de seu conceito de sociação, analisando-o na produção do texto como resultado de um processo de interação entre os indivíduos que se estabelece por variados motivos, sejam eles políticos, econômicos, eróticos, de defesa, de ataque etc., que terminam por estabelecer as formas de organização e interação na sociedade.

entender o campo de estudo, Parque do Cocó, como constructo social e histórico. Segundo Freitas,

A cidade, grande realização humana, artefato por excelência e aparente negação da natureza, torna-se o local principal para observação de uma nova relação, mitológica, capitalista e midiática, do homem com a natureza. A natureza, metáfora ou metonímia, que já havia sido reificada e incorporada à vida social, ao longo da história do homem, é apropriada e até mesmo produzida, com o objetivo de valorização monetária de objetos/mercadorias nos mais variados segmentos da produção e dos serviços (FREITAS, 2004, p.17).

Entender essas relações estabelecidas entre cidade e natureza significa inseri-las num sistema complexo de ações, formas de pensamento e ordenação do mundo social. O modo como a sociedade percebeu e incorporou seus conceitos de cidade e natureza estabelecem a maneira de relação entre ambas e a forma de inserção destas na vida social. Desse modo, compreender a inserção do Parque Ecológico do Cocó na cidade de Fortaleza demanda analisar a relação social de produção das cidades e das formas de percepção do homem em relação ao meio ambiente e à cidade.

Todavia, para que essa análise seja compreendida, é necessário entender antes como a Sociologia apreendeu o objeto de estudo cidade, pois para entendermos objetivamente a inserção do Parque Ecológico do Cocó dentro da cidade de Fortaleza deve-se entender como ela foi historicamente pensada, seus mecanismos de análise e,

principalmente, o modo como o Parque Ecológico do Cocó e, objetivamente, esta pesquisa tem suas raízes ancoradas em um longo processo de produção do conhecimento acerca das cidades e de seus agentes.

2.1 Olhando para trás: a produção do saber sociológico sobre a cidade

Na citação a seguir, Martins (2011) faz uma análise do motivo e maneiras de como e porque a Sociologia atentou para uma observação da vida cotidiana, uma análise do mundo vivido *in lócus* pelos indivíduos dentro de suas relações sociais diárias.

Se a vida de todo o dia se tornou o refúgio dos céuticos, tornou-se igualmente o ponto de referência das novas esperanças da sociedade. O novo herói da vida é o homem comum imerso no cotidiano. É que no pequeno mundo de todos os dias está também o tempo e o lugar da eficácia das vontades individuais, daquilo que faz a força da sociedade civil, dos movimentos sociais (MARTINS, 2011, p. 52).

Essa “sociologia do detalhe” passa a analisar não mais apenas as grandes estruturas e macroeconomias, mas também a buscar o entendimento do “homem ordinário”²² em suas mais variadas relações e atribuições de valores e significados. É nesse contexto de privilegização do anônimo e reificação de uma multidão sem nomes (CERTEAU, 1994) que esta pesquisa se insere.

²² Ver CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. 18 ed. Rio de Janeiro, Petrópolis. Editora Vozes, 2012.

Ao voltar seu olhar para as cidades, o cientista social passa a pesquisar um mundo não mais “estranho” ao seu cotidiano. Passa a pesquisar seu mundo de significações e demarcações costumeiras. A busca pelo diferente, pelo pitoresco, por aqueles *imponderáveis da vida real*²³ – que saltavam aos olhos dos cientistas e que sempre renderam riquíssimas análises sociais – não mais apreendem completamente a totalidade das inquietações científicas contemporâneas. Volta-se o olhar para *si*, para dentro do sistema de socialização do qual o pesquisador é fruto.

Costa (2009) enfatiza que ao pesquisador cabe, com o nascimento das pesquisas urbanas, o campo de pesquisa com grupos que tenham experiências “tão comuns quanto diferentes”. Algo que ele chama de pesquisa “sem sair de casa”. O referido autor traz uma discussão sobre a questão metodológica de “adequar” as ferramentas de pesquisa científica a essa nova problemática posta. Porém, concorda-se com Barreira (2012), quando esta destaca que

A proximidade, por outro lado, também produz cegueiras. Cidades cujos códigos de tão conhecidos já não são vistos como tais podem tornar a observação “cega de tanto ver”, permeável às ilusões do já assimilado como evidente. Assim olhar a cidade onde se mora pode induzir ao desconhecimento de “já visto” e por esse motivo incorporado à paisagem natural do saber (BARREIRA, 2012, p. 15).

23 Ver MALINOWSKI, Bronislaw Kasper. **Argonautas do Pacífico Ocidental**: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné melanésia. 2.ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Os Pensadores).

Assim, atento às cegueiras que nossa sociabilidade vivida nos entrega como evidentes, neste trabalho dissertativo se faz uma análise de fenômenos sociais inseridos na realidade urbana da cidade de Fortaleza, especificamente no Parque Ecológico do Cocó. Desse modo, produz-se uma análise da cidade em sua dimensão fragmentada: a do pesquisador, o que não impede ou exclui a existência de outras mil cidades ou “realidades” dentro desse todo maior, chamado cidade (CARLEIAL, 2011).

A cidade como objeto de pesquisa nas Ciências Sociais não é um campo de pesquisa recente, tendo vários pesquisadores já se debruçado sobre essa temática, tarefa essa que se coloca, de certo modo, fadada ao fracasso intelectual de nunca compreender completamente as linhas que cruzam e entrecruzam o tecido do real, mas que sempre se colocam como *locus* de inquietação científica e de busca pelo conhecimento.

Assim como menciona Agier (2011), o antropólogo, em suas pesquisas urbanas, constata-se diante de um objeto que é “demasiado esmagador e, ao mesmo tempo, imperceptível para a pesquisa etnográfica”. Ainda segundo Agier:

Multitude sem totalidade, a cidade, seria, também, demasiado heterogênea para que o próprio antropólogo consiga aceder à sua complexidade sem se perder... mesmo sendo ela geralmente o lugar onde ele tem sua vida privada, e pelo menos em parte, pro-

fissional, o lugar de seu descanso, ou mesmo – de acordo com as palavras depreciativa que Lévi-Strauss usou em seus comentários sobre São Paulo, onde viveu entre 1935 e 1939 – lugar para uma “etnografia de domingo”. No entanto, essa diligência baseada numa pesquisa relacional, local e “microbiológica”, que parecia ser um obstáculo à constituição de uma antropologia na cidade, é, principalmente, o que torna possível a elaboração de uma antropologia da cidade (AGIER, 2011, p.37).

Desse modo, atentos às impossibilidades de apreensão total da realidade, procuram-se fragmentos desta, pois se busca a apreensão de sentidos específicos em situações objetivas. Fortuna (2009) ressalta que para se analisar a cidade, devem-se considerar três períodos históricos que representam, didaticamente²⁴, os métodos e períodos de abordagem desse tema.

Segundo o referido autor, inicialmente, a cidade se inseriu negativamente no cenário social, pois era aquela que desestabilizaria a ordem colocada, leia-se ordem tradicional que havia no campo. Deste modo, deve-se levar em conta a instabilidade proporcionada pelo sistema capitalista que, ainda em estabelecimento, colocava a cidade em extremos de miséria e desenvolvimento, trazendo uma

²⁴ É necessário, a título de informação, deixar claro que a diferenciação entre esses períodos não quer dizer que sejam eventos lineares e sequências. Essa divisão acontece de maneira didática a título de melhor explicação dos fatos, mas pode-se perceber que não há uma separação clara entre esses momentos históricos, pois são momentos que se entrecruzam na produção do real.

ideia de incerteza àqueles que se inseriam nessa “nova” forma de organização social que se opunha à concepção rural de vida.

De acordo com Ottonni (1996):

A grande depressão iniciada em 1873, com interrupções por momento de recuperação em 1880 e 1888, marca na Inglaterra a fase de passagem entre dois períodos nitidamente distintos. De um contínuo e vigoroso crescimento de sua indústria, caracterizando prosperidade e otimismo, para uma época de alterações radicais no processo de crescimento capitalista (OTONNI, 1996, p. 37).

As cidades traziam em si a carga valorativa e simbólica do sistema capitalista ao qual imagetivamente era representante, seja como novo estilo de vida (urbano), seja como ideário de organização e reprodução social (capitalismo individualista). Esse contexto acendeu uma preocupação com relação aos benefícios que a cidade teria a oferecer à sociedade, de tal modo que se criou um pensamento de reflexão acerca da real importância de se viver no espaço urbano em detrimento do rural.

Esse pensamento anticidade não estava inserido numa concepção unicamente científica da metrópole, mas embasado em concepções morais, religiosas e/ou políticas e reproduzido por textos literários, que criticavam essa nova forma de comunidade que destruiria os laços sociais estabelecidos pela comunidade pré-urbana.

Fortuna afirma que “A metrópole industrial começa tomar expressão, arrastando, nesse seu crescimento inicial, uma ideologia anticidade formulada como antecipação face ao que se pensava poder ser o efeito devastador da metrópole sobre a sociedade tradicional” (FORTUNA, 2009, p.14).

Entretanto, essa concepção é superada e pode-se citar a produção de Howard²⁵ como exemplo do processo de ruptura com a não aceitação da cidade enquanto modelo de vida. A partir do final do século XIX, vários projetos surgiram tendo como finalidade evitar esse colapso que a sociedade moderna traria com seu estabelecimento. Segundo Fortuna:

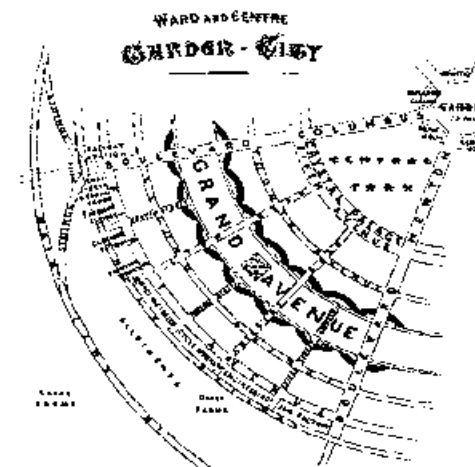
No momento em que G. Simmel, analisava os efeitos sócio-psicológicos da grande metrópole sobre os indivíduos, Howard promovia a sua “cidade jardim” como modelo alternativo, a um tempo realista e utópico, de criação de comunidades urbanas restritas, com o intuito de instituir um novo estilo de vida e dar solução aos problemas que a industrialização e a urbanização anunciavam (FORTUNA, 2009, p. 15).

Howard (1996) seria o principal expoente dessa forma de concepção que tentava “consertar” essa desestruturação da antiga lógica social e resolver o surgimento desse novo contexto social, que o

²⁵ Ebenezer Howard, nascido em 1850 e falecido em 1928, foi um grande pensador urbano, conhecido na Arquitetura como pré-urbanista, que projetou um novo modelo de cidade, chamada por ele de cidade jardim (*Garden Cities*). Tal cidade tinha como objetivo resolver os problemas da vida urbana e agregar em torno das cidades características rurais, como a convivência do homem com a natureza. Essa produção pode ser encontrada em seu livro mais conhecido chamado: Cidades-jardins de amanhã (*Garden Cities of To-morrow*) de 1898.

nascimento dessa vida urbana trazia com as grandes cidades, tendo como maior exemplo a criação das cidades-jardins (Ver Figura 1).

Figura 1: Esquema para uma seção de cidade Jardim.



Fonte: Domínio Público. Acesso em: 04/05/2013.

Interessante perceber, nesse esquema, uma tentativa de junção entre um estilo de vida rural e um estilo de vida urbano, aliado às principais características de cada grupo e unindo-as num espaço social particular. Aliar as transformações sociais trazidas pela cidade e fazer uma junção desse desenvolvimento à “segurança/estabilidade” e padrões estabelecidos de organização típicos do mundo rural foi o objetivo desse momento na obra do referido autor, segundo enfatiza Molina (2011).

Um bom exemplo do que se está falando é que, no esquema mencionado, Howard constrói um local que alia as indústrias (típicas do sistema industrial urbano daquele período) às praças e espaços

verdes reservados ao lazer e socialidade. Aquelas zonas de indústria ficariam nas periferias das cidades jardins e as áreas verdes e praças de convivência nas áreas mais centrais. Segundo Ottonni (1996)

Ebenezer Howard (1850-1928) faz sua síntese conciliadora dizendo que a havia seguido a sugestão de Lord Rosenbery tomando emprestado do socialismo sua larga concepção de esforço comum e seu vigoroso conceito de vida municipal, e do individualismo, a preservação do auto-respeito e da confiança em si mesmo' (OTTONNI, 1996, p. 38).

Interessante relacionar a concepção do autor entre socialismo e atividade grupal, capitalismo e atividade social ligada ao individualismo, em que essa seria uma característica inerente ao estilo de vida urbano, ligado menos às atividades sociais do que às atividades particulares, portanto, o capitalismo é visto como aquele que promoveria uma particularização do indivíduo em relação à sua comunidade local.

Nesse momento, pode-se, inicialmente, começar a perceber a forma de junção desses sistemas nos quais a natureza e as formas sociais de relação (moradia e lazer, por exemplo) passam a apresentar importância maior na estrutura de trabalho. Nesse momento, a foi dado início à segunda fase de inserção social das cidades na vida contemporânea.

O período Entre-Guerras²⁶, segundo Fortuna (2009), marca o segundo período de estudos sobre a cidade. Nesse momento, há o início de uma longa e sistematizada produção de conhecimento acerca dos grandes centros urbanos. Interessante perceber o deslocamento da produção de conhecimento da Europa para os Estados Unidos, que passam a “disputar” a hegemonia de produção do conhecimento.

Esse deslocamento resultou no surgimento da Escola de Chicago que marcou uma revolução no modo como se percebem e se analisam os estudos urbanos.

A cidade, a partir do século XIX, passa a ser analisada e a sofrer reflexões objetivadas na tentativa de torná-la objeto específico do saber sociológico e não mais, apenas, como espaço de observação dos poetas, romancistas, teólogos, arquitetos e filósofos (BARROS, 2012), como mencionado anteriormente. Desse modo:

Começam a surgir cada vez mais pensadores da sociedade – historiadores e também os estudiosos que hoje chamaríamos de sociólogos e antropólogos – preocupados em entender esta especificidade do “viver urbano”, em decifrar a história desse viver, as suas mutações, as suas diferenças em relação aos outros ambientes sociais, e em compreender também a complexidade dos vários tipos de vida social que podiam ser abrigados nas diversas modalidades de formações urbanas (BARROS, 2012, p. 10).

²⁶ Período referente ao espaço de tempo correspondente ao fim da Primeira Guerra Mundial (1918) e início da Segunda Guerra Mundial (1939).

Analisar a produção acerca do espaço urbano sem perceber a função e importância da escola de Chicago é uma falha de grande escala devido à importância e ressonância dos estudos desta escola até os dias atuais.

Robert Erza Park²⁷ é considerado um dos expoentes da Escola de Chicago e um dos primeiros a tentar esboçar uma proposta para os estudos urbanos. Becker (1996), referindo-se a ida de Park à Universidade de Chicago, revela que:

Ao chegar a Chicago, Park mostrou-se uma pessoa muito dinâmica, organizando quase toda a Universidade, pelo menos na área de Ciências Sociais. Parecia que ele vinha pensando há anos no tipo de trabalho que precisava ser feito. Logo em seus primeiros tempos em Chicago, Park escreveu um ensaio sobre a cidade, encarando-a como um laboratório para a investigação da vida social. Ele tinha uma ideia central sobre a história do mundo naquela época, sobre o que estava ocorrendo, ideia que resumiu ao dizer: “hoje, o mundo inteiro ou vive na cidade ou está a caminho da cidade; então, se estudarmos as cidades, poderemos compreender o que se passa no mundo” (BECKER, 1996, p. 180).

Percebe-se, a importância atribuída por Park aos estudos urbanos das grandes cidades²⁸. Park tem uma definição de cidade, que apreende bem essa

²⁷ Robert Erza Park, filho de uma família de ricos comerciantes, nascido em Omaha, em Nebraska, inserida no centro dos Estados Unidos. Doutorou-se em Heidelberg com uma tese sobre as massas e o público como formas de organização social dentro das grandes cidades (BECKER, 1990).

²⁸ Park, antes de se inserir profissionalmente na universidade de Chicago, após seu doutorado, segundo Becker (1996), teve uma ampla experiência na área do jornalismo, onde

busca em inserir esse objeto como fonte de estudos da Sociologia Urbana. Para ele, a cidade

É um estado de espírito, um corpo de costumes e tradições e dos sentimentos e atitudes organizados, inerentes a esses costumes e transmitidos por essa tradição. Em outras palavras, a cidade não é meramente um mecanismo físico e uma construção artificial. Esta, envolvida nos processos vitais das pessoas que a compõe; é um produto da natureza, e particularmente, da natureza humana (PARK, 1967, p. 26).

Essa análise que vê a cidade mais do que apenas um resultado da ação humana na natureza, e que a percebe como fator socialmente importante e necessário para o entendimento da realidade humana, é inovadora nos estudos urbanos de até então, pois a coloca como objeto sem o qual não é possível entender “completamente” as formas de organização social. Desse modo, a cidade nasce como resultado de processo de modernização da, até então nascente, sociedade capitalista de produção. Portanto, traz consigo, devido as suas singularidades, as características e demandas desse sistema.

Simmel, mestre intelectual de formação de Park, estabelece que as grandes cidades marcam uma temporalidade e circunstância diferenciada nos estudos das transformações urbanas, pois trazem

atuou durante anos como repórter e depois como editor chefe de um dos jornais mais conceituados da cidade de Detroit, local onde se estabeleceu antes de ir à Chicago.

consigo circunstâncias sociais que se colocam como tema de análise para as ciências da sociedade. Segundo o autor, as grandes cidades:

Adquirem assim um lugar absolutamente único, grávido de infínitos significados, no desfraldar da existência anímica; mostram-se como uma daquelas grandes formações históricas em que as correntes opostas que rodeiam a vida se juntam e se desdobram com os mesmos direitos. Mas, deste modo, sejam-nos simpáticos ou antipáticos os seus fenômenos singulares, elas saem inteiramente do âmbito frente ao qual nos convinha a atitude do juiz. Na medida em que tais potências se entranharam na raiz e na coroa de toda a vida histórica, da qual fazemos parte na existência fugidia de uma célula – a nossa tarefa não é acusar ou perdoar, mas tão – só compreender (SIMMEL, 1983, p. 19).

Segundo Simmel, a grande cidade transforma as formas de relação social devido às suas novas formas de produção, troca e divisão do trabalho²⁹. O estabelecimento de impessoalidades através dessas relações “obscuras” características das relações de troca, causa uma despersonalização social dos sujeitos em face de uma simplificação das relações sociais, tornando-as e reduzindo-as a uma ideia de valor ou quantidade.

O habitante da grande cidade passa, em contraste com os moradores da pequena aldeia, a se relacionar com uma economia monetária, que o liga à ideia de pontualidade, calculabilidade, en-

²⁹ Posteriormente, será analisada a relação entre o pensamento de Simmel e o Emile Durkheim.

fim, uma arimetização da vida urbana. O resultado desse processo, segundo Simmel, é tornar as pessoas reservadas, desconfiadas ou indiferentes em relação aos demais indivíduos da grande cidade.

Nas palavras de Simmel³⁰, a grande cidade moderna

É provida quase inteiramente da produção para o mercado, isto é, para clientes de todo desconhecidos, que nunca se encontram cara a cara com os próprios produtores. O interesse de ambas as partes ganha assim uma objectividade impiedosa, o seu egoísmo económico, intelectualmente calculista, não tem a recear qualquer desvio oriundo dos imponderáveis das relações pessoais. E isso dá-se bem, claro está, com a economia monetária, que domina nas grandes cidades, que expulsa os últimos restos da produção própria e da troca imediata de mercadorias e reduz sempre mais, quotidianamente, o trabalho para o cliente – numa interacção tão estreita que ninguém saberia dizer se, de início, é aquela constituição intelectualista, anímica, que impele para a economia monetária, ou se esta é o factor determinante daquela. Certo é apenas que a forma de vida da grande cidade é o solo mais frutífero para esta interacção; eis o que eu gostaria ainda de documentar com o dito do mais importante dos historiadores ingleses da Constituição: no decurso de toda a história inglesa, Londres nunca foi considerada como o coração da Inglaterra, mas frequentemente como o seu intelecto e sempre como a sua bolsa de dinheiro (SIMMEL, 1979, p. 14)!

³⁰ Segundo alguns autores, a obra de Simmel pode ser considerada como a primeira obra de estudo de Sociologia Urbana, marco nos estudos dos processos sociais de transformação nas grandes cidades.

O terceiro momento acerca dos estudos sobre a cidade é o período em que acontece uma “viragem no equacionamento da relação cidade–comunidade”, pois, nesse momento, teria ocorrido um reforço na produção europeia, que como havíamos mencionado tinha tido uma queda no momento de nascimento da escola de Chicago. Essa produção passou a exercer uma contraposição ao que Fortuna (2009) chama de “produção descritivista”, exercida pela Escola de Chicago.

Teóricos como Henri Lefebvre (1991), com o *Direito à cidade*, marcam uma nova forma de produção iniciada por volta das décadas de 1960/70. Buscava-se nesse momento uma análise do que Fortuna (2009) chamou de “politização sobre a cidade”, da cultura e de espaço público. Eram, portanto, reflexões estabelecidas com base na configuração que estabelece a cidade como centro de vida dominante, como *locus* principal da produção da vida.

De acordo com Fortuna (2009), essa terceira fase de estudos da cidade finda com os estudos “*O que estamos a fazer da cidade e de seu futuro?*”, uma análise contemporânea da cidade, que apreende uma busca pelos sentidos dos usos do espaço objetivando uma sustentabilidade ambiental urbana, uma nova mentalidade que insere as formas de análise do espaço urbano.

Michel de Certeau³¹ tem uma grande importância nessa nova fase dos estudos da cidade. O referido autor teve uma grande influência nas transformações do pensamento científico, pois passou a pensar as perspectivas urbanas aliadas a uma compreensão do cotidiano como matéria não dada, mas cabível e necessitada de uma interpretação.

A relação entre sociedade e consumo, em Certeau (1994), diferentemente da negatividade ancorada anteriormente em outros autores, como Simmel, por exemplo, era vista como objeto de pesquisa, pois em sua concepção, esse contexto de consumo não é uma questão de passividade e anonimato daqueles que consomem, mas uma questão de desvio a partir da heterogeneidade das formas – leia-se “práticas”, nas palavras de Certeau (1994) – de uso do consumo empreendidas na urbe.

Essa nova e incipiente maneira de analisar a cidade foi de grande impacto nas formas de pensar o espaço e a ação dos indivíduos no espaço urbano. Alterando as formas de ver e pensar a cidade, alteram-se, por consequência, os indivíduos e atores principais desse contexto e mostra que a pesquisa, assim como qualquer outra atividade, parte do *apriori* histórico na sua formação e execução.

31 Michel de Certeau, nascido em 1925 e falecido em 1986, foi um grande historiador que se dedicava às mais variadas áreas de compreensão da vida social, tais como Psicanálise, Filosofia e Ciências Sociais.

No Brasil, a pesquisa sociológica acerca da cidade e desses “micro” fatores teve repercussão e pode ser exemplificada em renomadas pesquisas³². A atividade científica é aqui entendida, portanto, como resultado de um processo de idas e vindas dentro da produção sobre as cidades, um processo histórico recursivo e alternado, no qual o presente livro também faz parte. Desse modo, a própria pesquisa é pensada como resultado de um processo de construção do conhecimento, inserida na contemporaneidade das preocupações científicas, mas com raízes históricas, que mostram sua força no momento da reflexão epistemológica sobre o objeto de estudo.

Essa discussão realizada anteriormente encontra fundamento na ideia de que a Ciência revela em si formas de percepção social, modelos legítimos de apreensão do mundo na sociedade. Portanto, entender essa visão acerca da cidade nos fornece as ferramentas para entender suas transformações históricas como resultado de um processo que interfere diretamente no campo de pesquisa.

Desse modo, faz-se necessário entender o processo de produção física e econômica da cidade, pois esse processo nos fornecerá as ferramentas necessárias para se entender as funções sociais da cidade, seus espaços e sujeitos que a compõe, articulando essas funções às redes de poder que, de maneira disforme, produziram a cidade e seus espaços.

³² Ver Velho (1989); Zaluar (1985); Velho (1967); Leite (2002); Martins (2011); Caldeira (2000); Magnani (1984); Barreira (2012).

Nas mais variadas formas de se apreender a cidade, parte-se do ponto em que a cidade será analisada em sua multiplicidade, onde as cidades existentes dentro da mesma cidade (FORTUNA; LEITE, 2009) serão o foco da pesquisa, buscando apreender as várias “fortalezas” existentes dentro da cidade de Fortaleza, representadas dentro do espaço público do Parque Ecológico do Cocó por meios dos sujeitos e suas práticas empreendidas naquele espaço.

Desse modo, faz-se importante entender a materialidade da existência do parque e os processos históricos, econômicos, políticos e jurídicos de sua criação e estabelecimento na cidade.

2.1.1 O Parque Ecológico do Cocó em análise

Em 15 de novembro de 1980, foi inaugurado, pelo Prefeito Lúcio Alcântara, o Parque Adahil Barreto, porção que compõe a área do atual Parque Ecológico do Cocó. Esta ação pode ser percebida como fruto das mobilizações sociais, que marcaram o período anterior a esse momento, congregando diversos atores sociais em torno da defesa ambiental.

Essa luta obteve resultado satisfatório quando o Parque Ecológico do Cocó foi juridicamente criado em outubro de 1989, pelo Decreto Estadual Número 20.253. O referido decreto declarava a desapropriação das áreas delimitadas para a implementação do denominado parque como de interesse social. A área abrangida compreendia o trecho entre a rua Sebastião de Abreu e a BR-116, no

município de Fortaleza-CE, possuindo em sua quase totalidade de extensão, um manguezal, com influência flúvio-marinha, sujeita a inundações permanentes. Posteriormente, a área de abrangência do parque foi ampliada por meio do Decreto Número 22.587, de 8 de julho de 1993 (Ver anexo 3), abrangendo a área situada entre a rua Sebastião de Abreu até a foz do Rio Cocó.

A Bacia Hidrográfica do Rio Cocó abrange os Municípios de Pacatuba, Itaitinga, Maranguape, Maracanaú e Eusébio, sendo a maior parte dessa bacia situada dentro do território fortalezense (41,7%).

O Rio Cocó (Ver figura 2) constitui um dos principais recursos hídricos da região metropolitana de Fortaleza, possui uma extensão de 45 km, sendo sua nascente localizada na vertente oriental da Serra da Aratanha, no Município de Pacatuba. Seu leito se estende por um longo percurso na direção sudoeste-nordeste, denominado de Rio Gavião. Sob esta denominação, ele drena uma área de 443,96 km², formando uma bacia hidrográfica que inclui os municípios de Fortaleza, Aquiraz, Maranguape e Pacatuba. A partir do 4º Anel Viário da BR-116, onde se encontra com o riacho Alegrete, o rio passa a receber a denominação de Cocó. Já próximo à sua foz, o leito do rio perfaz uma curva na direção Leste-Sudoeste, desaguando no Oceano Atlântico, entre as praias do Clube Caça e Pesca e a praia de Sabiaguaba (SOARES, 2005).

Figura 2: Vista do Rio Cocó.



Fonte: Pesquisa Direta (GLEISON MAIA LOPES, 2007).

Segundo o Instituto Terramar³³ (2007), o ecossistema de manguezal constituinte da Bacia Hidrográfica do Rio Cocó possui uma reserva de manguezal de 1.155,20 hectares de vegetação. Esse ecossistema é responsável por diversas funções nesse ambiente como *habitat* para as espécies residentes naquele meio e como local para reprodução de espécies, que não necessariamente devem habitar esse ecossistema. De acordo com relatório entregue pela Semace

³³ O Instituto Terramar é uma Organização não governamental, sem fins lucrativos, que atua na Zona Costeira do Ceará, visando o desenvolvimento humano com justiça socioambiental, cidadania, participação política, autonomia dos grupos organizados e fortalecimento da identidade cultural dos povos do mar do Ceará. Visualizada na página: <<http://www.terramar.org.br/>>. Acesso em 20/04/2013.

(2003), referindo-se ao Rio Cocó: “A biodiversidade que compõe esse ecossistema caracteriza-se pela presença de um complexo vegetal típico da zona litorânea, mata ciliar de carnaúba, matas secas, matas úmidas e predominantemente caatinga xerófila, esta já descaracterizada” (SEMACE, 2003, p.19).

De acordo com Lima (2007), o relevante interesse ambiental dessa região se dá devido à complexidade de sua formação natural – compreendendo estuários, dunas e manguezais –, que formam um atrativo à população da cidade, além de um espaço fundamental para a preservação de espécies e elevação da qualidade de vida da população. Assim, o Parque do Cocó é considerado um dos pontos verdes necessários à reprodução da vida na cidade de Fortaleza.

O Parque Ecológico do Cocó se revela como espaço de extrema relevância ambiental³⁴ na cidade de Fortaleza, mas que se insere numa problemática social complexa em torno de seus usos socialmente aceitos.

Como dito anteriormente, o parque se insere numa região especificamente valorizada dentro da cidade, que atrai investimentos públicos e privados e que, por isso, protagoniza-se como um dos locais de reduto da classe média da cidade. Esse contexto, como era de se esperar, traz especificidades ao uso e consumo desse espaço, que passa a ser objeto de disputa pelos mais variados agentes inseridos nesse cenário.

³⁴ Ver relatório da SEMACE sobre a importância do parque como elemento funcional de manutenção do equilíbrio ambiental na cidade de Fortaleza.

O Parque do Cocó, conforme mencionado, teve sua área demarcada como fruto de movimentação política para fins de desapropriação e criação, em 1989. Posteriormente, teve essa área ampliada em 1993, respectivamente, pelo processo realizado pelos decretos Número 20.253 e Número 22.587. Entretanto, essa demarcação não se concretizou no que tange a criação institucional e legal do parque, na medida em que esse espaço ainda não se incorporou juridicamente ao Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC. Desse modo, faz-se necessário uma análise dos fatores envolvidos nesse processo de não legalização da criação desse espaço, pois se considera esse contexto resultado de uma junção de fatores, que conjuntamente interferem de modo a tornar aquele espaço local de consumo e valorização espacial.

De acordo com Sidrim (2010), cabe ao poder público – de acordo com o art. 225, § 1º, inciso III, da Constituição Federal – a tarefa de definir nas unidades da federação do país, os espaços destinados especialmente à proteção ambiental. A finalidade dessa ação é garantir o direito de todos a um ambiente ecologicamente equilibrado, efetivamente.

A Lei 9.985, de 18 de julho de 2000 instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), que faz parte desses espaços destinados à proteção ambiental, como já mencionado, e define como unidade de conservação o

Espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção (Art. 2º, I).

A referida lei veio normatizar a regulamentação das áreas de proteção ambiental na sociedade, diferenciando os espaços de proteção e preservação, criando categorias a partir das particularidades desses locais. O SNUC tem diversos objetivos no que tange a preservação do meio ambiente local. Segundo o capítulo 2, em seu artigo 4, o SNUC tem como objetivos:

- I contribuir para a manutenção da diversidade biológica e dos recursos genéticos no território nacional e nas águas jurisdicionais;
- II proteger as espécies ameaçadas de extinção no âmbito regional e nacional;
- III contribuir para a preservação e a restauração da diversidade de ecossistemas naturais;
- IV promover o desenvolvimento sustentável a partir dos recursos naturais;
- V promover a utilização dos princípios e práticas de conservação da natureza no processo de desenvolvimento;

- VI proteger paisagens naturais e pouco alteradas de notável beleza cênica;
- VII proteger as características relevantes de natureza geológica, geomorfológica, espeleológica, arqueológica, paleontológica e cultural;
- VIII proteger e recuperar recursos hídricos e edáficos;
- IX recuperar ou restaurar ecossistemas degradados;
- X proporcionar meios e incentivos para atividades de pesquisa científica, estudos e monitoramento ambiental;
- XI valorizar econômica e socialmente a diversidade biológica;
- XII favorecer condições e promover a educação e interpretação ambiental, a recreação em contato com a natureza e o turismo ecológico;
- XIII proteger os recursos naturais necessários à subsistência de populações tradicionais, respeitando e valorizando seu conhecimento e sua cultura e promovendo-as social e economicamente.

As unidades de conservação integrantes do Sistema Nacional de Unidades de Conservação são divididas em duas modalidades: Unidades de Proteção Integral e Unidades de Uso Sustentável. Segundo a referida lei de criação do SNUC, essas modalidades referem-se respectivamente:

§ 1º O objetivo básico das Unidades de Proteção Integral é preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais, com exceção dos casos previstos nesta Lei.

§ 2º O objetivo básico das Unidades de Uso Sustentável é compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais. (Artigo 7, § 1 e 2 da Lei 9.985, de 18 de julho de 2000).

Essas modalidades trazem consigo diversos grupos, que agregam e caracterizam diferentes formas de nomeação e categorização dos tipos de unidades de conservação³⁵, existentes dentro desses dois grupos matrizes.

As unidades de Conservação de Uso Sustentável são compostas por sete grupos de Unidades de Conservação: I - Área de Proteção Ambiental; II - Área de Relevante Interesse Ecológico; III - Floresta Nacional; IV - Reserva Extrativista; V - Reserva de Fauna; VI - Reserva de Desenvolvimento Sustentável; e VII - Reserva Particular do Patrimônio Natural³⁶.

A criação de uma Unidade de Conservação deve “ser precedida de estudos técnicos e de consulta pública que permitam iden-

35 As unidades de conservação integral agregam diversos grupos de proteção, tais como: I - Estação Ecológica; II - Reserva Biológica; III - Parque Nacional; IV - Monumento Natural e, por último, V - Refúgio de Vida Silvestre. Nesse momento, não é relevante nos determos na diferenciação de cada uma dessas formas de proteção de unidades de conservação integral.

36 Não cabe, nesse momento, uma análise de cada uma dessas formas de unidades de con-

tificar a localização, a dimensão e os limites mais adequados para a unidade, conforme se dispuser em regulamento” (Artigo 4, § 2 da Lei 9.985, de 18 de julho de 2000) e dos seguintes procedimentos jurídico-institucionais:

1. Identificação da demanda pela criação da unidade: sociedade civil, comunidade científica, poder público etc.
2. Elaboração dos Estudos Técnicos: poder público por meio de seus órgãos executores ou por meio de consultorias contratadas.
3. Encaminhamento ao Órgão de Meio Ambiente (Ministério do Meio Ambiente; Secretarias Estaduais e Municipais de Meio Ambiente) para a elaboração de pareceres técnico e jurídico.
4. Encaminhamento a outros órgãos da estrutura do Poder Executivo, que tenham algum tipo de interesse alcançado pela criação da Unidade.
5. Realização de Audiência Pública.
6. Encaminhamento, ao Chefe do Poder Executivo, de alguns documentos ligados às etapas anteriores.
7. Assinatura e publicação dos Decretos, ou envio do Projeto de Lei ao Poder Legislativo (Ministério do Meio Ambiente).

Assim, mesmo com as diretrizes e demarcações jurídicas de criação e estabelecimento de uma Unidade de Conservação (UC), ainda não existe, como informado, nenhum ato formal de criação ou adequação às normas jurídicas do SNUC para futura criação institucional do espaço do Parque Ecológico do Cocó.

servação, mas é interessante analisar essa diferenciação e as normas de criação e estabelecimento dessas unidades para poder, a partir dessa análise, entender como o Parque do Cocó se insere nesse processo e quais os impasses e possibilidades de sua criação institucional.

Historicamente, processos administrativos correm paralelos à existência social do Parque do Cocó, processos que não atingiram o objetivo de criação oficial-jurídica do mesmo.

Simultaneamente a esse processo de demarcação jurídica, o parque passa a ser alvo das especulações imobiliárias e demais usos econômicos do espaço que se colocam nas grandes cidades brasileiras.

Vários são os fatores que dificultam a criação oficial do Parque Ecológico do Cocó. O primeiro deles é a falta de execução do decreto anteriormente citado, que demarca as áreas do Parque do Cocó como públicas e de interesse social (Decreto Nº 20.253 de 1989 e, posteriormente, o Decreto Nº 22.587, que abrange a área do parque).

Em entrevista concedida ao Jornal “O Estado CE” o advogado Arnaldo Fernandes³⁷ declara que

Esse decreto nunca foi concretizado porque não foram feitas as desapropriações dos terrenos no seu entorno. Pelas características singulares, o Parque do Cocó não pode conviver com propriedades privadas e requer uma proteção especial. Se os terrenos forem privatizados, ficam na iminência de construções, causando vários problemas que já conhecemos. Não podemos esquecer que estamos tratando de uma área extremamente sensível (SOUTO FILHO, 2013).

³⁷ Advogado e membro do movimento ambientalista SOS COCÓ, um movimento que luta pela proteção e preservação do Parque do Cocó na cidade de Fortaleza.

Desse modo, esse é um dos “empecilhos” para a criação jurídica do espaço do Parque do Cocó. Entretanto, este emaranhado de informações jurídicas traz mais complexidades, pois há uma discordância acerca da necessidade ou não dessas indenizações referidas.

Em entrevista produzida pelo pesquisador, com o advogado e professor João Alfredo, em 2014, este ao ser indagado sobre os empecilhos para a criação jurídica do Parque Ecológico do Cocó, responde:

Não tem impedimento, entendeu? Do ponto de vista jurídico não há impedimento, porque você tem dois decretos, um do Tasso outro do Ciro que criou as poligonais, entendeu? Você tem um estudo já pronto, um decreto, portanto, já pronto, e que nunca foi assinado, ampliando esse parque, você tem uma legislação municipal que protege esse parque, o que é que falta? É vontade política! Não há entrave jurídico. Tem o problema das desapropriações? Tem! Mas o Procurador Alexander Sales foi muito feliz quando já debateu essa questão, inclusive na imprensa, mostrando claramente que aquilo que for área de preservação permanente – APP, pelo código florestal, ali não cabe indenização, que aquilo que for terreno da união pode ser retomado (Entrevista realizada em 22/01/2014).

Nesse momento, interessa pensar que a diversidade de discursos acerca da possibilidade ou não das indenizações reflete, na verdade, um conflito de discurso acerca da criação do parque. Um embate que se arrasta ao longo dos anos e que traz camadas de obscurecimento da questão para a população, que fica desorientada frente a esse emaranhado de questões e informações.

Outro fator de grande importância é a questão burocrática que existe, pois estudos técnicos de criação do parque são feitos, mas acabam por expirar devido à demora na tramitação oficial existente. Entretanto, havia evidências de que essa tramitação começaria ocorrer de forma mais fluida, pois passaria a ser tratada como promessa de governo do Conselho de Políticas e Gestão do Meio Ambiente - CONPAM, conforme audiências públicas que o parque estaria criado “*de direito*” até 2014.

Além desses fatores existem outros de adaptação do parque às normas do SNUC, fatores técnicos no que tange à forma e dimensão. Todo esse contexto acima demonstrado esclarece a disputa social em torno dos usos legítimos do espaço em questão. O objetivo dessa análise jurídica, política e econômica da região em questão foi demonstrar a clara criação de um espaço feito para uma classe econômica específica, com um poder de compra elevado. Desse modo, não podemos pensar os usos cotidianos do parque, sem se levar em conta os contextos econômicos, sociais e políticos que estão no contexto de produção desse local.

Espaço pensado para uns, mas que é apropriado por diferentes sujeitos que não estavam nos planos daqueles que projetaram este espaço e seus usos. Local de encontro e (des) encontros, momentos de alteridade que só podem ser encontrados na esfera pública, mas que carregam consigo (em suas formas, símbolos e valores) elementos de constituição da esfera privada. O Parque do

Cocó traz consigo uma complexa transformação social na percepção da sociedade acerca do meio ambiente urbano, uma mudança que o insere em local de destaque e que o insere numa nova forma de produção econômica: a venda do verde.

Desse modo, todo esse contexto discutido anteriormente de produção do espaço urbano das cidades a partir de interesses privados e direcionamentos de investimentos públicos se alia a uma mudança de percepção social em relação ao meio ambiente, que o insere em papel de destaque e que cria uma economia do verde, do bem viver ligado à natureza.

2.2 O Parque do Cocó e a cidade de Fortaleza: uma análise sócio-histórica

A cidade, como discutido em variadas literaturas, historicamente teve sua produção urbana do espaço de modo a estabelecer uma divisão da cidade entre um lado mais desenvolvido economicamente, e direcionado para certa classe econômica mais favorecida, e outra área produzida para receber uma população vinda, em grande parte, de uma condição socioeconômica menos favorecida que a do grupo anteriormente mencionado. Entretanto, essa visão dual não se efetiva, pois a cidade agrega outras formas de produção do espaço urbano que foge a essas regras de normatização e produção do seu espaço urbano, tais como declaram os autores Santos (2009), Carlos (1994), Villaça (1997, p.139) e Araújo e Carleial (2003):

Em Fortaleza, a incipiente expansão nos anos 1930 começa a configurar também uma segregação espacial na Cidade, com a divisão funcional em setores a partir da área central e de sua periferia imediata, e a seguir para periferias mais distantes: o centro, comercial; o oeste, industrial e residencial de classe baixa; o leste, residencial de classes média e alta (FUCK JÚNIOR, 2003, p.2).

Fortaleza reproduziu ao longo dos séculos uma concepção hierarquizante da produção do espaço urbano, mediante uma percepção urbanística e ordenadora do espaço, que tem como proposição a segregação dos espaços da cidade, terminando por apartar ricos e pobres, tornando o espaço da cidade reflexo das relações sociais desiguais (VILLAÇA, 1997).

Pensar a cidade de Fortaleza, nesse sentido, é pensar a cidade como objetivada e projetada de acordo com interesses particulares interventores na produção e distribuição dos grupos sociais dentro da cidade, onde se percebe uma confluência e interligamento (SANTOS, 2009) de diretrizes de desenvolvimento.

Meyer (1978) ressalta que:

A apropriação da cidade, ação de transformar algo externo em bem pessoal, realiza-se de forma organizada, ordenada, segundo métodos, princípios e estratégias. Esta organização, entretanto, não será sempre perceptível no plano espacial. Muitas vezes uma aparente incoerência e desordem escondem uma estrutura perfeitamente lógica. O regulador da ocupação é o valor do solo urbano. Visto como mercadoria, o

solo urbano está sujeito às regras do sistema produtivo e de consumo (MEYER, 1978, p. 152).

A desigual ocupação urbana de pobres e ricos não divide a cidade entre lado Oeste como pobre e lado Leste como rico, de acordo com Araújo e Carleial (2003), pode-se encontrar polos de riqueza nas zonas mais pobres e zonas de pobreza na parte mais rica, ou seja, pode-se observar a diversidade do movimento do capital em Fortaleza, onde as contradições são visíveis.

É fato, no entanto, que assim como em outras cidades alguns pontos de Fortaleza foram e são alvos de investimentos que os fizeram e os fazem sobressair em relação aos demais lugares da cidade. Essa produção do espaço da cidade se dá de acordo com interesses econômicos de grupos, apoiados também em políticas públicas de produção do espaço. Como exemplo, Dantas (apud BRANDÃO, 2009) enfatiza que:

Uma ação conjunta entre Governo e empregadores incorporou à cidade o bairro Água Fria, da zona leste, através de doações pelos Grupos Edson Queiroz e Patriolino Ribeiro, de terrenos vizinhos para a construção da Imprensa Oficial e do Centro de Convenções. Estes equipamentos foram instalados nas proximidades do mesmo Grupo Edson Queiroz, que deu início a suas atividades em 1973. A instalação desses serviços fez com que o governo, usando o dinheiro do contribuinte, levasse água, telefone e asfalto até lá, atravessando áreas ainda não habitadas pelos latifundiários urbanos (BRANDÃO, 1986).

Houve desse modo, uma junção entre ações que terminaram por desenvolver econômico e estruturalmente uma região específica que passaria a ser, alguns anos mais tarde, uma das maiores áreas de especulação imobiliária da cidade.

Santos (1986) afirma que o espaço é um campo de forças cuja aceleração é desigual. De acordo com seu pensamento, isso explica o fato de a ocupação espacial não se fazer de maneira idêntica em todos os lugares.

Os espaços urbanos de Fortaleza podem ser percebidos como resultados de um intenso processo político e econômico de convergência de interesses, que terminaram por criar certas áreas supervalorizadas em relação às demais regiões da cidade, tais como a região Leste da cidade. A análise dessa corrente de desenvolvimento urbano direcionado por uma forte confluência de investimento fez nascer em estudos geográficos um conceito muito emblemático: Zona leste de desenvolvimento, de acordo com Santos (2011).

Considera-se o espaço urbano como condicionado pela sociedade em uma de suas dimensões, aquela mais aparente, materializada nas formas espaciais, objetivadas nas formas mais perceptíveis. O espaço urbano é fragmentado, articulado, reflexo e condicionante social, um conjunto de símbolos e campos de lutas (CORRÊA, 1995).

Concorda-se com Freitas (2010) quando esta analisa que a cidade de Fortaleza não pode ser percebida como tendo por acaso seu atual padrão de diferenciação intraurbana, muito menos que a concentração de famílias com um alto poder aquisitivo na região Leste³⁸ se dá devido, simplesmente, às terras planas e fáceis de ocupar. A autora analisa que, nessa forma de ocupação e desenvolvimento, há um complexo processo de produção social, em que a provisão de infraestrutura – dentre a qual os transportes e a concentração da propriedade privada – é um dos fatores responsáveis por essa diferenciação.

Interessante analisar esse dado já que um dos motivos de não criação do Parque Ecológico do Cocó, segundo os órgãos responsáveis, é a dificuldade das indenizações a serem pagas. Segundo os referidos órgãos, essas indenizações são extremamente importantes na criação desse espaço institucional, pois segundo o SNUC a categoria “parque” tem de estar sendo completamente apropriada pela união, sendo de inteira propriedade pública.

Segundo Jornal O POVO publicado no dia 26/06/2012:

O Parque do Cocó não está no Cadastro Nacional de Unidades de Conservação (CNUC) e, por isso, não é reconhecido legalmente como uma unidade classificada como tal. Os decretos de criação do parque expiraram e a área dos particulares não foram desa-

38 Em documento publicado e elaborado pelo IPECE, bairros como Aldeota e Cocó (Zona Leste da cidade), por exemplo, possuem renda individual de R\$ 2.901,57 e 3.295,32, respectivamente. Já os Bairros Conjunto Ceará e Granja Portugal (Zona Oeste) possuem rendas per capita de 603,52 e 334,83 respectivamente.

propriadas. O que é incompatível com a categoria “parque”, que exige que 100% da área seja pública. Segundo Paulo Henrique Lustosa³⁹, as desapropriações “envolvem valores na casa de milhões de reais”.

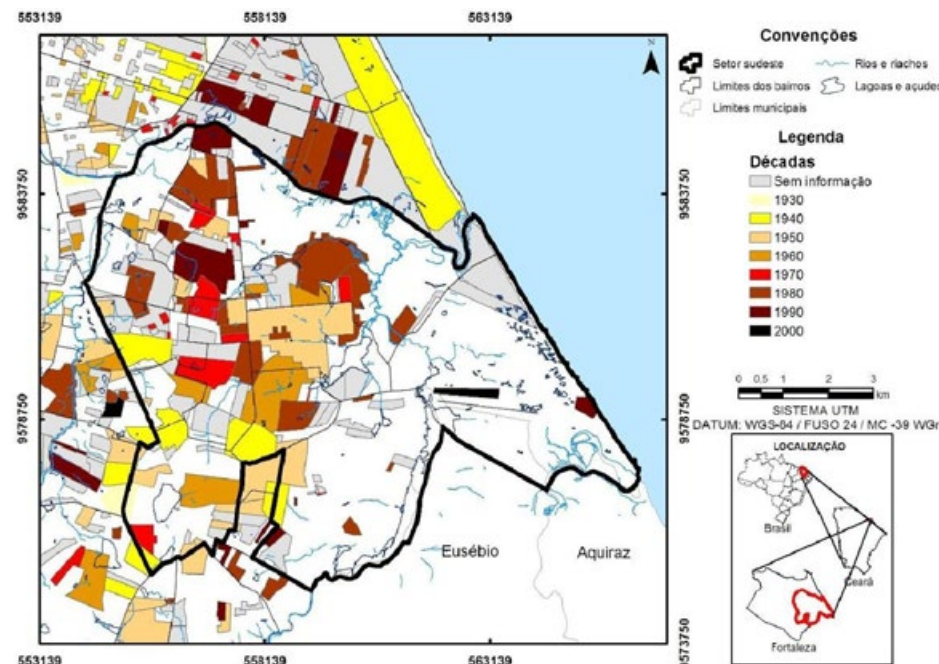
Esse desajuste entre indenizações⁴⁰ e criação do Parque do Cocó não é uma disputa recente, mas histórica naquele espaço e importante para se entender esse contexto de grande poder de pequenos grupos sobre aquela parte da cidade. Para se entender melhor esse contexto, deve-se introspectar uma pequena análise da produção histórica daquele espaço, que objetiva demonstrar como o atual padrão de desenvolvimento urbano da cidade não se deu aleatoriamente, mas objetivamente e historicamente.

De acordo com a história registrada, a primeira família a se apossar da região – que é hoje denominada Parque do Cocó – foi a do patriarca português Washington Soares, que desenvolveu a atividade pecuarista, com extração de couro e carne bovina. Essa área foi posse de inúmeras famílias de forte poder político naquela região ao longo dos anos (Ver Figura 3). Uma região marcada por relações de poder que veio produzir um espaço hierarquizado e supervalorizado dentro da cidade de Fortaleza.

39 Paulo Henrique Lustosa, no momento dessa reportagem, era presidente do CONPAM - Conselho de Políticas Ambientais do Governo do Estado do Ceará, que tem como objetivo discutir as questões socioambientais dentro do espaço do Estado do Ceará.

40 Essa discussão acerca das indenizações será melhor trabalhada mais a frente, pois há um grande embate acerca da necessidade ou não de pagamentos do seu real valor.

Figura 3: Evolução dos loteamentos implantados no sudeste de Fortaleza (1939-2002).



Fonte: Base Cartográfica e Cadastro de Loteamentos da SEINF/PMF, 2011.

Esses loteamentos, de acordo com a legislação daquele período, ainda não se inseriam em áreas urbanas, mas em sítios rurais. Essa situação se alterou, a partir de 1940, com o início de processo de conversão das terras rurais no tecido urbano da cidade. Santos (2011) afirma que

A partir da década de 1940, acelerou-se o processo de conversão de sítios de uso rural em loteamentos urbanos no sudeste de Fortaleza, à época, desconectados da cidade. Uma das maiores propriedades rurais que circundava Fortaleza na época, Fazenda

São Paulo, pertencia ao latifundiário e político de grande influência local Cel. Álvaro Soares, irmão de Washington Soares. O latifúndio de 870 ha, que fora comprado em 1928 de Amácio Philomeno Ferreira Gomes e sua esposa Maria Augusta Linhares Ferreira Gomes, começava à margem direita do rio Cocó e seguia até a lagoa da Precabura. Esse latifúndio ficou aos cuidados de seu irmão Washington Soares até a morte do Cel. Álvaro Soares em 1947, quando a Fazenda São Paulo foi dividida entre seus sete filhos, que posteriormente transferiram ao capital imobiliário essa herança (SANTOS, 2011, p.23).

Esse processo ocorre, quando a legislação de terras acontecia em nível local – inalterado até a década de 70, e quando a Lei federal (Lei nº 6766/79) – estabeleceu que essa legislação fosse federalizada.

Pode-se perceber que, até esse momento, a política de expansão urbana da cidade se concentrava em mãos do poder local, que se articulava com os proprietários de terras e direcionava os investimentos e o crescimento urbano.

Correa (1995) aponta três agentes de produção do espaço urbano: Estado, empresariado e sociedade civil organizada. Faz-se necessário entender os usos sociais do espaço do Parque do Cocó sem levar em conta os atores de sua criação e os interesses e relações de poder existentes nesse processo.

O Estado pode ser percebido como agente potencializador do desenvolvimento e da produção espacial urbana, congregando

serviços⁴¹ e diretrizes governamentais em torno de uma determinada região de interessante desenvolvimento aos olhos do plano de governo estatal. Entretanto, a atuação estatal naquela região vai além do fomento à estrutura, instalando também aparelhos naquele espaço. Como diz Dantas:

Sob o governo do Coronel Aduato Bezerra, que nomeou o Prefeito Evandro Aires de Moura, (1974/1978), um novo plano diretor físico de Fortaleza foi aprovado pela lei 4.486, de 12/03/75. Este plano dividia o município em zonas, legislando sobre os usos e ocupação do solo, com o objetivo de orientar o desenvolvimento urbano (CODEF, 1979) O Plano Diretor Físico propunha, com relação ao sistema viário, acentuação do esquema radioconcentrico da cidade. Assim foi prolongada a Avenida Santos Dumont (1976), sob o pretexto de dar acesso ao conjunto Cidade 2000, a construção da Avenida Zezé Diogo (Dioguinho) e da Praça 31 de Março, na Praia do Futuro. Também foi prolongada a Avenida Antônio Sales, facilitando o acesso ao Centro de Convenções, Universidade de Fortaleza, Imprensa Oficial do Ceará e Academia de Polícia os quais à época, só tinham como opção a Avenida Santos Dumont e a rua Francisco Gonçalves. (DANTAS, 2009, p. 160-161).

⁴¹ Dentre os equipamentos estruturais implantados pelo Estado principalmente da década de 70, podemos enumerar algumas de grande importância para o surgimento daquela região da cidade como uma região de forte potencial agregador de riquezas: Centro de Convenções (1978), Imprensa Oficial do Ceará, Academia de Polícia Militar do Ceará, Centro Administrativo do Banco de Estado do Ceará, Centro de Treinamento da Secretaria Estadual da Educação, Centro Administrativo do Cambeba (1978-1982).

O Estado, desse modo, atua de maneira objetiva na disposição dos indivíduos no espaço e na sua qualificação estrutural. Desse modo, concorda-se com Corrêa (1995) quando este afirma:

O Estado atua também na organização espacial da cidade. Sua atuação tem sido complexa e variável tanto no tempo como no espaço [...]

Uma primeira observação refere-se ao fato de o Estado atuar diretamente como grande industrial, consumidor de espaço e de localizações específicas, proprietário fundiário e promotor imobiliário, sem deixar de ser também um agente de regulação do uso do solo e o alvo dos chamados movimentos sociais urbanos [...] (CORREA, 1995, p. 24).

Corrêa (1995) ressalta que o Estado atua de diversas maneiras na produção e ocupação do solo urbano, maneiras essas que vão desde o direito a desapropriar propriedades privadas à mobilização de reservas fundiárias públicas, o que altera o valor da terra e segrega os indivíduos desses espaços.

De acordo com pesquisa monográfica, realizada em 2011, observam-se os investimentos estatais na cidade, percebendo-se as concepções e prioridades de desenvolvimento urbano do Estado.

Quadro 1: Investimentos previstos pela Prefeitura Municipal para 2011.

Secretaria Executiva Regional	Investimentos em Urbanismo	Urbanização de Vias e Espaços Públicos	Área Urbanizada
SER CENTRO	10.652.950	60.000	9.651 m ²
SER I	56.704.944	4.609.500	54.940 m ²
SER II	73.144.500	3.566.000	30.846 m²
SER III	27.922.441	3.041.000	127.3000 m ²
SER IV	30.496.659	2.061.000	39.715 m ²
SER V	29.309.000	4.458.000	33.820 m ²
SER VI	86.597.610	11.015.000	48.852 m ²

Fonte: Orçamento Fiscal referente aos Poderes do Município, 2011. Org. Gleison Maia Lopes.

A SER II, como observado no quadro de investimentos, tem o segundo maior investimento em urbanização de vias e espaços públicos da cidade, perdendo apenas para SER VI, mesmo sendo a Secretaria que teria o 2º menor espaço (uma área de 30.846 m) a ser melhorado com o recebimento dessas finanças.

Os dados revelam investimentos diferenciados, que terminam por qualificar uma área em detrimento de outra e o aparelhamento e estrutura física de áreas, de acordo com os planos de desenvolvimento urbano do governo para a cidade e com as demandas criadas pelo crescimento urbano desenvolvido, também, pelo empresariado.

Concorda-se com Corrêa (2000), quando este diz que a ação do empresariado modela a cidade e intervêm na localização de certos usos da terra. O empresariado, nessa visão do autor, tem o poder de se impor ao Estado visando à realização de desapropriações de terras, instalações de infraestrutura necessária às suas atividades e para a criação de benefícios para seus empreendimentos.

Sabe-se que as ações empresariais, naquele espaço, podem ser percebidas em outras frentes sociais que influenciam nas variáveis de uso daquele local da cidade, seja na criação das demandas de consumo, educação e lazer. Entretanto, objetivar-se-á a análise nestas referidas anteriormente, pois se considera que agregam em si uma forma de produção da cidade, que termina por qualificar uma zona da cidade em detrimento de outras ainda não inseridas nas redes da economia capitalista da especulação. Desse modo, pode-se ter uma noção de impacto das obras privadas no desenvolvimento e estruturação daquele espaço, enquanto local de consumo e valorização imobiliária.

Interessante analisar a junção de ações entre Estado e empresariado para entender como se dá a produção direcionada do espaço urbano. No Parque do Cocó, essa junção é mais facilmente apreendida no setor imobiliário, que hoje passa a exercer dominante papel na estruturação econômica e mercadológica daquele espaço da cidade.

A atividade imobiliária, assim como qualquer outra atividade capitalista, incorpora um forte componente de risco. Isso quer dizer que os empreendedores produzem a cidade adiantando-se, se possível, dentro do (seguro) vetor geral de deslocamento das classes dominantes. O fator de risco está no fato de que, evidentemente, nunca se sabe se a demanda acompanhará exatamente a oferta produzida [...] Uma bem montada coalizão público-privada que canalize recursos públicos para a modernização prévia de determinadas “frentes imobiliárias” pode diminuir substancialmente ou até mesmo eliminar estes riscos.

Assim, a “máquina de crescimento urbano” aparece a partir do momento em que a intensa movimentação empresarial em cada uma das “frentes” se faz acompanhar de todo um aparato normativo e governamental que venha consolidar estas “apostas” (FERREIRA apud ROLNIK, 2009, p.221).

Entretanto, deste contexto, entende-se essa junção de interesses e ações políticas e econômicas como polos dissonantes de outras formas de percepção e ação no mundo social e político do contexto passado, ações essas protagonizadas pelos movimentos sociais, que se mostravam como os novos atores de contestação, conforme já se mencionou.

Em geral, o surgimento dos movimentos sociais no cenário de lutas e disputas sócio-políticas nasce da disjunção resultante da conflitualidade existente nas contradições entre demandas sociais

e interesses políticos (CASTELLS, 1999). Assim, pode-se pensar a criação da região do Parque Ecológico do Cocó, analisando a região com o que Santos (2010) chama de “vertente sudeste de desenvolvimento”, que seria essa criação de uma região desenvolvida dentro da cidade a partir de investimentos conjuntos e relações sociais de poder.

Deve-se pensar a região do Parque do Cocó como uma região estabelecida como hegemônica, com usos pensados economicamente. Portanto, os usos desse espaço, com certeza, passaram e continuarão a passar por normatizações diárias de adequação dessa área aos objetivos de sua criação. Esse contexto influenciará objetivamente nos usos sociais recebidos pelo parque, seja pelas leis de “criação” e uso do espaço do parque, seja pela disputa de legitimação na apropriação do mesmo. Entretanto, uma questão se coloca nesse contexto: ao se perceber que o desenvolvimento da região, em que está inserido o Parque Ecológico do Cocó, é muito recente e surpreendente, em termos de magnitude, pensa-se: qual o motivo e força propulsora de tal movimento?

O que impulsionou esse crescimento e atraiu os interesses dos grandes investidores (seja o Estado ou empresariado local) para aquele lugar? Tem-se, como hipótese, de que já se respondeu parte da questão colocada quando se discutiu a junção de interesses e sujeitos na produção de determinado local, através do que se denominou “seguro vetor geral de deslocamento”, cuja determinada

área é estabelecida como prioridade de investimentos e melhoramentos urbanos. Entretanto, outro fator é peça fundamental para se entender a inserção do Parque do Cocó dentro desse contexto de importância social e econômica: a mudança de percepção social em relação ao meio ambiente.

Entende-se que o Parque do Cocó está inserido numa rede ideológica de produção da cidade, num sistema econômico de relações de força no direcionamento desta produção e numa recente mudança de relação entre homem e meio ambiente, que se interligam com os dois fatores anteriormente mencionados dentro do espaço urbano da cidade.

2.3 A mudança de percepção social em relação ao meio ambiente: o discurso preservacionista em pauta

Monteiro Júnior (2008) traz uma discussão acerca da separação binária entre cidade e natureza, a qual, em certos momentos, uma é colocada como contrária a outra. Tal abordagem, segundo o referido autor, traz maneiras diferenciadas de concepção social de uma e de outra, em que elas tendem a se adequar à concepção do “bem viver” incorporado socialmente, e por consequência, termina por afetar drasticamente as atitudes sociais em relação às duas.

Pensa-se que a mesma relação binária concebida entre cidade e natureza pode também ser aplicada à relação entre homem e

meio ambiente, pois durante a maior parte do período histórico de produção humana, principalmente, com o surgimento de sistema de produção capitalista, a natureza e o ser humano passaram a ter suas relações intermediadas pelo trabalho, que regula e controla a relação entre estes como forma de (re)criar a existência e socialidade humana.

Historicamente o ser humano percebe o meio ambiente como veículo para supressão de suas necessidades sociais, econômicas e culturais. Essa forma de enxergar o meio alterou de maneira geral a relação do ser humano com a natureza, porque a natureza (leia-se o meio ambiente) era vista como reservatório infinito onde o ser humano poderia satisfazer suas necessidades de maneira objetiva.

Gonçalves (1998) afirma que

A ideia de uma natureza objetiva e exterior ao homem, o que pressupõe uma ideia de homem não-natural e fora da natureza, cristaliza-se com a civilização industrial inaugurada pelo capitalismo. As ciências da natureza se separam das ciências do homem; cria-se um abismo colossal entre uma e outra (GONÇALVES, 1998, p. 35).

Entretanto, a sociedade moderna (capitalista) há três décadas vem “mudando” seu paradigma de desenvolvimento, modificando a relação do ser humano com a natureza. Tal mudança traz à tona outra discussão acerca da posição que o ser humano ocupa frente ao meio que ele pertence, até então, de destruição dos recursos naturais. Essa mudança deve ser vista como resultado de

um processo histórico de embates entre os agentes envolvidos no processo de produção e reprodução da sociedade, que passaram a conflitar em torno das diretrizes e padrões de desenvolvimento a serem levados em conta no processo de reprodução social, colocando em xeque a ordem até então vigente (WALDMAM, 2006).

Em 1972, foi realizada a conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento e Meio Ambiente, mais conhecida como Conferência de Estocolmo. Marco da relação homem e natureza, que contou com a participação de 113 países, com o objetivo de se repensar a ação humana intervencionista na natureza. Essa conferência se fez necessária, pois a lógica existente até então era a de que, conforme se disse, o meio ambiente funcionava como o local onde o ser humano satisfaria suas necessidades econômicas, sociais e culturais.

Assim, é perceptível como naquele momento, o ser humano se colocava como um ser externo ao meio em que vive e a relação que se estabelecia, nesse caso, era vertical, de dominação do homem com relação ao meio ambiente. Nesse sentido, concorda-se com Waldmam (2006), quando este diz:

Assim, sempre que analisamos a destruição do meio ambiente, é preciso recordar que vivemos em um regime guiado por uma divisão social do trabalho. Onde a uns cabem as decisões e a outros o cumprimento das diretrizes previamente traçadas. É preciso lembrar que o caráter privado da propriedade no regime capitalista determina uma apropriação privada da natureza, seja em escala local, nacional, e dada

a existência da divisão internacional do trabalho (WALDMAN, 2006, p. 86).

Deve-se perceber esse conceito de desenvolvimento, também, segundo o imaginário produzido pela sociedade acerca de um determinado fator, no caso o crescimento econômico. Desse modo, esse modelo de desenvolvimento é um modelo produzido historicamente, que pode ser explicado sob a ótica da base cartesiana e sincrônica a qual nosso conhecimento se alicerça, conhecimento que como declara Gonçalves (2006), é produzido historicamente e traz consigo a produção de uma “verdade” (vista como legítima pela sociedade) a ser reproduzida e tomada como correta.

Diante dessa nova maneira, construída historicamente através de um árduo processo de lutas sociais, o meio ambiente passa a ser considerado como problemática de extrema relevância e importância política, econômica e social.

Preservar o meio ambiente passou a ser obrigação social dos cidadãos, discurso social imbuído de uma coerção social aos que a essa “regra de preservação da vida” se rebelam.

Desse modo, o meio ambiente se incorporou ao leque de assuntos totalizantes na sociedade moderna, incorporando-se ao pequeno e restrito grupo de categorias com “que todos os indivíduos se preocupam”: saúde, educação, trabalho e, por último, mas não menos importante, o meio ambiente.

Assim como em várias partes do mundo, Fortaleza, especificamente por volta da década de 1970, passou a ocupar grande espaço de luta e contestação dentro do cenário de lutas da cidade. O Parque do Cocó, área verde da cidade, foi objeto de embates e conflitos sociais dentro do espaço urbano de Fortaleza.

Nottingham (2006) afirma que

O Parque Ecológico Adahil Barreto, inicial e popularmente conhecido como Parque do Cocó, tornou-se símbolo da luta ambientalista em Fortaleza, por ter sido palco de ações vitoriosas e significativas dos militantes e líderes do movimento. A primeira manifestação pública relevante em defesa do Cocó, o piquenique, em abril de 1978, pelos membros da SOCEMA, foi o evento memorável para os organizadores do movimento e marco da trajetória ambientalista na cidade, pois contou com o apoio e participação de considerável parcela da comunidade e conseguiu garantir a instalação do Parque, em lugar do centro administrativo do Banco do Nordeste (NOTTINGHAM, 2006, p. 83).

O Parque do Cocó teve, portanto, sua área demarcada, fruto de toda movimentação política, para fins de desapropriação e criação em 1989 e, posteriormente, teve essa área ampliada em 1993, pelo Decreto Número 20.253 (Ver anexo 2) e, posteriormente, pelo Decreto Número 22.587, respectivamente. Desse modo, o

Parque do Cocó transformou-se em um campo de discussões sob o qual se debruçam diversos olhares.

2.3.1 Quando o “verde” é o novo “mar”: o parque como reserva discursiva de ligação entre homem e meio ambiente

A seguir Corbin (1989) faz uma pequena demonstração dos variados motivos pelos quais o mar é percebido e tratado socialmente pela sociedade.

Não existe mar no Jardim do Éden. O horizonte líquido sobre cuja superfície o olhar se perde não pode integrar-se à paisagem fechada do paraíso. Querer penetrar os mistérios do oceano é resvalar no sacrilégio, assim como querer abarcar a insondável natureza divina (CORBIN, 1989, p. 11-12).

Na visão deste autor, o mar é o lugar das incertezas e do caos. Seria assim “o mais pavoroso espetáculo oferecido pela natureza”.

Na construção dessa percepção social em torno do mar, Corbin (1989) se reporta uma multiplicidade de atores, que fazem da esfera social de vivência societária uma tábula de criação dessa percepção, seja através das formas religiosas de vida, nas quais as religiões incorporam, em suas obras, o mar como ente de fúria divina e de intempestividade, em contraposição, a uma ideia de paraíso calmo e sereno; das artes como música, poesia, pintura, as quais tratam em suas produções o mar como ente alheio e oposto a uma

ideia de intimidade e proximidade; seja pela estrutura econômica da sociedade, que produz suas formas de sobrevivência a partir de locais onde o mar é excluído da participação desse contexto.

Assim como na construção deste modelo social de percepção do mar, como externo, inabitável e destituído de convívio, Corbin (1989) revela que uma mudança nessa estrutura só é possível graças a uma mudança nos modelos de produção dessas legitimidades sociais.

A religião passou a perceber que “a beleza da natureza atesta o poder e a bondade do criador”, bem como as produções artísticas passaram a perceber esse mar, que antes era espaço do inabitável, como campo de encontro com o retorno às origens naturais, de encontro com o criador e consigo mesmo.

Corbin (1989) considera todo esse discurso como “Hino à navegação que aproxima os homens, que permite o marinheiro admirar a terra inteira, que encoraja o comércio e, sobretudo, possibilita o desdobramento do esforço missionário” (CORBIN, 1989, p. 40). Aliado às descobertas tecnológicas na navegação marinha, esse discurso tem feito do mar uma opção às formas de obtenção de fundos e estabelecimento de comércios. Desta forma, ele se insere na lógica de apropriação do mundo, como espaço de comércio, admiração e contemplação, contexto que viria a proporcionar – através do que este autor (1989) chama de uma “educação do olhar” – sua inserção como um objeto dentro do qual se busca “o

prazer até então desconhecido de usufruir de um ambiente convertido em espetáculo” (1989, p. 64).

No caso de Fortaleza, segundo Dantas (2002), a cidade nasce com um imaginário interiorano, como a cidade do sertão, uma cidade litorânea, mas com alma interiorana (litorânea-interiorana), onde o mar se coloca como campo do obscuro e do desconhecido, prevalência explicada pela dominação sociocultural e econômica do sertão. Entretanto, por processos diferenciados (de mudança na esfera de produção e exportação, de dominação cultural, de incorporação de valores exteriores) esse contexto se altera e o mar se insere numa nova problemática urbana, de interesse, valorização e busca social.

O mar passa a qualificar-se como espaço de trabalho, lazer e sociabilidade, introspectado no imaginário social como reserva de ligação entre ser humano e natureza, que os aproxima e estabelece uma nova maneira de produção da sociabilidade urbana.

Tem-se constatado nesta pesquisa que o Parque do Cocó, representado pelo seu mangue e rio, também percorreu esse mesmo percurso em relação ao mar, onde ocorreu uma mudança de percepção social, transformando um espaço anteriormente visto como ermo e abandonado em um dos espaços mais disputados e valorizados da cidade.

Há algumas décadas, a região que hoje ocupa o Parque do Cocó era uma região destinada a usos “periféricos” dentro da ci-

dade, usos vinculados ao trabalho da classe economicamente desfavorecida, lugar de não passagem das principais vias urbanas da cidade e de pouco trânsito social, enquanto o centro da cidade era seu local social e econômico hegemônico.

A partir do que se escolheu denominar anteriormente como mudança de percepção em relação ao meio ambiente, uma série de transformações estabeleceram novas formas de ver e pensar a produção da cidade e seus impactos ambientais.

Assim como outras coisas e objetos, o verde passa a ser mercadoria de venda, legitimação e qualificação dos produtos. Produtos verdes foram alçados à categoria de sustentáveis, qualificando-o para o “consumo consciente” e “ecologicamente correto”.

Morar no parque passa a ser um modo de se estar próximo à natureza, integrado a ela, estabelecendo uma distanciação do ritmo frenético urbano. O Parque do Cocó é apresentado como sendo um oásis dentro do qual é possível estar próximo do meio ambiente, das benéficas de morar no campo, mas integrado à cidade e seu movimento inacabável. Desse modo, o parque passa ser uma opção que agrega um “bem viver urbano” (Ver Figura 4).

Figura 4: Propaganda comercial de empreendimento no entorno do Parque do Cocó.



Fonte: Folder de venda de imóveis na cidade de Fortaleza.
Pesquisa direta (GLEISON MAIA LOPES).

Assim como os poetas citados por Corbin (1989) – inspiravam-se na visão tranquilizante do mar e nele encontravam sentimentos inacessíveis em ambientes outros, tais como paz, felicidade e calma –, o meio ambiente, neste caso, o Parque do Cocó, é incorporado como reserva discursiva de encontro do homem com esses sentimentos: calma, qualidade de vida, mas também conforto, conforme declaram as construtoras de edifícios de luxo no entorno do parque.

Esse contexto de valorização do meio ambiente e de produção daquela região como prioridade de investimentos faz desta um

espaço único na cidade, local produzido para usos específicos: morar no entorno, caminhar, andar de bicicleta, fazer trilhas e atividades esportivas. Como é uma área de grandes investimentos governamentais e empresariais, há tensões diversas em torno da preservação do verde e dos dilemas do “progresso” e do “desenvolvimento”, opondo segmentos sociais aos grupos políticos/ empresariais.

Para além desse conflito de ideologias postas, existem conflitos cotidianos entre os usuários dessa região. Esta pesquisa se ancora na análise dessas formas diversas de conflito dentro deste espaço: conflitos de ideologias de produção da cidade, de relação entre homem e meio ambiente e de conflitos objetivos no momento de apropriação empírica deste espaço, objeto de análise do próximo capítulo.

3 OS USOS DO PARQUE: AS AUTORIAS NO ESPAÇO PELOS SUJEITOS E AS RELAÇÕES SOCIAIS ESTABELECIDAS

Entrar no parque entre os meses de julho e outubro de 2013 remetia a uma visão de pluralidade, que demonstrava a complexidade de situações que este traz consigo.

O Parque do Cocó, atualmente, possui três entradas (Ver Figura 5) para o uso de seu espaço. A primeira é a da Av. Padre Antônio Tomaz, a principal entrada do parque, onde se encontram a sede do Conselho de Políticas e Gestão do Meio Ambiente - CONPAM e o posto de comando da Superintendência Estadual do Meio Ambiente - SEMACE, de onde saem os guardas para patrulha e fiscalização do parque.

A segunda entrada fica na Av. Sebastião de Abreu, onde geralmente os guardas, de motos ou de bicicletas, fazem a patrulha e dão informações às pessoas que por ali circulam. A terceira entrada fica na Av. Engenheiro Santana Júnior, acesso por onde se costumava entrar com mais frequência e de onde relato, a seguir, a junção complexa que os usos do Cocó trazem consigo.

Figura 5: Pontos de entrada do Parque do Cocó.



Fonte: Base de dados do Google, 2014.

Há um sinal de trânsito em frente à porta de entrada do parque na Avenida Engenheiro Santana Júnior. Nesse local, diversos jovens praticam atividades como venda de objetos para carros, enquanto outros fazem malabares e percorrem a fila de carros, pedindo moedas e incentivos para continuidade de seu trabalho. Outros tantos, utilizando um esfregão e um balde d'água, percorrem os carros, oferecendo limpeza dos vidros em troca de pagamento.

Observando a relação que esses jovens estabelecem com o parque, percebe-se que o espaço funciona como local de trabalho, de descanso entre um sinal e outro e de almoço. Percebe-se, ainda, que esses jovens estão conectados a esse espaço e que se inserem de maneira cotidiana no processo de uso e ocupação do parque, atribuindo-lhe sentido e noções de pertencimento.

Quando se atravessava a pista de acesso à entrada do parque, viam-se dezenas de barracas instaladas em meio a tapumes de uma obra. As pessoas faziam atividades cotidianas diversas, arrumavam o acampamento, escovavam os dentes, tocavam música etc. Nesse espaço faixas se destacavam com frases com uma diversidade de cores estampadas nos desenhos produzidos para chamar a atenção daqueles que passavam por aquela avenida. Essa descrição refere-se ao acampamento do Parque Ecológico do Cocó, que se instalou no local por quase 90 dias dentro do parque.

Após atravessar esta parte inicial do parque, via-se um campo onde pessoas jogavam futebol (Ver Figura 6), de maneira muito organizada, com uma grande torcida em volta do campo, aglutinada embaixo das árvores em busca de sombra. Geralmente, nos fins de semana esses campeonatos ocorriam com times de diversas comunidades da região, com uma articulação bem elaborada, tendo até ambulantes, de bicicleta, vendendo lanches durante os jogos.

Figura 6: Jogo de futebol dentro do Parque do Cocó.



Fonte: Pesquisa direta (GLEISON MAIA LOPES, 2013).

Geralmente, os times possuíam técnicos e pessoas que os ajudavam, buscando água nas pias das lavadeiras de roupas para que os jogadores se hidratassem e resfriassem um pouco o corpo. Esses jogos tinham um público bastante heterogêneo, composto de adultos e crianças de gêneros, faixas etárias e grupos sociais diferenciados. Algumas adolescentes também assistiam aos jogos, torcendo, geralmente, pelos times oriundos de suas comunidades.

Mais à frente, via-se o começo das trilhas do parque. Pessoas faziam suas atividades físicas diárias, algumas com seus cachorros (geralmente de raças caras), pessoas saindo de prédios que de tão próximos ao parque (Ver Figura 7) pareciam estar dentro dele (se é que não estivessem de fato). Todavia, a única coisa que integrava esse uso aos jogos que aconteciam no campo, próximo às trilhas, eram olhares espreitando entre um descanso e outro essas atividades.

Figura 7: Entrada de condomínio a 2 metros da trilha do Parque Ecológico do Cocó.



Fonte: Pesquisa direta (GLEISON MAIA LOPES).

Prosseguindo a caminhada pelo parque, mais à frente viam-se poças d'água que atravessavam um lado da trilha, mais alto, em direção ao outro, mais baixo. Essa água vinha de pias de lavagem de roupas onde lavadeiras faziam seu trabalho, ao som de músicas religiosas ouvidas nos celulares, e estendiam a roupa, no lado mais baixo, de maneira quase invisível aos olhos de quem passa pela trilha.

Percorrendo ainda mais as trilhas do parque, chega-se ao outro lado, na Av. Sebastião de Abreu, onde no seu entorno avistam-se pescadores praticando sua atividade. O mesmo acontece na ponte da Av. Engenheiro Santana Júnior, onde é comum se encontrar bicicletas amarradas às cercas do parque (Ver Figura 8) de modo a impedir que sejam roubadas enquanto seus donos pescam nas margens do rio.

Figura 8: Bicicletas presas à cerca do parque.



Fonte: Pesquisa direta (GLEISON MAIA LOPES, 2013).

O parque tem sido usado, visitado e habitado, desse modo, por diversos grupos sociais que, de maneiras diferenciadas, relacionam-se, apropriam-se e criam laços com essa região por motivos variados. Também é utilizado de diversas outras formas: como objeto de elaboração de projetos sociais e de realização de megaeventos culturais, como shows, organizados tanto pelo Governo como pelo empresariado local. Desse modo, passa a se estabelecer como local turístico de relevância na cidade de Fortaleza.

Vários grupos se apropriam desse lugar (Ver Figura 9). Tais grupos puderam ser mapeados na pesquisa: os caminhantes, as lavadeiras, os pescadores, os moradores das margens do rio e do entorno do parque, além de um grupo que acampou no local por quase 90 dias denominado Ocupe Cocó.

Figura 9: Espacialização dos usos pesquisados.



Fonte: Pesquisa direta (SOUSA, 2013).

Esses usos se apresentam de formas diferenciadas dentro do parque, a partir da posição que estão na estrutura do mesmo. Assim, criou-se uma tipificação desses usos a partir da qual se pretende posicioná-los dentro da real perspectiva ocupada por eles dentro da estrutura física, jurídica e social de parque.

A partir da ocupação estabelecida, as formas de usos do parque foram divididas em três categorias de análise: *usos permanentes*, os usos que cotidianamente acontecem naquele espaço; *usos esporádicos*, os usos que acontecem no espaço do parque, de maneira regular, mas com uma intermitência que não os enquadram na categoria de permanentes; e, por fim, a última forma de uso desse espaço, que se denominou chamar de *usos imediatos*, tendo como exemplo os usos que se pausam em interesses econômicos, políticos ou sociais voltados para manifestações e reivindicações políticas.

Desse modo, o Parque do Cocó é entendido como uma amálgama desses usos variados, que estabelecem conexões e formas de ação diferenciadas dentro do espaço do parque.

3.1 No Canto da trilha e nas margens do rio: o Cocó como moradia

Alguns usos do espaço do parque são praticados cotidianamente e de maneira permanente. Desse modo, tentou-se fazer uma

descrição desses usos de modo a tipificar as formas de apropriações existentes pesquisadas dentro do espaço do parque.

Denominaram-se como *usos permanentes* as utilizações que acontecem de maneira cotidiana dentro do parque. São apropriações que não necessariamente “ferem” as normas sociais de utilização e ocupação daquele espaço e que se inserem nas mais variadas formas de apropriação desse espaço. Por exemplo: o Cocó é utilizado como moradia, seja pelo apelo que existe em torno de residir em uma área nobre da cidade e valorizada economicamente, ou pela questão da crise habitacional, que atinge as populações, sobretudo, economicamente menos favorecidas da cidade.

3.1.1 Moradores do entorno do parque

Antes, de mais nada, é necessário que se faça uma diferenciação entre o grupo de moradores do entorno do parque e o grupo analisado: os moradores das margens do Rio Cocó. Estes se inserem de maneira juridicamente ilegal no espaço e constroem suas habitações sobre diferenciados conflitos com os gestores do espaço e seus fiscais, como será analisado mais a frente. São pessoas, em sua grande maioria, de renda muito baixa e que, por consequência, residem nas margens do rio, como forma de suprir uma carência habitacional.

Já os moradores observados no entorno do parque são possuidores de moradias legalizadas juridicamente e adquiridas por valores exorbitantes. Mas ainda precisa-se delimitar: quem seriam es-

ses moradores? Seriam todos os moradores do entorno do parque? Há um tipo homogêneo do que viria a ser morador do entorno?

Entende-se como moradores do entorno do parque, para fins analíticos, moradores que habitam aquela região, com moradia legalizada, e que se associam em torno da defesa dos interesses de uma classe específica: a do bairro a que pertencem. Desse modo, será analisado o *Movimento em Defesa do Parque* composto por moradores do bairro Cocó, residentes nas proximidades do parque. Centenas de moradores, como mencionado em entrevista, aderiram ao movimento e articularam ações conjuntas em torno da causa. Em 43 condomínios do bairro, 742 pessoas participaram ativamente, por meio de assinatura em documento, de reivindicação contra construções. O respectivo grupo era apoiado por outros movimentos que, historicamente, atuaram na proteção do parque, como o SOS COCÓ e Movimento Pró-Árvore.

Não se acredita que este grupo representa efetivamente todos os moradores do bairro Cocó ou, muito menos, todos os moradores do entorno do Parque do Cocó, pois o bairro é bastante diverso. Porém, este é representativo de um grupo de grande atuação na localidade e que se insere nesta área como agentes ativos da produção desse espaço.

Esse não seria, inicialmente, um grupo analisado pela pesquisa. Entretanto, ao longo da pesquisa de campo e de diversos

momentos, impôs-se como objeto de inquietação e como ferramenta de entendimento de determinadas situações, o que fez que se percebesse sua dimensão integrada às diversas relações sociais estabelecidas dentro do parque.

Dentro do espaço do parque existem locais de acesso dos condomínios do entorno das áreas internas do parque, fazendo do espaço uma extensão desses condomínios e de suas áreas de lazer e atividade física. Há poucos metros do parque, menos de dois metros especificamente, ficam as trilhas de algumas portas traseiras de condomínios, fazendo do espaço público do Parque do Cocó um local com acessos particulares e de acesso ilimitado ao mesmo.

O grupo a que se refere habita em grandes condomínios que margeiam o parque e produzem um espaço de habitação de grande restrição econômica devido ao valor excessivo das habitações localizadas ali. Uma apropriação que contrasta com alguns outros usos do espaço, por exemplo, com os moradores das margens do rio (Ver Figura 10) nas imediações do parque.

No próximo subitem, far-se-á a análise desses usos que se inserem na mesma categoria analítica das práticas até aqui mencionadas, mas que são diferenciados em sua essência, ou seja, trata-se de um uso cotidiano, mas periférico e insurgente nas suas manifestações e formas de estruturação. Uma apropriação que o público utiliza como espaço de sobrevivência e retira-lhe os meios para isto.

Figura 10: Casa inserida no Parque do Cocó.



Fonte: Pesquisa Direta (GLEISON MAIA LOPES, 2011).

3.1.2 Moradores das margens do rio

Pretende-se aqui fazer uma diferenciação entre morar no entorno do Parque do Cocó e morar às margens do Rio Cocó, pois do ponto de vista legal ambas as formas de habitação representam formas de ilegalidade. Todavia, as formas de construção e as relações de poder estabelecidas entre os proprietários das terras fazem dessas ou daquelas legítimas ou não.

As margens do Rio Cocó servem de moradia para famílias socialmente excluídas, que percebem nesse local a solução para o seu problema de habitação. Utilizam o parque de variadas formas, tais como moradia e produção de alimentos, pois plantam no es-

paço das margens do rio diversos produtos usados em sua alimentação diária (Ver Figura 11).

Figura 11: Plantação de alimentos às margens do Rio Cocó, nas imediações do Parque Ecológico do Cocó.



Fonte: Pesquisa direta (GLEISON MAIA LOPES, 2011).

Dezenas de famílias habitam às margens do Rio Cocó, nas imediações do parque, e estabelecem um sistema de relações sociais específicas nesse espaço.

Na pesquisa monográfica, a fim de entender a relação daqueles moradores com o Parque do Cocó, foi-se a campo e obteve-se dados que subsidiaram inquietações que fomentaram, em parte, a produção desta pesquisa de mestrado que ora se apresenta.

Segue um relato dessa experiência em campo retirada desse trabalho monográfico:

A relação dessa comunidade com o Parque do Cocó e a relação entre os membros da comunidade, foram uma das grandes descobertas da pesquisa. Essa localidade se situa nas margens do Rio Cocó e no momento de minha primeira visita percebi algo que muito me instigou: várias pessoas vinham à porta do dono da casa pedindo para usar seu poço para lavar seus pés para que pudessem ir em direção à Av. Washington Soares. Analisando a estrutura física da localidade percebi que ela se espacializa em forma de “cone”, onde a casa de Seu José é o início desse cone, a casa que permite o acesso à rua asfaltada, isto é, à “cidade legalizada”. Essa não é a única maneira de se ter acesso às avenidas asfaltadas, mas é o caminho mais rápido. As pessoas que vêm das extremidades do “cone” costumam se sujar porque atravessaram vários pedaços de mangue, durante a caminhada [...] (LOPES, 2011, p. 73-74).

Esse contexto é de aproximações e distanciamentos em relação a outro grupo da pesquisa: os pescadores, que também se estabeleceram naquele local há muito tempo, antes mesmo de sua criação, mas que se relacionam de maneira diferenciada com os moradores das margens do rio. Entretanto, os usos dos pescadores se caracterizam como outra modalidade de apropriação daquele espaço.

3.2 O Cocó como campo de “Trabalho” / “Lazer”

Além do uso permanente de habitação e moradia há os usos cotidianos, mas não permanentes, como as atividades de “trabalho” e “lazer”. O Cocó é utilizado para caminhadas, trilhas, exercícios esportivos, piqueniques e outras atividades de lazer. Da mesma forma, o parque é utilizado para trabalho, não necessariamente remunerado, mas ações que aglutinam em si uma concepção de trabalho, como é o caso das lavadeiras, que organizam suas tarefas cotidianas e dos pescadores, que complementam seus rendimentos com a pesca.

Definiram-se como *usos esporádicos* aqueles usos que se aplicam de maneira regular, mas que não se inserem cotidianamente no espaço do parque. Esses usos são apropriações do parque que não se inserem na lei de uso e ocupação do mesmo. Entretanto, não se relacionam da mesma maneira com a gerência do referido parque, pois se inserem de maneira diferenciada dentro da estrutura de aceitação e legitimidade.

3.2.1 Caminhantes

Caminhar é uma atividade cotidiana de grande uso no espaço do Parque do Cocó. Geralmente, o horário de maior fluxo de pessoas que exercitam esta atividade física se dá no começo do dia, entre as seis e nove horas da manhã. Uma atividade desenvolvida por pessoas de todos os sexos e idades, desde jovens adolescentes, motivados em sua maior parte por parentes mais velhos, que os

levam e incentivam à prática de exercícios físicos diários a senhores de idade, que a praticam visando a tratamento médico ou distração (Ver figura 12).

Figura 12: Homem caminhando nas trilhas do Parque do Cocó.



Fonte: Pesquisa Direta (GLEISON MAIA LOPES, 2011).

Alguns caminhantes do Parque do Cocó são moradores do seu entorno. Porém, existem pessoas de outras localidades que vão ao parque, com o objetivo de caminhar e desenvolver suas atividades físicas. Isso impede que se tratem caminhantes e moradores como um grupo único.

No momento da pesquisa inicial no Parque Ecológico do Cocó, no ano de 2007, a realização da primeira entrevista no par-

que foi com um casal de transeuntes, que caminhava pelas trilhas do parque. Naquele momento, buscava-se entender como a especulação imobiliária afetava os usos do parque e objetivava-se saber se os caminhantes eram moradores daquele local ou se vinham de outras áreas da cidade.

Durante a referida entrevista, pôde-se visualizar, no contato com os usuários desse espaço, uma explicação dos motivos e sentimentos desse processo, contato esse que mudaria os rumos futuros da pesquisa que se realizava. No momento dessa entrevista, jovens pescadores passavam com seus materiais de pesca (tarrafa, vara de pesca, etc.) e, sem intenção visível, resvalavam os peixes, obtidos com a pescaria, nesse casal que se entrevistava. A reação do senhor ao contato com os peixes foi esclarecedora na definição e percepção das fronteiras, que demarcavam os usos sociais dentro do espaço público. Com a voz alterada por uma chateação evidente, ele ressaltou: *Está vendo? Não se pode nem mais caminhar em paz, rapaz. Por exemplo, o que é que eles querem passando por aqui, esse lugar aqui não é de pescar não, é pra caminhar!*

Esse contexto, chama a atenção para um conflito velado de uso e aceitação dentro da esfera social do parque em questão, pois a ideia de homogeneização que cerca a ideia de uso do público barra em definições acerca das apropriações esperadas para certos espaços da cidade, conforme mencionado. A partir de então, a curiosidade foi despertada para entender como se dão as relações entre os demais usuários do referido espaço.

O parque também serve como local de caminhada para casais que se encontram, fazem o percurso das trilhas e vão parando em alguns pontos de descanso para admirar a vista e conversar, bem como para jovens, ainda com uniformes da escola, que passeiam pelas trilhas enquanto se divertem e fazem do parque um campo de sociabilidade. Porém, o acesso ao parque não é tão heterogêneo como se acha, conforme os relatos. Há uma diferenciação evidente entre as práticas estabelecidas no parque e os sujeitos que a praticam.

Carros estacionados (Ver Figura 13) na entrada das trilhas do parque revelam os indivíduos que compõem o extrato social de seus usuários que corresponde a esta categoria de uso do espaço.

Figura 13: Carros de caminhantes do Parque Ecológico do Cocó.



Fonte: Pesquisa Direta (GLEISON MAIA LOPES, 2011).

Portanto, caminhar no parque é delimitar um uso inscrito num espaço de significações e legitimações (SILVA, 2001). Um uso social específico, de uma classe social em sua maioria quase absoluta e de um poder aquisitivo considerável.

Assim como o ato de caminhar estabelece formas de significação e produção de identidades e sociabilidades relacionadas ao espaço e às relações nele constituídas, outras atividades também desempenham esses resultados dentro do parque, de significação e identidade com o espaço, como o trabalho das lavadeiras.

3.2.2 Lavadeiras

O processo de lavagem de roupas acontece no parque há mais de 30 anos (antes da sua criação oficial). Anteriormente à criação institucional do parque, a lavagem acontecia ao longo da extensão do rio (Ver Figura 14), onde as lavadeiras se reuniam e realizavam o processo de lavagem juntas devido à falta de segurança que antes existia naquela região, pois segundo elas ninguém transitava por aquele local e, desse modo, elas seriam “alvo fácil” para qualquer pessoa interessada em fazer-lhes algum mal.

Figura 14: Pintura de Segiane retratando a lavagem no Parque Ecológico do Cocó.



Fonte: Disponível em: <http://segiane.blogspot.com.br/2007_09_01_archive.html>. Acesso em: 29 nov.2012.

Conforme disse uma Lavadeira: *Lá era uma lagoa né? Um riacho! Tinha pedra, a gente botava as roupas sujas nas pedras. [...] A gente chegava lá pelos caminhozinho. A gente estendia a roupa em cima dos matos e dos capim.*

Seu relato chama a atenção para se entender a construção da identidade do *ser* lavadeira no Parque do Cocó, já que esse processo (entre outros que serão demonstrados) parece criar uma rede de sociabilidade em torno dessa atividade tão cotidiana para aquelas mulheres.

Grande parte das lavadeiras que ocupam o Parque Ecológico do Cocó se conhece há muitos anos, devido ao processo descrito anteriormente, e por morarem na mesma localidade. O local de residência de parte dessas lavadeiras é a comunidade São Vicente de Paulo, às margens da Via Expressa, no Bairro Aldeota. Essa localidade revela um contexto de discrepância com a localidade que a circunda. Pode ser percebida como um núcleo social periférico inserido no centro econômico da cidade. Uma comunidade pobre inserida em uma das zonas mais ricas da cidade.

No trabalho de graduação se fez um pequeno esboço etnográfico de como as primeiras impressões daquela realidade que se apresentou naquele momento.

Quando se chegou à comunidade, o contexto causou uma grande impressão: eram três horas da tarde e vários grupos estavam na calçada, conversando sobre como havia sido seu dia, os meninos jogavam futebol nas vielas da comunidade, pessoas almoçavam em frente às suas casas, enquanto outras realizavam tarefas rotineiras, como cuidar dos parentes mais novos ou costurar roupas.

Em contraposição, na rua ao lado, que dava acesso à comunidade, vários carros passavam por aquele lugar (não-lugar para esses motoristas) em uma rotina de trabalho bastante turbulenta, tendo em vista a velocidade desses carros, ao mesmo tempo em que alunos do Colégio Ari de Sá esperavam seus pais, “escoltados” por

seguranças da escola posicionados em cada vértice do quarteirão onde estava localizada a instituição.

Essa contraposição parece revelar um esquema caótico da cidade, mas que desvenda a essência urbana, como a junção de particularidades, reveladas em um complexo esquema de conexões de sentidos e significados. Assim, a cidade se mostra complexa em suas estruturas política, econômica, social e histórica.

Tal comunidade (Ver Figura 15) se situa a uma distância razoavelmente grande do Parque do Cocó e o modo estabelecido para levar as roupas até o espaço reservado no parque, para tal atividade, foi um dos outros modos que me fez atentar para analisar as relações sociais de sociabilidade básicas existentes naquela comunidade.

Figura 15: Vista da comunidade Vicente de Paula para o Parque Ecológico do Cocó.



Fonte: Pesquisa Direta (GLEISON MAIA LOPES, 2011).

Nesse momento, outros indivíduos se envolvem indiretamente nesse processo de lavagem de roupas, servindo como ajudante ou como a pessoa que leva as roupas até a lavanderia. Esse processo simples de cooperação passa a estabelecer uma relação de reciprocidade de favores entre os habitantes daquela comunidade.

No momento das pesquisas iniciais, pôde-se perceber que havia um senhor franzino, de baixa estatura e de porte físico pouco desenvolvido, que sempre acompanhava uma das entrevistadas.

Curioso em saber por qual motivo aquele senhor sempre ajudava aquela senhora – mesmo tendo jovens ou outras pessoas mais aptos do que aquele senhor para levar aquele material – indagou-se à senhora o motivo de aquele senhor levar as roupas. A resposta, a essa indagação explicitada abaixo, resume bem essa rede básica de sociabilidades a qual já se referiu anteriormente.

Esse senhor era um habitante do bairro, que não possuía casa própria e que tinha o hábito de beber nas ruas do local. Durante o processo histórico de socialização dessa comunidade a entrevistada e sua família começaram a conhecê-lo. Sempre que necessário recorriam à sua ajuda para tarefas corriqueiras na casa ou de cuidado com a residência, como troca de telhados, mudança do local de móveis pesados etc. A relação foi se estreitando até que a família construiu um pequeno quartinho em um espaço vazio

(sem entrada para a casa principal) e hoje o ajuda e o abriga na medida que pode.

Isso esclareceu essa relação de troca que passa a ser o processo de transportar as roupas até o local de lavagem, uma ação relativamente simples, mas que traz consigo significados e relações subjetivas para a comunidade em análise.

As lavadeiras, em sua grande maioria, lavam roupas no Parque Ecológico do Cocó e têm como finalidade suprir uma carência de suas casas (espaço para estender as roupas, economia de água ou carência financeira), mas não o fazem homogeneamente com vistas a usar essa tarefa como profissão, pois, em parte das entrevistas, elas relatam não fazer trabalhos para “fora”: apenas lavam as roupas dos “de casa”.

É interessante notar ao longo das conversas o discurso de união e pertencimento elaborado pelas lavadeiras, percebe-se uma lógica formal, na qual se estabelecem mecanismos de aglutinação das lavadeiras dentro do parque. Um exemplo é o arranjo que fazem para lavar as roupas juntas (antes, da criação do parque, por necessidade; agora, por opção).

Essa exaltação, em princípio, pode parecer mecanismos de pertencimento e traços de sociabilidade marcante entre aquelas mulheres, mas ao longo da pesquisa constatou-se nos discursos de que “todas são amigas” e “todas se gostam”, que também existem

disputas e demarcações sociais de poder e espaço dentro do próprio grupo e com os demais usuários do parque.

Observou-se que, no momento, de possíveis conflitos entre as lavadeiras e os demais grupos que utilizam o parque, como os transeuntes, elas utilizam o discurso de grupo e união para estabelecer juntas e com força a demarcação de seu espaço conjunto. Frases como *mexeu com uma*, *mexeu com todas* são presenças constantes nas falas das lavadeiras, e deixaram de ser um dado empírico de campo e se transformaram em problemas de pesquisa para ser analisados.

Apreende-se, na estada em campo, que existe uma relação grupal de pertencimento e sociabilidade entre esse grupo, mas que também esse discurso tem um local político enviesado, o qual é ativado sempre no momento de incipientes conflitos.

Pretende-se deixar claro, nessa parte da pesquisa, que o Parque do Cocó é uma região de grandes contrastes econômicos e sociais, como mencionado anteriormente. É uma das áreas mais valorizadas economicamente da cidade, que congrega em si usos do espaço que vão de encontro a essa valorização; usos tradicionais que não se encaixam à dinâmica da valorização imobiliária, que tende a homogeneizar e estabelecer mecanismos de usos da cidade guiados pelo poder de compra dos “aspirantes” a usuários desse local.

Desse modo, a pesquisa se inseriu num campo de diversas ações sociais e significados particulares, inserção que, devido a essa

variedade de indivíduos e grupos, trouxe experiências particulares e que fornecem ferramentas para a análise percebidas como mecanismos de entendimento da realidade pesquisada e como termômetro/bula para os procedimentos de pesquisa, pois se tentou, em todos os momentos, elaborar uma reflexão acerca da metodologia de pesquisa.

Sendo assim, a variedade de grupos e sujeitos pesquisados trouxe à pesquisa dificuldades metodológicas, mas também ferramentas importantes para o entendimento da complexidade que é fazer de pesquisa de campo com múltiplas variáveis como o Parque do Cocó.

Essa procura social faz desse local um campo de disputa por variados sujeitos que fazem desse espaço um local de lutas diversas. Dentro desta esfera de disputas e conflito, formas de ação se colocam como representativas da vivacidade desse local quanto ao protagonismo dos atores envolvidos nesse processo.

Como mencionado, a lavagem de roupas no Parque do Cocó teve uma grande transformação desde o local em que ocorria a lavagem de roupas até o modo como esse processo hoje acontece. Grande parte dessas mudanças deve-se a “criação” do espaço do parque.

No início, a lavagem de roupas naquele espaço acontecia sem nenhuma estrutura física. As roupas eram lavadas em grupo e às margens do rio que não oferecia segurança nem conforto algum a essas mulheres que praticam essa atividade naquele local. Segundo D. Teresa, quando iam lavar roupas era uma grande dificuldade, pois seus

pés se enchiam de lama e havia várias cobras no caminho até o rio e nas suas margens. Entretanto, mesmo com todas essas dificuldades narradas, pode-se sentir certo tom de nostalgia na fala das lavadeiras, pois como relata D. Teresa: *Esses meus 'fi' foram tudo criado lá, iam comigo, iam pra lá, tomavam banho, era uma confusão que só (risos).*

Após a criação do parque, uma estrutura foi criada especificamente para esse fim, de modo a minimizar as agressões desse uso àquele ambiente e dar um conforto e segurança às lavadeiras.

Nas idas ao Cocó, como em todas as formas de contato humano, estabeleceram-se formas de contato, mais intensas ou menos intensas. Pôde-se manter contato mais próximo com uma das lavadeiras, D. Liduína com quem se conversava mais abertamente e se tinha mais proximidade.

Em uma das visitas a casa de D. Liduína, percebeu-se que a casa dela possuía máquina de lavar, e ao perguntar para ela se não era mais fácil lavar roupas em casa com a ajuda da máquina. Ela respondeu: *Meu filho, eu tenho máquina em casa, sabe? Mas aqui é muito bom, fico sozinha, calma, ninguém me perturba, escuto meu radiozinho, converso e depois vou embora. Em casa, tem muito trabalho.*

O Parque do Cocó, naquele momento, mostrou-se como um campo dentro do qual não cabia explicações econômicas e políticas dos seus usos, pois ele agrega em si formas de ocupação que se atrelam às experiências de vida e formas de pertencimento, que

grupos e pessoas como D. Liduína estabeleceram historicamente para aquele espaço.

Assim, a lavagem de roupas no Cocó acontece de maneira anterior à sua demarcação para futura criação em 1989. Este uso estabelece relação com aquele espaço antes mesmo de ele ser o “pulmão verde” da cidade e antes do capital imobiliário e das grandes corporações inseri-lo no jogo da especulação e de investimentos, como se descreve nas análises, acerca da produção daquele local como espaço de riqueza e especulação, conforme apresentado no primeiro capítulo desta pesquisa.

D. Liduína começou a lavar roupas no Cocó quando tinha dezessete anos de idade. Lavava suas roupas nas margens do rio, utilizando as pedras como local para bater as roupas e assim limpá-las com mais praticidade.

As lavadeiras procuravam utilizar a estrutura da natureza como suporte para a lavagem, *pendurando as roupas nos matos e nos capim*. No cotidiano da prática, por elas estabelecidas, os anos se parecem e como declarou D. Liduína *ao longo do tempo fui tendo meus filhos e sempre lavando roupa lá...*

Segundo as lavadeiras, as intervenções feitas na região, como a demarcação do parque e a criação das pias, são vistas de maneira muito positiva, pois agora elas têm uma estrutura de lavagem (pias,

varal para pendurar as roupas) e também um policiamento para sua segurança. Segundo relato de D. Liduína, o

Governador Lúcio Alcântara fez aquelas pia pra nós, foi uma boa, né, pois tem policiamento e antes não tinha né? Aí é uma vantagem né, pois não tem perigo de nada [...], pessoal fazendo caminhada, tem onde estender a roupa da gente, tem gente fazendo cooper, tem gente que dá bom dia e tem gente que não dá.

Entretanto, mesmo com a criação “oficial” desse espaço, este uso não está inserido nas formas de uso e ocupação formal do Parque Ecológico do Cocó estabelecidas pela SEMACE, como aponta sua página oficial disponibilizada na internet. Esta normatização dispõe sobre os usos esperados pela administração do parque para aquele espaço.

As lavadeiras estabelecem uma forma de uso bastante interessante dentro do parque, pois mesmo não existindo oficialmente dentro da estrutura de usos aceitos no local, estas têm uma estrutura fornecida pelo Estado para sua prática.

Nos últimos anos, a estrutura de acesso e uso do parque têm sofrido alterações e modificações, pois a gerência, com o pretexto de requalificar suas áreas verdes e aumentar a segurança dos seus usuários, vem fazendo algumas alterações como as trilhas, que foram fechadas para reflorestamento, e as entradas secundárias do parque, que só funcionam até 12h, ficando depois desse horário abertas apenas a entrada principal do parque, na Av. Padre Antônio Tomaz.

As relações sociais estabelecidas dentro do parque refletem as relações sociais existentes dentro do espaço da cidade. Para isso, algumas formas de uso e apropriação daquele espaço, como usos inseridos numa conjuntura maior, termina por refletir as relações de poder existentes dentro do espaço urbano da cidade conforme serão analisadas.

Como mencionado, a maioria das lavadeiras são residentes da “comunidade do trilho”, que é uma comunidade pobre dentro de uma das regiões mais caras da cidade de Fortaleza. Tal comunidade há tempos luta contra processo de remoção urbana. Entretanto, com as obras estruturais para a Copa do Mundo, esta comunidade passou a sofrer ataques mais intensos.

De acordo com o plano de desenvolvimento urbano do Governo, esta comunidade está inserida em um espaço onde passará a linha do Veículo Leve sobre Trilhos-VLT. Desse modo, sua retirada daquele local é estratégica para os planos de desenvolvimento urbano da cidade.

Fica claro um contexto de conflito entre essa comunidade e as diretrizes governamentais de desenvolvimento urbano. Há uma grande luta em torno dos direitos de moradia nesse espaço. Movimentos sociais foram “acionados” e contribuíram no processo de construção de uma resistência social a essas propostas desenvolvimentistas impostas pelo governo do Estado.

Em conversas informais com as lavadeiras o tema da remoção sempre era colocado e passou a chamar atenção o fato de algumas serem a favor das remoções, ao contrário do que se imaginava. Ao se perguntar a uma delas o porquê desse posicionamento, sua resposta foi objetiva e direta: *Meu filho, moro aqui (referindo-se a sua casa) com oito pessoas, não tem espaço pra nada, o que vier tá bom!*

Essa resposta revela o quão relativo e complexo era aquela situação, pois mesmo sendo o posicionamento dessa lavadeira quantitativamente muito pequeno – frente às outras opiniões dos moradores daquela comunidade – pensa-se sobre as situações sociais daquelas pessoas.

Para efeito de análise, deve-se pensar essas duas situações de restrição social – de apropriação do parque e de moradia em determinados espaços por grupos específicos – a que se submetem esses sujeitos e tentar percebê-los dentro de um ciclo social de poder responsável por incorporar e direcionar a lógica de produção e apropriação da cidade e de seus espaços.

A mesma configuração de poder (ELIAS, 2001) existente nas relações sociais que constituem os usos “legítimos” dentro do espaço do Parque Ecológico do Cocó são produtoras/condicionantes dos processos de remoção, construção de espaços de especulação, enfim, de uma rede econômica que envolve o espaço da cidade como *locus* das relações econômicas. Porém, neste momento é importante analisar a situação de inserção precária do grupo das

lavadeiras nas relações sociais estabelecidas dentro da cidade e, por consequência, dentro do parque.

Outro contexto, mas que também traz consigo conflitos sociais acerca do processo de produção e distribuição dos indivíduos dentro do espaço da cidade acontece com os moradores do entorno do parque.

Fruto de um grupo social bem inserido nas relações de poder existente, dentro da cidade, esse conflito existe devido a não aceitação dos moradores do bairro Cocó, na cidade de Fortaleza, com relação às novas construções dentro do bairro onde já são moradores.

As reivindicações sociais pautadas pelo movimento social contra a construção no bairro Cocó é a de defesa ambiental, pois segundo os discursos desses movimentos essa área é uma demarcação ambiental de preservação e a construção nesse local é de extrema violência contra o meio ambiente dessa região.

Percebem-se, nesse momento, duas condições diferenciadas nesse espaço: um grupo social de moradores de uma comunidade pobre – em luta por estabelecer moradia naquele espaço – e outro que, residindo nesse espaço de maneira legalmente estabelecida, tenta através de uma movimentação jurídica impedir novas construções, sob o discurso da proteção e preservação de uma área já tão devastada e desprotegida.

Esse contexto não foge da discussão inicial que se propõe neste capítulo, pois se pretende com esta análise mostrar que os usos do parque pelas lavadeiras se insere numa disputa social no entorno dos usos da cidade onde, esse grupo, assim como na disputa pelos usos do parque, insere-se de maneira periférica e hierarquizada.

Em um local de tanta visibilidade econômica, um dos resultados deste processo é a concentração de investimentos, hierarquização dos usos deste local e qualificação destes como legítimos ou ilegítimos.

Essa “limpeza” social da região se dá de maneira histórica no parque, pois ano após ano esse espaço se coloca como local de usos produzidos para um grupo social e econômico específico, mas habitado cotidianamente por diversos.

3.2.3 Pescadores

A pesca (Ver Figura 16) é uma atividade desenvolvida no Parque do Cocó desde o período anterior à criação oficial deste parque. Desse modo, é uma atividade que estabelece vínculos e raízes históricas com essa região.

Mesmo com a criação oficial do referido espaço, a pesca não foi proibida nessa área. Entretanto, a maneira como hoje é realizada foi normatizada, tendo em vista impedir a pesca predatória no rio Cocó.

Figura 16: Pesca sobre a ponte do rio Cocó no Parque Ecológico do Cocó.



Fonte: Pesquisa Direta (SALDANHA NETO, 2011).

Há mais de 20 anos, a pesca é uma atividade constante nas margens do rio Cocó e nas proximidades do atual Parque Ecológico do Cocó.

A pesca no Parque do Cocó costuma acontecer durante toda a semana à tarde aos sábados, salvo algumas exceções aos domingos pela manhã e tarde. Por volta das 14h, os pescadores, de diversas faixas etárias, costumam chegar ao local para iniciar a pescaria (Ver Figura 17).

Figura 17: Tipo de pescadores no Parque do Cocó.



Fonte: Pesquisa Direta, 2011 (à direita) e 2012 (à esquerda) – (GLEISON MAIA LOPES).

Os pescadores nessa região costumam pescar de várias maneiras, mas em sua grande maioria a pesca ocorre em grupo, em um mesmo horário, que se dirige ao espaço do parque.

No início da pesquisa, no ano de 2008, o único modo legal de pescar no rio Cocó era a pesca realizada com anzol e linha, sendo todas as outras terminantemente proibidas devido ao seu efeito predatório. Em 2012, quando iniciei esta pesquisa, a pesca havia sido totalmente proibida em todas as suas formas no Parque do Cocó. Com a criação institucional do Parque do Cocó, o espaço da cidade recebeu normatizações e padronizações, com o objetivo de classificar formas de uso legítimas dentro do parque.

Hoje, o Parque Ecológico do Cocó tem por objetivo se integrar ao Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC, Lei Federal nº 9985, de 18 de julho de 2000, com proposta de denominação de Parque Estadual do Cocó. Tal sistema disciplina e qualifica os usos específicos que o Parque Estadual pode e deve receber.

A pesca no parque se estende por todo o leito do rio, concentrando-se em partes específicas como nas pontes próximas a Washington Soares, em Fortaleza-CE. Grupos de diversas faixas etárias praticam essa atividade, com garotos e senhores pescando no “mesmo espaço”.

No início da pesquisa, tive uma grande dificuldade de inserção no espaço social dos pescadores (algo que não aconteceu com as lavadeiras). Esse fato será destacado como dado de análise mais adiante no decorrer da pesquisa.

Sendo proibida a pesca predatória dentro do parque, todo e qualquer indivíduo que se aproxime com dúvidas e “perguntas para todos os lados” passa ser visto com desconfiança pelos usuários desse espaço. Desse modo, muitas vezes era confundido com fiscais da SEMACE ou demais trabalhadores, que trabalham na fiscalização de atividades “ilegais” dentro do espaço do parque.

Minhas tentativas de inserção sempre eram recebidas com respostas curtas, limitando-se a uma pausa rápida na conversa ou atitudes que tinham por objetivo deslegitimar a presença de um

pesquisador naquele espaço. Na minha monografia analiso essas situações como sendo maneiras de o campo “mostrar o lugar do pesquisador” frente à complexidade do contexto em que ele se insere. Alguns fatos que enumerados, a seguir, instigou-me a manter esse grupo como sujeitos de análise.

A pesca no Parque do Cocó, mesmo sendo em um espaço público inserido dentro da cidade, traz consigo privatizações e encarnações do indivíduo, em que o espaço passa a representar identitariamente em si, o sujeito que o habita. As territorialidades existentes no local de pesca contribuíram para se pensar nas disputas de poder dentro deste grupo específico e conhecer a maneira como se dão essas disputas.

Durante entrevistas com pescadores da região, foi enfatizado várias vezes que em tal local *a gente não pesca não, por que só quem pesca lá é pescador tal*. Essa encarnação no espaço da pessoa que o utiliza, em que materializa-se uma ideia de identidade e posse do sujeito para com o espaço, estimularam perguntas e anseios, que se tentou analisar nesta pesquisa.

A pesca se dá de várias formas: há pescadores que trabalham usando as tradicionais ferramentas linha e anzol como instrumentos de pesca; há, ainda, aqueles que usam tarrafas, visando uma pescaria mais eficiente (estes foram os que dificilmente conseguia contato).

A pesca acontece em grupos e de maneira individual: não existe uma maneira específica como se estabelece essa atividade no parque. Comumente, são grupos de amigos que se reúnem para pescar juntos nas margens do rio.

Os pescadores daquele espaço, em sua maior parte, não utilizam o parque como fonte única de renda, pois não são profissionais específicos da pescaria: usam a pesca no parque como parte complementar de sua renda familiar.

Interessante analisar a relação dos pescadores com os fiscais da SEMACE, que são os profissionais responsáveis por fiscalizar as atividades ilegais no parque e proibir, por exemplo, pescas predatórias na área. Referem-se aos fiscais como aqueles que impedem a pesca de acontecer da maneira “correta”.

A relação do pescador com o Parque do Cocó traz formas de resistência e conflito dentro desse espaço público da cidade. Em 2007, tendo em vista trazer mais segurança ao parque que vinha sendo utilizado como esconderijo de pessoas que cometiam atos infracionais, o parque foi cercado fazendo com que passasse a não ter mais as entradas anteriormente utilizadas pelos pescadores para adentrá-lo.

Isso trouxe formas de resistência com relação à entrada no parque, visto que a cerca passou a ser vista como obstáculo de acesso ao local. Analisar como os pescadores se conflitaram com os usos planejados para o espaço e quais os motivos dessa contraposição normativa também são perguntas norteadoras da pesquisa e que serão desenvolvidos mais adiante.

3.2.1.1 Os conflitos nas relações cotidianas de apropriação do Parque

Disputas e conflitos variados acontecem cotidianamente no Parque do Cocó. Busca-se analisar, neste momento da pesquisa, os conflitos e tensões decorrentes do processo de ocupação cotidiana do espaço do parque, bem como entender esse processo como o criador de uma distinção social grupal entre “nós” e “eles”, cada uma dessas definições como carregadas de sentidos e legitimações grupais.

Para isso, o estudo do processo de interação entre esses grupos se faz extremamente necessária, pois pode fornecer ferramentas de análise que as conversas informais e entrevistas semiestruturadas não podem nos fornecer. Como colocado por Velsen (1987), as falas não correspondem necessariamente aos fatos, pois a posição do informante no momento da fala, para quem se fala e sua posição dentro da estrutura a que se refere, podem ser fatores enviesadores do seu discurso, que sempre tem em mente uma estrutura da qual é fruto.

Em 2007, tendo em vista “trazer mais segurança ao parque” – que vinha sendo utilizado como esconderijo de pessoas que cometiam atos infracionais, segundo as autoridades públicas –, o parque (através da gerência do mesmo) foi cercado, fazendo com que passasse a não ter mais as entradas anteriormente utilizadas pelos pescadores para adentrar no local. As entradas ao parque passaram a ser fisicamente demarcadas pela gerência institucional do mesmo (Ver Figura 18) e passaram a ser reguladas de acordo com horários rígidos de abertura e trancamento dessas portas de acesso.

Foucault (1972) destaca que as relações de poder não são ações que atuam diretamente e objetivamente sobre o sujeito, mas sim, sobre suas ações. Enfatiza, ainda, que as relações de poder são um conjunto de ações que tem como objetivo a intervenção em outras ações possíveis.

Foucault não tira a agência do indivíduo (objeto da ação de poder), demonstrando que é estritamente necessário que a conduta da pessoa sempre seja pautada por um conjunto de ações possíveis e que as relações de poder apenas existem onde há uma relação de liberdade entre os indivíduos, denominada por Foucault (1972) como “ordem dos possíveis”.

Figura 18: Vista de uma das três entradas delimitadas pela cerca no Parque Ecológico do Cocó.



Fonte: Pesquisa direta (GLEISON MAIA LOPES, 2012).

O referido autor empreende uma análise do poder como uma teoria da relação, em que essa força não tem uma localização fixa, mas relacional, ou seja, “uma relação de força”. Tal mecanismo pensa as práticas individuais, consonantes com o poder ou não, inseridas objetivamente nesse processo como resultado necessário das variadas relações resultante da ação do poder. Portanto, o cotidiano passa a ser pensado como um espaço de contínua tensão social, atravessado por instituições disciplinares e por diversificadas práticas culturais empreendidas por não menos diversos sujeitos sociais, que possuindo uma força de agência não circunscrita ao Poder, elaboram e agem dentro do sistema de relações ao qual se encontra.

Pode-se apreender essa relação empiricamente, no caso das cercas colocadas no Parque do Cocó, onde a normatização dos usos imposta pela sua colocação é burlada por ações que desviam/distorcem as ações planejadas para aquele espaço.

Esses dispositivos, mencionados por Foucault (1999) e representados aqui pela cerca posta ao redor de toda a extensão do parque, são mecanismos de disciplinamento que visam transformar esse espaço em local de vigilância, resultado de uma “mecânica do poder”, que cria “uma política das coerções que são um trabalho sobre o corpo, uma manipulação calculada de seus elementos, de seus gestos, de seus comportamentos” (FOUCAULT, 1999).

Segundo Foucault, a disciplina funciona para organizar a distribuição dos indivíduos no espaço, onde essa distribuição se

insere nesse processo como modo ou resultado desse processo de disciplinamento dos corpos e ações dos indivíduos. Ainda de acordo com o autor, a *cerca* é um dos agentes utilizados nesse processo de normatização dos espaços a serem utilizados e da definição da função dessa utilização para ordenação de indivíduos ou grupos:

A disciplina às vezes exige a *cerca*, a especificação de um local heterogêneo a todos os outros e fechado em si mesmo. Local protegido da monotonia disciplinar. Houve o grande “encarceramento” dos vagabundos e dos miseráveis; houve outros mais discretos, mas insidiosos e eficientes (FOUCAULT, 1999, p.168).

A *cerca*, a qual Foucault se refere, é um ornamento de contenção de grupos e indivíduos. No entanto, pode-se fazer um paralelo com o campo em estudo na medida em que a função da *cerca* no parque é a mesma da referida por Foucault: normatizar as ações possíveis dentro do espaço circundado.

Certeau (2012) afirma que os estudos dessas formas de dominação (ou tentativa delas) são demasiados importantes, mas que é mais necessário ainda analisar como essas atitudes encontram formas de resistência e reações, como os indivíduos em sua completude não se integram a esse processo disciplinador totalmente e quais os meios pelos quais estes têm de “agir”.

Na visão de Certeau, essa análise foucaultiana privilegia a visão do aparelho produtor da disciplina em detrimento de uma análise das minúsculas ações cotidianas de sub-

versão à imposição disciplinar. Aqui se considera de grande importância essa crítica feita por Certeau à Foucault, pois se percebe que entender esses mecanismos minúsculos e cotidianos de resistência é dar eco às formas de insurgência que cotidianamente acontecem nas grandes cidades, onde o “homem comum” faz da cidade um local de vida, mas faz também na cidade um local de autoria. É em busca desse “fazer cidade” que essa pesquisa adentra nas invisibilidades cotidianas de uso do parque.

A pesquisa de Certeau coloca questões contrárias às colocadas por Foucault na medida em que sua obra:

Não se trata mais de precisar como a violência da ordem se transforma em tecnologia disciplinar, mas de exumar as formas sub-reptícias que são assumidas pela criatividade dispersa, tática e bricoladora dos grupos ou dos indivíduos presos agora nas redes de “vigilância” (CERTEAU, 1994, p.41).

Desse modo, a pesquisa em campo pautou-se na análise sobre as ações sociais como inseridas num círculo de poder nas quais há agentes de poder e agentes de resignificação de poder, onde o binômio dominador-dominado passa a ser analisado a partir de uma ótica de não vitimização, mas sim de subversão ativa e cotidiana.

Entendem-se ainda essas ações como “maneiras de fazer”, de acordo com Certeau (2012), e como as mais diversas maneiras possíveis por meio das quais os indivíduos se reapropriam e resignificam o espaço organizado pelas técnicas de imposição cultural.

Ao longo da pesquisa de campo, formas de insurgência “invisível” e velada, e formas de subversão explícitas e objetivas foram observadas. Entretanto, essas não podem ser analisadas como se fossem frutos de um mesmo contexto gerador ou como se fossem reações dos mesmos sujeitos às determinadas formas de imposição. Entende-se que são resultados de contextos específicos de conflito, seja de ordem política, econômica ou social, que podem possuir raízes de interpretação parecidas, mas que as sementes que as germinaram são frutos de contexto diferenciados.

Em entrevista com o responsável pela segurança do parque, respondendo a uma inquietação sobre a existência de pescadores no parque, este mencionou: *Pescador? Pescador não tem mais não, de vez em quando a gente vê por aqui, mas aí a gente toma o material e guarda.*

Sua fala reflete o contexto no qual se insere a pesca no Parque Ecológico do Cocó. Esta foi proibida há alguns anos, pois foi considerada agressiva ao meio ambiente e prejudicial às formas de preservação do parque. Entretanto, cotidianamente, esta prática acontece e estabelece formas veladas de conflito, que fazem daquele ambiente, espaço de importantes embates em torno de sua apropriação.

Nos momentos de busca pela isca de pescaria, acontecem formas de “driblar” e “confrontar” as cercas ali colocadas, pois o único modo de terem acesso a essas iscas é entrar no rio (Ver Figura 19), em suas margens e entorno e pegar as minhocas que ali se encontram para usá-las como isca.

A cerca passou a ser percebida como obstáculo a ser transposto pelos pescadores da região. Por isso, várias outras táticas foram utilizadas para criar determinadas formas de resignificação daquele espaço. “Contra-usos”, o espaço recebe formas de uso e (re)significação que não se inserem nas formas de apropriação normatizadas e legalizadas, conforme Leite (2002).

Figura 19: Pescadores entrando, por entre o desnível entre cerca e ponte do Rio Cocó, nas margens do rio.



Fonte: Pesquisa Direta (CANUTO DIÓGENES SALDANHA NETO, 2011).

O próprio corpo se adéqua a essas novas condições para transpor esses obstáculos, que os pescadores enfrentam para entrar

no parque por entre as brechas deixadas pelo desnível entre cerca e ponte do rio.

Outra tática (CERTEAU, 2004) utilizada para transpor essa normatização do modo de acesso ao espaço público foi a descaracterização da estrutura física da cerca (Ver Figura 20), tendo em vista deixá-la mais frágil e, portanto, mais acessível àqueles que desejam entrar naquela parte do rio para buscar suas iscas.

Figura 20: Cerca danificada para entrada dos pescadores nas margens do rio Cocó embaixo da ponte do Parque do Cocó.



Fonte: Pesquisa direta (GLEISON MAIA LOPES, 2012).

Esse gesto demonstra muito mais do que apenas uma adequação às formas de uso e ocupação do espaço público no parque: demonstra resistência e conflito de legitimidades, que vão de encontro à maneira ordenadora e oficial do processo de ocupação do espaço público no Parque do Cocó.

Goudsblom (1998) afirma que:

Los hombres (personas) constituyem unos com otros figuraciones; son los seres humanos, las personas quienes crean las situaciones; de las figuraciones surgen las situaciones a las cuales los hombres adaptan su comportamiento de acuerdo com las relaciones de poder y según la apreciación que tienen de éstas (GOUDSBLOM, 1998, p.69).

Pensar essa relação como conflito de diferentes formas de legitimidade, faz nascer uma forma de apreensão do real, que coloca em questão o modo como se pensou, até esse momento da pesquisa, a distribuição dos indivíduos – acima referidos – dentro da esfera social. Elias (2001) menciona que

Pisamos em solo mais firme quando o ponto de partida não são muitos indivíduos singulares, mas a figuração que formam entre si. A partir dessa perspectiva, não é difícil entender a perfeita conveniência das atitudes, o cálculo preciso dos gestos, a nuance das palavras, em suma, a forma de específica racionalidade que se tornou uma espécie de segunda natureza dos membros dessa sociedade (ELIAS, 2001, p.110).

Desse modo, busca-se pensar esse contexto não apenas como um ato individual, mas como integrado dentro de uma esfera de significações, na qual atitudes como “burlar” símbolos de exclusão se inserem numa problemática de figuração entre grupos heterogêneos usuários de um espaço comum e inseridos numa problemática de poder específica. Entretanto, as ações entre esses grupos também se estabelecem no sentido contrário ao “burlar”, pois a coerção também é parte constitutiva dessa relação, estabelecendo padrões e formas de relações sociais dentro deste espaço.

Em uma de minhas conversas informais com um dos policiais, este me mostrou o local onde guardam os materiais apreendidos dos pescadores (Ver Figura 21) dentro do parque.

Figura 21: Tarrafa apreendida, pelos guardas do parque, dos pescadores durante sua atividade de pesca.



Fonte: Pesquisa Direta (GLEISON MAIA LOPES, 2012).

Esse contexto nos remete a uma problemática, que estabelece uma visão desse conflito de apropriação do espaço que, como se mostrou anteriormente, é estabelecedor de uma forma de relação social resultante de formas veladas de aceitação, através da elaboração de pactos sociais, que não precisam ser assinados para serem atendidos, mas estabelecidas formas de relação de sentidos de reciprocidade entre os indivíduos na fruição da sua atividade.

Ao se fazer um exercício de análise e tentar pensar essas ações para além do conflito de diferentes legitimidades figuracionais, pôde-se “apreender” naquele espaço o conflito entre o formal e informal não apenas como conflito de legitimidades, mas também como resultado necessário de um processo de institucionalização do poder normatizador da cidade, especificamente, no Parque Ecológico do Cocó.

Para Foucault (1972), na medida em que é estritamente necessário e “saudável” à existência do poder que haja a existência de outras formas de significação e práticas, que não as instituídas formalmente, a liberdade – aqui entendida como diversas formas de conduta possível frente à uma imposição normativa de ação – é figura essencial na existência e manutenção do poder.

Pinto (2000), referindo-se à teoria do mundo social, em Bourdieu, ressalta que no mundo social *ser* é estar situado dentro de um espaço social específico, e situar-se num espaço diferenciado, ajustando-se aos seus próprios códigos de poder possíveis e a

ele somente, mencionando que os códigos e sentimentos de pertencimento são fatores preeminentes na construção desse *ser* e das condutas por este tomadas.

Pensou-se o espaço social referido embasando-se no conceito de campo elaborado por Bourdieu (1986), em que campo passa a ser percebido a partir das posições ocupadas pelos indivíduos dentro do sistema das relações de poder estabelecidas. Segundo Bourdieu,

A noção de campo é, em certo sentido, uma estenografia conceptual de um modo de construção do objecto que vai comandar – ou orientar – todas as opções práticas da pesquisa. Ela funciona como um sinal que lembra o que há que fazer, a saber, verificar que o objecto em questão não está isolado de um conjunto de relações de que retira o essencial de suas propriedades (BOURDIEU, 2009, p. 27).

Desse modo, pode-se pensar o Parque do Cocó como espaço de diferentes figurações, local de significados grupais específicos, partilhado por grupos sociais específicos inseridos numa relação de poder, cada um destes com seus códigos e significações particulares inseridos em um campo de relações.

Isso não quer dizer que haja uma independência desses grupos em relação aos demais, pois sua existência, assim como afirma Elias (2001), dá-se e concretiza-se na existência do “polo oposto”. Seria, desse modo, impossível pensar os *outsiders* sem pensar nos *estabelecidos* (grupos pesquisados pelo referido autor em uma pesquisa), assim

como seria tarefa falha pensar um rei sem seu aparato de submissão, sem os indivíduos submissos que compõem a estrutura do império.

Em conversa informal com guardas e trabalhadores do Parque do Cocó, frases como *Pescar? Pescar não pode não; Isso não tá proibido de hoje não, sempre foi proibido, pode não!* são pequenos enunciados que revelam em si um incipiente e diverso modo de conflito e proibição desse uso social do parque, uso que se revela cotidianamente dentro daquele espaço e que não se extinguiu devido a sua não aceitação através de normas de uso do local e que, terminam por reforçar, o estabelecimento de identidades sociais e territoriais.

Foucault (1972) faz uma análise do modo como o discurso se insere na problemática acerca da definição e criação das representações sociais que seria a loucura. O autor define ainda que:

A Loucura também tem seus jogos acadêmicos: ela é objeto de discursos, ela mesma sustenta discursos sobre si mesma; é denunciada, ela se defende, reivindica para si mesma o estar mais próxima da felicidade e da verdade que a razão, de estar mais próxima da razão que a própria razão (FOUCAULT, 1972, p. 19).

Desse modo, pode-se fazer um paralelo e analisar, nos discursos dos pescadores sobre sua atividade, nos quais se encontram os conflitos de demarcação e tentativa de legitimação dos usos, cujas ferramentas discursivas de demarcação dos usos são usadas como ferramentas de construção de uma legitimidade histórica sobre o uso daquele espaço.

Segundo um pescador entrevistado *Antigamente* nós podia pescar onde quisesse, hoje não, só pode pescar em uns canto, se pescar em outro eles (referindo-se aos responsáveis pela vigilância do Parque) *vem e toma as coisas*. Percebe-se em sua fala uma territorialidade acerca das permissões dos usos dentro do espaço do parque.

Segundo Hirata (2010), os processos que resultam em certas territorialidades são produzidos em relações de força dos atores a partir das diversas posições que estes ocupam nas negociações, que articulam as formas de regulação das economias, informais, ilegais ou ilícitas. Ou seja: a partir da posição que esses indivíduos ocupam no jogo relacional dessa figuração social específica.

Desse modo, esse espaço traz consigo conflitos sociais de uso e apropriação do espaço urbano da cidade, conflitos que perpassam a dicotomia do público e privado, e que estabelecem em torno de si criação de laços de pertencimento, resistências sociais e fortalecimentos de identidades entre os indivíduos que naquele local interagem. Entretanto, pensando a efetividade das proibições de certos usos no Parque do Cocó, percebe-se que sua proibição se dá num plano do discurso em contraposição a uma efetiva coibição desses usos “ilegais”.

A “invisibilidade” dos pescadores, dentro do espaço do parque, faz com que os guardas não coíbam essas atividades, pois elas não estão “aos olhos” dos demais usuários do espaço, que muitas vezes até desconhecem a existência de pescadores naquela região.

A pesca no parque acontece em alguns pontos específicos, sejam eles às margens da ponte do Rio Cocó ou às margens do rio (embaixo da referida ponte). Esses lugares não estão inseridos no espaço de usos legítimos do parque, configurando-se como espaços periféricos desse local.

Em conversa informal com um pescador, indaguei se ele não tinha receio de pescar ali e de ser repreendido por algum fiscal, a resposta foi bem emblemática: *Aqui pode pescar sim* (referindo-se à ponte) *não pode pescar é ali* (apontando para o espaço do rio dentro do Parque do Cocó). *Se pescar ali, aí sim eles reclamam*.

A análise desta entrevista, tendo como ótica de pensamento essa posição teórica de Hirata, fez nascer a seguinte hipótese: existe nesse espaço um “pacto” social em torno desses agentes, onde os guardas e os “transgressores” das normas estabelecidas, através das relações de forças existentes nesse espaço, negociam as formas de uso desse espaço, fazendo do ilegal algo tolerado dentro de certos limites e extensões.

Elias (2001) afirma que:

Nem todas as unidades sociais ou formas de integração dos homens são, ao mesmo tempo, unidades de habitação ou moradia. Mas todas elas podem ser caracterizadas segundo determinados tipos de configuração espacial. De fato, sempre são *unidades de indivíduos* relacionados entre si, ligados uns aos outros. E mesmo que o modo ou o tipo dessas relações

nunca possa ser expresso essencialmente, em última instância, por meio de categorias espaciais, ele pode ser expresso *também* por meio de categorias espaciais. Pois a todo modo de agrupamentos humano corresponde uma determinada configuração do espaço *onde* aqueles indivíduos de fato estão ou podem estar reunidos, todos juntos ou divididos em unidades menores. Assim, a expressão de uma unidade social no espaço, o tipo de sua configuração espacial é uma representação tangível e — literalmente — visível de suas particularidades. Portanto as formas de habitação dos cortesãos oferecem um acesso seguro e evidente para a compreensão de determinadas relações sociais características da sociedade de corte (ELIAS, 2001, p. 67).

Assim como as formas de habitação dos cortesãos oferecem um seguro acesso às formas de compreensão de determinadas relações sociais, essa configuração dos usos no espaço do parque, ligadas às maneiras permissivas de uso do espaço, onde os indivíduos imbuídos de um saber prático (resultado anteriores dos confrontos entre estes indivíduos e os guardas do parque) do que é acessível acerca dos usos e espaços permitidos agem de acordo com esses saberes, também pode oferecer mecanismo de entendimento das relações sociais de poder inseridas dentro do espaço do parque, existindo, desse modo, uma espécie de “pacto de existência” dentro desse espaço onde os “invisíveis” permanecem invisíveis à sociedade e os agentes de normatização “fecham os olhos” a essa atividade que “não deve” existir naquele espaço. Um pacto velado, de forma conflituosa e através de difíceis laços, pois sequer se ouve dizer que

houve um pacto formal entre os sujeitos, mas sim que – através de conflitos de poder dentro desse campo específico – uma adequação estabelece uma linha tênue entre o permitido e o proibido.

Até esse momento da pesquisa, pôde-se perceber que as formas de regulação social em torno dos usos no Parque Ecológico do Cocó são produzidas nesse jogo de relações entre o formal e o informal, entre o legal e o ilegal, como trabalhado por Hirata (2010) em sua pesquisa acerca das ilegalidade/legalidades no espaço da cidade de São Paulo.

Hirata (2010) confirma que os agentes de controle não surgem como os atores que aplicam o interdito de certas práticas, mas como os que negociam com os supostos transgressores as formas de suspensão da interdição, criando passagens e oportunidades a partir de sua posição conferida pelo mundo social, mundo social sendo entendido na concepção de (BOURDIEU, 2001), como campo de lutas e conflitos pela detenção das variadas esferas de poder inseridas dentro da sociedade.

Pode-se perceber que os usos cotidianos daquele espaço estabelecem formas de territorialidades específicas dentro desse espaço, pois, *a priori*, percebe-se essas formas marginais de uso como substanciadas por coletividades enraizadas na consciência dos indivíduos partícipes de suas práticas (CERTEAU, 2004).

A pesca no Parque do Cocó, mesmo sendo em um espaço “público” inserido dentro do espaço da cidade, traz consigo privatizações e encarnações do indivíduo no espaço.

As territorialidades existentes dentro do espaço de pesca do Parque do Cocó me fizeram pensar nas relações de poder dentro deste grupo específico e me intrigou a conhecer a maneira como se dão essas disputas intragrupais, desses grupos entre si (pescadores, lavadeiras, transeuntes etc.) e destes com os órgãos administrativos do parque.

Durante entrevistas com pescadores da região, várias vezes me confessaram *que em tal local a gente não pesca não, por que só quem pesca lá é pescador tal*. Essa incorporação do espaço pelo sujeito – na qual aquele passa a expressar em si o sujeito de sua apropriação – apresenta-se como resultado de uma diferenciação interna no grupo qualificada por diferentes variáveis, como tempo de pesca no parque, ciclo social dentre os pescadores etc. Enfim, são características que hierarquizam o indivíduo dentro do seu grupo e que o faz ser “dono” de seu próprio espaço de pesca.

De acordo com Silva (2001), “Dominar o território é assumi-lo numa dimensão linguística e imaginária; ao passo que percorrê-lo, pisando-o e marcando de uma ou de outra forma, é dar-lhe entidade física, que, evidentemente, se conjuga com o ato denominativo” (SILVA, 2001, p.16). Essas territorialidades também se configuram a nível de grupo, conforme as antigas lavadei-

ras do parque: *Só quem anda ali é pescador, nós não pisa lá não... agora nós tem pia pra gente ou As lavadeiras são todas unidas, se mexer com uma mexeu com todas*. Para Silva, ainda, com relação a essa questão:

A macrovisão do mundo passa pelo microcosmo afetivo, a partir do qual aprendemos a denominar, a situar ou marcar o mundo que compreendemos não só de fora para dentro, mas originalmente ao contrário, de dentro, do meu interior psicológico, ou ainda, dos interiores sociais do nosso território para o mundo como resto (SILVA, 2001, p.16).

Pensando essas questões citadas, faz-se necessário analisar as atitudes sociais, de uso do espaço feito pelos indivíduos, através desse prisma de construção de identidades socioindividuais, sempre construindo essas análises pensando a relação de normatização social existente entre os grupos usuários do parque e os agentes responsáveis pela fiscalização e cumprimento dessas normas.

3.2.1.2 Os pescadores e os guardas do Parque: uma disputa por nomeação

Sabe o que é? A gente vai e coloca a cerca, aí eles vem e quebram, aí a gente arruma de novo, aí eles quebram novamente. Então... (POLICIAL X, 2013). Esta fala é resultado de uma conversa com um guarda ambiental do Parque do Cocó, quando perguntei a ele o que ele percebia acerca das modificações feitas na cerca de acesso a área interna do Parque (não mencionando nada

sobre os pescadores). Segundo ele, essas deformações na estrutura física da cerca eram feitas por pessoas que cometiam delitos nas áreas do parque e que, após essa prática, refugiavam-se na área interna do local.

Uma negação da existência de pescadores nas margens do rio Cocó pode ser percebida na fala mencionada, pois segundo o guarda, os buracos feitos na cerca eram apenas para entradas de assaltantes que roubavam no entorno do parque.

Ao ouvir essas ressalvas, inquietava-me perguntar sobre como os pescadores se inseriam nesse processo, mas não achei prudente fazê-lo de maneira direta, pois minha pergunta poderia trazer à tona uma realidade que se revela nos fragmentos da sociabilidade entre esses grupos. Desse modo, tentei trazer as minhas inquietações sob a forma de desdobramentos dessas conversas, durante as quais consegui inserir a questão dos pescadores, e a resposta me foi muito rica para entender como se estabelecem as relações dentro desse espaço:

Pescador? Pescador não tem mais não. De vez em quando aparece um ou outro, mas não tem mais não (POLICIAL Y, 2012).

A pesca terminou, não tem mais não! Quando acontece é algo raro e devido à falta de informação, pois a maioria já sabe e aceita a regra. (POLICIAL X, 2013).

Nos momentos iniciais da pesquisa, minha análise tendia a observar que os policiais não sabiam da existência dos pescadores ou que realmente pensavam que suas atividades encontravam-se em processo de diminuição. Entretanto, durante os momentos de pesquisa, um guarda me mostrou um local onde eles guardavam os materiais apreendidos dos pescadores, quando são pegos pescando no rio. Isso me mostrou que a existência de pescadores no parque não só é apreendida pelos guardas como é regulada por estes. Assim, uma forma de conflito e aceitação se estabelece cotidianamente no parque de maneira velada, onde um sistema de relações de poder estabelece formas de aceitação e de invisibilidade das práticas estabelecidas.

Durante as idas a campo, no parque, procurava estabelecer contato com os guardas de maneira informal, pois na minha primeira conversa, um deles me disse que só poderia me conceder uma entrevista se eu entrasse em contato com seus superiores e agendasse uma entrevista de maneira formal.

Pensando que meus objetivos e inquietações se referem às questões que se estabelecem na informalidade das relações cotidianas desses profissionais, achei mais interessante para o andamento da pesquisa não realizar entrevistas com este grupo específico, no sentido real e formal do termo, pois esta poderia gerar uma estrutura de normatividade que impedisse a apreensão das formas

como se estabelece a relação deste grupo com os usuários invisíveis daquele espaço, objetivo dessas entrevistas.

Outro motivo de não se fazer entrevistas formais foi o fato de a pesquisa analisar a percepção de grupos que, em tese, são contraditórios, um em relação ao outro, na estrutura do parque, onde um tem como objetivo proibir as práticas do outro. Elaborar perguntas instrumentais sobre essas questões poderia trazer malefícios para a análise, pois poderia, como hipótese da pesquisa, desestruturar uma rede de relações de proibições e aceitações existentes no local, na medida em que me colocaria como “instrumento de vigilância” acerca da ação dos guardas, de forma que estaria mencionando minha ciência de ações irregulares dentro do espaço do parque, o que poderia “coibi-los” a proibir essas ações, algo que não vinha acontecendo até o momento.

Desse modo, a coleta de dados se deu na apreensão das conversas informais, no acompanhamento no percurso da trilha que estes fazem cotidianamente, nas conversas nas pausas destes para alimentação, na observação da sua relação com os demais usuários, enfim, de modo que não se criasse uma estrutura dentro da qual as respostas às perguntas fossem produzidas de maneira enviesada.

Após esse momento, os encontros no parque se estabeleciam de outra forma, com mais proximidade, e me proporcionou conversas mais encorpadas de informalidade, que proporcionaram

afirmações menos controladas pelo receio de qualquer conversa informal com um desconhecido.

O campo, desse modo, coloca ao pesquisador momentos que envolvem variados fatores que interferem nas relações estabelecidas entre o pesquisador e os “pesquisados”. Momento que, dependendo da posição tomada pelo pesquisador, pode auxiliar ou criar impedimentos à pesquisa.

Voltando para análise da relação entre guardas e pescadores, pôde-se constatar que essas interações não se estabelecem de forma explícita, mas velada nas formas sociais de usos do parque. Como a pesca acontece fora das trilhas do parque e dos principais “pontos de vista do parque”, esses dois grupos não costumam corriqueiramente se encontrar. Entretanto, os conflitos existem e são objetivados. Todavia, esses conflitos estabelecem, como afirmado no começo do capítulo, uma forma de pacto, dentro da qual determinadas formas de uso do espaço não são permitidas pela gerência do parque e outras são aceitas, desde que obedeçam a determinadas formas e maneiras “acordadas” pelos usuários e fiscalizadores.

A negociação da transgressão ocorre no Parque do Cocó entre policiais e pescadores, tendo como resultado um contexto de conflitos entre ambos, que resultam na criação de um código usual de aceitação de um grupo em relação ao outro.

Na relação entre os usos cotidianos desse espaço e a estrutura legal de normatização e padronização dos seus usos, percebe-se que esses e aqueles não produzem um binômio ilegal/legal, mas sim um dispositivo social que é acionado a partir das relações sociais estabelecidas dentro do cotidiano do parque.

Segue uma fala de um pescador referindo-se ao Parque do Cocó:

Antigamente nós podia pescar do jeito que a gente queria, ninguém mandava na gente, era tudo livre. Hoje só pode se for com linha e se fizer de outro jeito eles vêm (referindo-se aos guardas florestais que trabalham no Parque) e tomam. As coisas mudaram muito, hoje a gente não pode fazer mais nada (PESCADOR 1).

Essa relação passa por uma estreita linha de estabilidade produzida através das formas conflituosas de interação entre ambos os grupos, cujo conhecimento prático de encontro e enfrentamento fez produzir uma forma de relação na qual a aceitação dos usos faz parte de uma relação de poder estabelecida no parque.

Essa relação de oposição entre os sujeitos estabelece uma organização, que se reflete na inserção destes no parque, mas também nas formas de se referenciar a um grupo em relação ao outro.

Na fala dos pescadores, os guardas florestais eram categorizados como “eles” em sentido claro de demarcação de uma diferenciação grupal e social, como aqueles que não somos. Construindo

a imagem do outro, a imagem de si acompanha esse processo e também constrói a sua.

Pôde-se presenciar um momento de extrema importância no desenvolvimento dessa concepção de *eles* em oposição a uma ideia de *nós*. Interessante perceber que esta situação envolve outro grupo que se apropriava do parque e dos seus guardas florestais.

Pôde-se também fazer um paralelo entre ocupantes do Cocó e pescadores no sentido de ambos serem objetos de vigilância e preocupação por parte dos guardas. Entretanto, não se quer transpor as relações estabelecidas entre guardas e pescadores para as relações estabelecidas entre guardas e participantes do Ocupe Cocó.

Como mencionado anteriormente, no momento da pesquisa, o parque estava sendo ocupado por manifestantes que se apropriaram do espaço e nele fizeram residência temporária de modo a protestar contra uma construção no local.

Na ocupação, os ocupantes distribuíam atividades dentro do acampamento de modo a operacionalizá-las e distribuir as funções. Eu, por exemplo, tentava sempre ajudar nas atividades, como: aguar as plantas, buscar água para o acampamento, lavar as louças, enfim, participar das atividades de manutenção do espaço.

Menciono este contexto, pois foi durante essas atividades que um fato curioso ocorreu e me forneceu dúvidas e inquietações. No momento de buscar a água, uma ocupante do movimento in-

terpelou um guarda florestal e com ele trocou algumas informações referentes à ocupação, tais informações foram objetos de indagação pelos outros ocupantes que ficaram curiosos ao vê-la com o guarda.

Desvendado o teor da conversa, a moça teve a atenção chamada de modo a não repetir o contato com *ele*, pois segundo os ocupantes, *ele não faz parte da ocupação* e não pertencia ao grupo, não era *um de nós*. Portanto, toda e qualquer troca de informação, mesmo que irrisória, com *ele*, poderia pôr em perigo a continuidade da ocupação.

Ao se perceber essa definição e demarcação do *nós* e do *eles* operantes dentro da ocupação, assim como operantes entre os pescadores, algumas inquietações surgiram: o que essas diferenciações representam dentro do contexto geral de ocupação da cidade? O que elas refletem dentro do processo de disputa pelo uso da cidade? Tentar discutir essas questões será o objetivo do próximo capítulo.

A situação dos pescadores no Parque Ecológico do Cocó faz um paralelo com a situação das lavadeiras nesse espaço, grupo que também se apropria cotidianamente daquele local e que traz consigo particularidades interessantes. Porém, no que tange a “aceitação” deste grupo em relação aos pescadores pela gerência do parque, eles se diferenciam, pois mesmo as lavadeiras não estando dentro dos usos aceitos legitimamente dentro deste espaço elas têm um espaço reservado e criado pela gerência do parque para realização de suas atividades.

Outros conflitos, relações e formas de uso se inserem nesse contexto e merecem e devem ser mencionados. Seguindo a categorização dos usos do parque, analisar-se-á os usos que se inserem historicamente naquela região, mas de maneira explicitamente conflituosa, que não está velada nas camadas menos perceptíveis das relações sociais do campo, mas sim que se faz existir pela divulgação da sua existência, dos motivos e objetivos desta relação. Usos que fazem do Parque local de exacerbação de formas de ver a cidade e seu desenvolvimento, que fazem deste campo de conflitos um local em que estes ganham forma e corpo.

4 VISIBILIZANDO O CONFLITO: O PARQUE DO COCÓ E AS LUTAS “NA” E “PELA” CIDADE

O parque recebe uma modalidade de uso que se insere em seu processo social de formação, que agrega um sentido político e objetivo a essa ação. Um *uso imediato* que traz uma forma diferenciada de relação entre a cidade e o parque. Essa categoria foi estabelecida, tendo em vista o período de pesquisa de campo, quando se percebeu que, para além dos usos estabelecidos cotidianamente ou esporadicamente, existem também formas de uso do parque, que tem em mente exclusivamente formas de contestação às determinadas diretrizes políticas estabelecidas.

Apropriações do parque com finalidades políticas e ideológicas fazem dessa atividade um uso específico desde local. Enquadram-se nessa categoria diversas formas de uso desse espaço: manifestações, passeatas, reuniões e ocupações. Entretanto, analisar-se-á objetivamente a ocupação referida anteriormente, pois esta traz consigo elementos heterogêneos, que fornecem ferramentas explicativas das propostas estabelecidas pela pesquisa. Desse modo, o Ocupe Cocó será analisado tendo como finalidade estabelecer uma relação de entendimento das lutas e ações históricas ocorridas nesse espaço.

Ressalta-se que não se está tentando fazer uma relação entre lutas históricas diferenciadas, com sujeitos diferenciados e contex-

tos históricos diversos, mas entender este movimento como inserido num contexto específico de apropriação do parque e que pode fornecer ferramentas de entendimento desse tipo de inserção usual no parque. Uma ocupação que traz consigo sujeitos e relações de poder explicativas de forças de produção da cidade e de sua apropriação, um complexo diversificado que remete a uma disputa pelo parque e pela cidade.

4.1 A “imediaticidade” do uso: o Cocó como espaço de reivindicação

O Parque do Cocó, desde a década de 1970, segundo Nottingham (2006), insere-se no cenário da luta ambiental na cidade de Fortaleza. A Sociedade Cearense de Defesa da Cultura e do Meio Ambiente - SOCEMA, em 1976, inicia suas atividades e começa a atuar em torno dessas disputas de defesa dessa área, preservação do seu mangue e criação definitiva do parque, que ainda não existia juridicamente, assim como não existe atualmente.

Outro movimento de grande impacto na luta ambiental em torno do Parque do Cocó foi o SOS COCÓ, grupo nascido em 1985, que elaborou diversas atividades de defesa e preservação dessa área, trazendo grande fôlego à luta ambiental na cidade, assim como menciona Costa (2012).

O Fórum da Sociedade Civil sobre o Meio Ambiente é um resultado da integração de diversos movimentos, que construíram

pautas ambientais e terminaram por influenciar governos e prefeituras da cidade. Costa ressalta ainda que:

O fórum e seus movimentos contribuem no processo de elaboração da Constituição Estadual, na criação de órgãos como a Superintendência Estadual de Meio Ambiente do Ceará e dos conselhos estadual e municipal de meio ambiente, COEMA e COMAM (COSTA, 2012, p. 244).

Já em 2007, houve uma grande disputa em torno da construção da torre empresarial do Shopping Iguatemi em terreno de APP do parque. Uma disputa que envolveu diversas formas de protesto, envolvendo prisões e variadas formas de conflitos e protestos.

Poder-se-ia fazer uma análise ampla do processo de lutas em torno da questão ambiental no espaço urbano, pois outras áreas também foram objetos de lutas em torno da defesa ambiental na cidade. Porém, fez-se uma pequena retomada histórica desses movimentos no parque para deixar claro o caráter histórico daquela região dentro do cenário de luta urbana da cidade.

Tendo em vista perscrutar os processos múltiplos e diversos de conflito que existem na região, foram analisados alguns para demonstrar a vivacidade das relações e as formas de conflito existentes neste espaço.

No processo de pesquisa de campo, entre os anos de 2011 a 2014, procurou-se acompanhar assembleias, movimentações, cami-

nhadas, manifestações, audiências públicas e demais atividades que tivessem o parque do Cocó e seu uso como finalidade de discussão.

Um movimento criado por moradores do Bairro Cocó, estabeleceu uma iniciativa que me chamou a atenção. Propôs-se, de acordo com a lei, uma iniciativa de veto popular (Ver Anexo III). Essa iniciativa pode ser pensada, por lei, desde que se consiga adesão de 5% da população do bairro, o que no caso do Bairro Cocó é 800 pessoas.

Esse número foi conseguido e eles entraram com esse pedido junto a Procuradoria Geral do Município e Assembleia Legislativa do Estado do Ceará (Ver Figura 22). A agência destes sujeitos e os discursos se colocaram como inquietações na medida em que refletiam em si uma percepção de uso da cidade e se inseriam na realidade objetiva de luta pela apropriação desse local.

Figura 22: Audiência pública na Assembleia Legislativa com o Movimento criado por moradores do bairro Cocó.



Fonte: Pesquisa Direta (GLEISON MAIA LOPES, 2013).

Em entrevista feita com uma das integrantes deste movimento, em reportagem publicada no Jornal O Povo de 10/09/2013, destaca-se que:

A gente foi vendo a redução, cada vez mais, do parque, diz a representante comercial Marúcia Mendes, integrante do movimento Dunas do Cocó e moradora do 21º andar de um prédio próximo à Avenida Sebastião de Abreu. Da janela, “dá pra ver aterrarem os olhos d’água, atearem fogo (na floresta nativa). Daí, começou a revolta diante da impotência” (O POVO, 10/09/2013).

Outro momento, em que se percebeu as ações dos moradores do entorno do parque, foi durante a ocupação do espaço pelos acampados contra o viaduto. A rede de ajuda, por parte de alguns moradores do entorno do parque, mostrou formas de entender o acampamento de maneira mais complexa, mostrando que os sujeitos que ali estão são diferentes e diversos em sua essência e que não estão desconectados dos demais usuários do parque. Esse contexto demonstrou que as relações da pesquisa ampliam as próprias dimensões do trabalho de campo, incluindo esses atores, processos, interações e relações que apenas a estada em campo é capaz de demonstrar.

Todas as manhãs, antes do período de suas caminhadas pelas trilhas do parque, algumas pessoas que por ali passavam, levavam café da manhã e pães para oferecer aos acampados do parque. Um casal, em especial, chamou a atenção, pois antes de sua caminhada os dois vinham ao acampamento, deixavam café e pães, conver-

savam conosco sobre a situação e o que estava acontecendo e iam caminhar. Na volta, passavam pelo acampamento e pegavam sua garrafa de café e retornavam para casa.

Ao longo do período de acampamento, este casal foi se aproximando da ocupação e ficando cada vez mais tempo em suas visitas matinais ao parque, ambos participavam das atividades festivas, culturais e ambientais desenvolvidas no acampamento e se integravam, cada vez mais, ao cotidiano da ocupação.

Percebeu-se que históricos e variados são os conflitos e suas formas de visibilidade reivindicativa dentro do parque. Entretanto, devido à impossibilidade de apreensão de todas estas formas preferiu-se analisar objetivamente uma dessas formas de conflito e, a partir dela, estabelecer um panorama dos conflitos existentes dentro do parque.

Tendo a perspectiva de inserção daquela região dentro de um sistema histórico de produção de conflitos sociais ligados à temática ambiental, pode-se inserir a discussão relacionada ao Ocupe Cocó como relacionada a esse processo de debates.

Sujeitos diferenciados e com objetivos variados, mas conectados por um objetivo de contestação – a construção do viaduto às margens do Parque do Cocó – acamparam no ambiente da construção do referido viaduto por quase 90 dias.

O Movimento Ocupe Cocó (Ver Figura 23) foi um evento que fez a cidade voltar seus olhos para o Parque do Cocó, para suas especificidades e para a atual conjuntura da região em que ele está inserido. Um movimento de contestação e insurgência política e ideológica que fez do espaço do parque, campo de disputas e conflitos.

Figura 23: Início do acampamento no Parque do Cocó.



Fonte: Pesquisa Direta (GLEISON MAIA LOPES, 2013).

Planejamento urbano e preservação ambiental se tornaram objetos de discursos e disputas sociais. Entre os meses de julho e outubro de 2013, Fortaleza se percebeu envolta num processo his-

tórico de luta pela preservação ambiental, mas reinventado sobre novas roupagens e formas de manifestação e reivindicação.

Discursos como *Não é só pelas árvores, mas por uma nova relação com a cidade*, ecoadas por parte dos acampados do parque, demonstravam a profundidade e complexidade do movimento, que tinha em sua essência uma ligação ambientalista, mas também política, econômica e social.

Composto por grupos variados – como partidos políticos, anarquistas, profissionais liberais, estudantes e pessoas desvinculadas de organizações, mas interessadas na causa –, o acampamento se colocava como um *mix* de sujeitos ou grupos unidos por uma bandeira de preservação ambiental, mas que trazia formas diferenciadas de relação com o sistema econômico vigente e com a cidade como um todo.

Como mencionado, pôde-se fazer parte do acampamento e conviver com esse Movimento. Uma oportunidade única de inserção na realidade concreta de conflito dentro do parque.

Fazer parte deste momento contribuiu para se perceber a amplitude daquele contexto. Ver no rosto dos demais acampados a tensão prestes a uma invasão policial; o receio sempre que algum “novato” chegava ao acampamento; as festas e os sorrisos soltos quando de alguma vitória judicial, foram momentos que nunca serão esquecidos e que, mais do que nunca em toda minha carreira acadêmica, mostraram-me o quão esmagadora pode ser a realidade do nosso campo de pesquisa.

Tendo em mente todos esses usos descritos e categorizados, pretende-se analisá-los neste momento em seu processo de fricção. Analisar-se-á no próximo capítulo como estes usos estabelecem relações entre si e com os demais usuários, buscando entender os mecanismos de sociação, conflitos e demais relações estabelecidas no parque.

O parque será analisado, assim, em sua essência empírica, no momento de sua apropriação recíproca e não mais separadamente, como para fins de melhor explicação anteriormente se fez.

Os contatos, as concepções, os discursos e as variadas formas de interação serão analisados tendo em vista trazer vida àquele que por variadas vezes, ao longo da pesquisa, pareceu ser passivo – uma palavra dada, fora de contexto ou apenas mecanismo linguístico de construção da frase. Pretende-se, portanto, dar à cotidianidade da apropriação do Parque do Cocó a vitalidade que este possui em suas trilhas, suas árvores e seus agentes.

No próximo capítulo, busca-se “jogar” com os usos pesquisados de modo a mostrar a figuração por eles estabelecida dentro do processo cotidiano de uso do parque. Buscar-se-á entender as maneiras como se estabelecem os equilíbrios móveis de tensão, que são estabelecidos nos processos de interação e interdependência estabelecidas entre os usuários do parque.

Serão analisadas as conexões entre esses usos e as formas de expressões que eles carregam. Entender as relações entre esses usos e as relações sociais existentes na cidade será a finalidade deste capítulo que se inicia.

Termos como política, cultura, economia e direito serão utilizados como conectivos dentro dos quais os grupos têm seus usos fundamentados e estabelecidos, tendo as relações sociais travadas por estes como fio condutor da discussão pretendida.

Não se pretende analisar esses usos de maneira completa e compreendendo todos os contextos sociais de sua produção, pois se entende a “realidade” como um campo inapreensível dentro do qual se pode entendê-la através de dados ou momentos específicos, que disponibilizam as ferramentas para seu entendimento incompleto e parcial.

a) As práticas sociais como mecanismo de resistência: o parque ocupado e a cidade em alerta

De acordo com Slater,

Em muitas sociedades diferentes surgiram arquipélagos de resistência e discursos inversos que tem o potencial de se conectar através dos espaços, mas que são também distintos, específicos e arraigados em contextos locais e regionais, encorajando, em alguns casos, o uso da expressão “novos movimentos sociais” (SLATER, 2000, p.503).

Entender a ocupação do Parque do Cocó, é inseri-lo numa rede histórica de lutas em torno da defesa ambiental. Luta travada por movimentos sociais urbanos em oposição às formas dominantes de produção e organização da cidade e dos seus espaços verdes.

A luta ambiental na cidade data da década de 70, e segundo Costa (2011):

Ainda predominava uma atmosfera de medo, ali pelo ano de 1976, quando o primeiro movimento social ambientalista de Fortaleza ergueu sua bandeira, para impedir a construção de moradias e a instalação de outros empreendimentos nos terrenos às margens do rio Cocó, onde mais tarde viria a ser instalado o Parque Adahil Barreto (COSTA, 2011, p.81).

Percebe-se assim que é uma luta histórica dentro da cidade. Entretanto, estas trazem consigo particularidades que demonstram formas heterogêneas de ação, entendidas como resultado de um contexto de influências, que engloba o contexto histórico de cada ação desses movimentos sociais.

Recentemente, vem se trabalhando a emergência de uma cultura política ligada à ocupação dos espaços públicos da cidade. Em junho de 2013, o Brasil foi tomado por uma onda de manifestações políticas de reivindicação, contestação e demonstração de uma insatisfação social em relação ao sistema político brasileiro.

O Parque do Cocó reflete, em si, através do Ocupe Cocó, essa “nova” forma de fazer política, visto que as manifestações am-

bientais na cidade de Fortaleza não são de maneira alguma recentes, mas a maneira como se deu a ocupação (heterogeneidade do movimento, discurso em relação à política e a maneira de reivindicação) é de um formato novo incorporado por esses movimentos, que reelaboram as formas de atuação e estão conectados com as ações ocorridas em outras partes do mundo, trazendo mecanismos que os caracterizam com os mesmos movimentos historicamente atuantes no parque, mas com novas roupagens e formas de atuação.

Outro aspecto que traz uma particularidade à ocupação do parque o fato de que quando se estabeleceu esse acampamento, tinham acabado de ocorrer as grandes idas às ruas, em variados estados do Brasil, numa espécie de “tempo das manifestações”, que traziam contestações políticas, sociais e culturais da população que, naquele momento, emergiram e fez daquele contexto único pelo tamanho e projeção das ações.

Desse modo, entender-se-á esse contexto dentro de uma conjuntura maior a que o País estava envolto, onde grandes movimentos populares foram às ruas buscar se fazer ouvir pelo poder público e autoridades políticas, revelando uma mudança na forma de reivindicação social estabelecida na cultura política, conforme Kaminsk (2013). Entretanto, esta pesquisa não objetiva uma análise desta nova forma de atuação dos movimentos sociais, em comparação às demais formas de inserção dos movimentos, mas acredita-se que esta seja uma fonte de pesquisa interessante e que

pode fornecer mecanismos de entendimento das movimentações sociais que vêm ganhando cenário dentro da cidade.

Pretende-se, neste momento, analisar como essa ocupação se insere nas formas cotidianas de disputas pelo poder de apropriação e definição dos rumos legítimos daquele espaço, bem como esta se relaciona com os usuários do parque, com a cidade e quais as relações sociais estabelecidas nela.

As formas de insurgência cotidiana, anteriormente mencionadas, são formas veladas de conflito que se revelam através das maneiras de uso do parque. Uso carregado de sentido e enraizado nas formas de sociabilidade e reprodução das variadas esferas sociais dos indivíduos praticantes.

Neste momento, serão analisadas as formas de conflito visibilizadas. Um conflito social, político, econômico e jurídico, que envolve atores múltiplos e instâncias diferenciadas.

Os “Acampados do Parque do Cocó” fizeram da construção do viaduto, na área de preservação, um evento no qual uma “nova” forma de reivindicação surgiu em meio a um movimento com raízes históricas dentro da cidade.

Ciro Gomes, ex-ministro da Integração Nacional (2003-2006), referindo-se à questão da ocupação no Parque do Cocó, afirma:

- Ali passam 70 mil carros por dia. Estão demorando meia hora para atravessar aquele trecho. Se tivesse o viaduto, demoraria 3 minutos. Isso quer dizer o cidadão

poder chegar em casa ainda com o tempo de poder ver o filho acordado. Ai meia dúzia de 'burguesotes' à toa, maconheiros, estão lá. Quer dizer, claro que não são todos maconheiros, porque tem uns doidos também, e esses a gente vai perdoando. (Ciro Gomes, 2013).

Este discurso de um sujeito social coloca-se como objeto de pesquisa, na medida em nos fornece ferramentas de entendimento do modelo de classificação social do Movimento Ocupe Cocó e da ação da prefeitura da cidade.

O Ocupe Cocó, nome dado à ocupação, foi um Movimento de quase 90 dias de duração e que colocou em pauta de discussão o planejamento urbano da cidade, a relação da cidade com o meio ambiente e se propôs pensar novas formas de desenvolvimento, aliadas à perspectiva ambiental como categoria central.

No momento do início da ocupação, as obras do viaduto em questão já tinham sido iniciadas e os tapumes já estavam postos de modo a isolar a área de trabalho dos funcionários envolvidos na construção do referido equipamento, com tapumes e demarcações visuais de que o terreno estava em obra.

Centenas de pessoas ocuparam o espaço e decidiram montar acampamento de modo a obstruir o prosseguimento da construção e chamar atenção àquela questão que, segundo os integrantes da ocupação, era uma agressão desmedida a um ecossistema já tão maltratado. Uma ocupação que foi ganhando força e aumentando gradativamente seu contingente de adeptos, ganhando assim também visibilidade nas discussões sobre a cidade.

Em poucos dias, a ocupação já havia crescido demasiadamente e já se via o nascimento de uma estrutura organizacional e logística, em cima do que antes era um emaranhado de entulho e materiais de produção remanescentes da obra de construção do viaduto acima referido. Outros grupos, de opções políticas e ideológicas diferenciadas, foram se agregando à ocupação e agregando diversidade e formas de relações diferenciadas com o Movimento.

Fui a campo e me solicitaram, como de costume na ocupação, que eu me apresentasse e falasse um pouco dos motivos pelos quais estava me inserindo na ocupação. Apresentei-me, disse que estava realizando uma pesquisa de mestrado sobre o Parque do Cocó e que me interessava bastante por aquela movimentação que estava acontecendo.

Após minha apresentação, fiquei assistindo à assembleia, tentando entender um pouco a maneira como tudo se colocava, como os sujeitos estavam inseridos naquele momento e a função daquele momento de discussão para a ocupação.

Questões variadas eram discutidas desde a organização a informes políticos e judiciais da ocupação e discussões sobre as próximas ações do Movimento, que tinham sempre como finalidade a publicização da ocupação e esclarecimento da população sobre as questões, que estavam acontecendo e que, segundo relatos, “a mídia escondia”.

Inicialmente, me senti um pouco deslocado, pois não conhecia quase ninguém na ocupação e, como esta era muito dinâmica, diversas pessoas passavam por lá diariamente, estabelecendo uma espécie de rodízio dos ocupantes, em que as pessoas faziam suas tarefas cotidianas (aula, trabalho etc.) e voltavam para o acampamento. Desse modo, nem sempre conhecia as pessoas que estavam no acampamento. Entretanto, essa situação, posteriormente, mostrou-me ser satisfatória, pois me induziu a conhecer outras pessoas dentro do acampamento e a ampliar meu horizonte de relações dentro da ocupação.

Nos momentos de estada em campo na referida ocupação, costumava, durante a noite, não dormir, pois aconteciam momentos de vigília (que visavam à proteção noturna da ocupação) e eu achava interessantes esses momentos, pois forneciam momentos de interação importantes e rendiam boas conversas ao longo da madrugada.

Algo me chamou muita atenção. Ao longo da madrugada éramos interpelados corriqueiramente pelos gritos dos motoristas, que passavam pela região e gritavam: *Vão trabalhar seus bando de maconheiro* ou *Vão procurar um emprego, bando de vagabundo*.

Em contraposição a essas expressões, algumas falas de revide me fizeram pensar. No momento de emissão de uma dessas falas da rua para dentro do acampamento, um dos ocupantes disse: *Vai vagabundar, trabalhador!*

Interessei-me em entender sob que prisma de significação ele falou isso e, conversando sobre o que havia dito, ele disse que se houvesse mais desses tipos de vagabundos seria *possível mudar as coisas*.

Esses enunciados me fizeram pensar na produção das legitimidades estabelecidas, pois se ancoram na produção de “verdades socialmente aceitas” (no local de sua emissão), tais como: “o trabalho dignifica o homem” e “o uso de drogas desqualifica a moral e os bons costumes” ou mesmo “o trabalho aliena”. Pensar na produção desses discursos e na reverberação destes em relação àqueles que ocupavam o parque, no caso, nós, fez-me estabelecer alguns questionamentos sobre a situação do movimento: quem produz esses discursos e quais as formas de ressignificação deste pelo movimento de ocupação?

Bourdieu (2009) traz à discussão das legitimidades ancoradas no processo de produção dos discursos legítimos socialmente. A produção desses discursos é a ferramenta de disseminação das “verdades aceitas socialmente”.

No acampamento havia uma grande crítica dos acampados em relação à produção de discursos midiáticos, que os colocariam como vândalos, bandidos ou pessoas desqualificadas socialmente. Desse modo, havia uma grande rejeição a essas formas de comunicação que, como mencionado, no acampamento, era “vendida e estava a serviço do capital”.

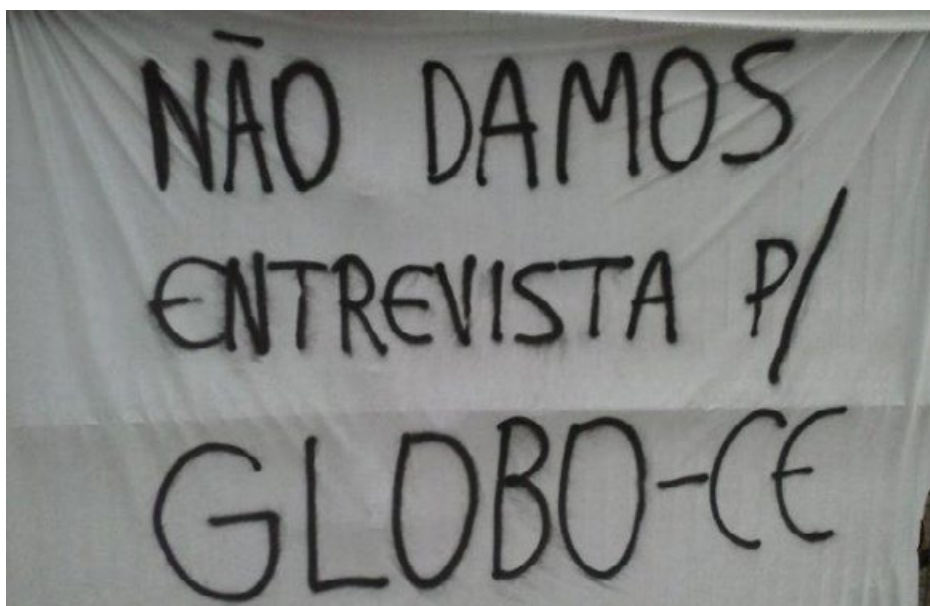
Há uma vasta literatura trabalhando a questão das mídias, como a máquina propulsora das “verdades estabelecidas” social-

mente no capitalismo. Essa afirmação coaduna com o pensamento do Movimento acerca da referida ferramenta de comunicação, pois na visão de seus integrantes, canais de TV, como a *Verdes Mares*, reproduzem um discurso estabelecido de modo a modificar e deturpar a imagem do mesmo frente às pessoas que estão em casa.

“Ei, TV Globo, o povo não é bobo” era uma das frases ecoadas no momento em que alguma equipe desta rede de TV se aproximava do acampamento, onde era proibida sua entrada e a produção de imagens internas do acampamento por esta emissora.

Com dizeres como “Mídia fascista e sensacionalista” e cartazes de repúdio (Ver figura 24) a esse tipo de mídia social, o Movimento alicerçou suas ações de modo a estabelecer novas formas de publicização.

Figura 24: Cartaz estampado no Movimento Ocupe Cocó.



Fonte: Pesquisa direta (GLEISON MAIA LOPES, 2013).

As mídias sociais foram as saídas encontradas na disseminação do Movimento e como forma de agregação deste em momentos de possibilidade de invasão da ocupação por parte da Guarda Municipal de Fortaleza.

Interessante analisar a função das mídias sociais neste contexto, pois os *ecochatos* e os *ecocids* utilizaram-se desta ferramenta como instrumento agregador e potencializador dos seus discursos e concepções.

Com o título *Eu sou a favor do progresso: viaduto já!*, os sujeitos que se posicionaram a favor da construção do viaduto estabeleceram uma plataforma de sustentação e disseminação das suas posições políticas e ideológicas.

Críticas ao movimento contrário são realizadas através dessa página na internet, assim como apelos sociais ao “deixar o homem trabalhar” se fazem presente dentre os comentários da referida página da internet.

Ocupe Cocó também é uma página criada numa rede social. Entretanto, pelos sujeitos contrários a construção da obra no Parque do Cocó, uma luta digital se estabelece no sentido de demarcação de um espaço de fala legítimo dentro daquele espaço.

Essa luta pelo poder de “definir” coloca-se como pauta dentro do movimento no sentido de que ações são estabelecidas de modo a demonstrar para cidade aquilo que as emissoras, segundo o movimento, ideologicamente encobrem.

Neste momento, analisa-se a construção das identidades sociais dentro desse espaço e a relação desse processo com o contexto de “fazer a cidade”, analisado anteriormente, em que se trabalhou o espaço do parque como local de alteridade e de construção de pertencimentos. Buscar-se-á analisar também se essa construção de identidades se dá “na prática” ou se existe apenas em momentos estratégicos dos discursos dos usuários do local.

Para Canclini (2010),

A identidade é uma construção que se narra. Estabelecem-se acontecimentos fundadores, quase sempre relacionados à apropriação de um território por um povo ou a independência obtida através do enfrentamento dos estrangeiros. Vão se somando as façanhas em que os habitantes defendem esse território, ordenam seus conflitos e estabelecem os modos legítimos de convivência, a fim de se diferenciarem dos outros (CANCLINI, 2010).

Entende-se que esse processo se dá na via do que se pode chamar da autoanálise (BOURDIEU, 2005). Mas, o processo de produção de discursos também se refere ao exterior, àquele a quem se quer atribuir uma imagem, um sentido social através da propagação do seu discurso pelos agentes sociais.

Bourdieu (2005) nomeia como força de sentido a capacidade de nomear, hierarquizar, distinguir, nomear etc., quando a capacidade de estabelecer esses sentidos se dá de maneira desigual

na produção da legitimidade dos discursos socialmente estabelecidos e aceitos como corretos.

Desse modo, serão pensados os discursos decorrentes dos conflitos mencionados e inseridos na relação de poder estabelecida por este autor.

b) “Por uma nova relação com a cidade”: quando e legitimidade/discurso é o objeto de luta

Os relatos que seguem, referem-se a uma disputa social existente dentro da cidade de Fortaleza/CE.

Eu digo o seguinte, já passou da hora de o governo (municipal, estadual e federal) deixar de se intimidar por esses ecodesocupados ou se preferirem: ecochatos. O governo tem sim que fazer obras que beneficiem a maioria (Texto compartilhado pelo vice-prefeito de Fortaleza, Galdêncio Gonçalves).

Ser vagabundo é defender a natureza? (Frase estampada no acampamento do Movimento Ocupe Cocó).

Não é apenas por 90 e poucas árvores, mas por uma nova forma de ver e pensar a cidade (Fala de integrantes do Movimento Ocupe Cocó).

Esta disputa colocou a cidade em discussão, pois dois modelos de se pensar a metrópole e seu desenvolvimento urbano se confrontam em torno da tentativa de construção, por parte da Prefeitura, de um viaduto dentro da área do Parque Ecológico do

Cocó: um Movimento estabelecido sob o discurso de preservação ambiental, e outro sob a ideia de desenvolvimento e progresso.

O parque se inseriu numa das maiores disputas sociais em torno do meio ambiente da capital cearense. A Prefeitura Municipal de Fortaleza (PMF), tendo em vista construir um viaduto em suas margens, destruiu um espaço de área verde dentro do parque.

Os movimentos sociais ambientais, alguns partidos políticos ligados à temática ambiental e outros grupos sociais, que foram contra essa obra, decidiram ocupar esse espaço do parque de modo a impedir a construção de um viaduto.

A ocupação durou quase 90 dias e fez da cidade de Fortaleza um espaço de discussão sobre a construção ou não da obra. Vários atores surgiram nesse momento: cientistas, professores, políticos, ambientalistas, dentre outros, de modo a estabelecer uma arena de discussões acerca desse contexto.

Uma batalha judicial, política e econômica travou-se em torno dessa questão. Tentativas políticas de desocupação foram recorrentes contra esse Movimento, casos de abuso de força policial foram denunciados e ganharam repercussão nacional e internacional, chegando à Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA).

Fortaleza se viu perante duas formas de perceber a cidade e seu desenvolvimento urbano, representadas nos movimentos de apoio e de resistência à construção.

O Parque do Cocó, nesse momento, passou a representar um conflito no qual se estabelecia uma disputa em torno da definição dos rumos e formas de uso do seu espaço, mas que também revelava os rumos da cidade de Fortaleza e de seu planejamento urbano. Entretanto, percebe-se essa disputa como reflexo de uma relação travada dentro do espaço urbano de Fortaleza. Uma disputa histórica ganha força e visibilidade dentro do processo político da cidade, a partir da junção de variados grupos sociais, que, anteriormente, agiam separadamente, em torno de um único objetivo e pauta: a legalização e proteção do Parque Ecológico do Cocó. Entendendo o parque, desse modo, como catalisador de um processo histórico de lutas pela cidade e fator unificador de pautas e objetivos, que se propõe entender esse contexto, a partir de um confronto social por legitimidade discursiva da cidade.

Segundo Foucault (1972), a função do discurso deve ser entendida como engajada numa rede de relações estabelecidas a qual obtém uma funcionalidade e centralidade na disputa.

Percebe-se essa função quando da disputa social em torno da definição e qualificação social acerca dos integrantes de ambos os movimentos. Nesse momento, uma verdadeira guerra de infor-

mações se estabelece de modo a garantir a legitimidade dos grupos sociais em disputa, sejam eles os *ecochatos* ou os *ecocids*.

Nos momentos de estada no acampamento, participava ativamente das atividades de organização, das assembleias, atividades culturais e vivenciava o máximo de experiências possíveis, pois percebia que elas faziam parte de uma experiência maior de incorporação e inserção dentro do campo.

Havia momentos em que o acampamento realizava pedágios de forma a arrecadar dinheiro para compra de suprimentos e manutenção da ocupação. Os semáforos dos arredores da ocupação eram palco dos pedágios.

Não participei de alguns pedágios iniciais, pois passava por uma grande inquietação com relação até onde eu poderia manter a linha de pesquisa coerente. Preocupava-me com não me deixar levar pelo “momento da ocupação” e deixar de perceber o momento em suas especificidades, tampouco em não me envolver pela espontaneidade de estar ali. Porém, em um dia de poucas pessoas no acampamento e na falta de alimentos para a refeição do almoço, decidiram realizar pedágio e me solicitaram ajuda para realizá-lo. Concordei, para não criar um clima de conflito velado e pelo fato de que não me custaria nada contribuir.

Como foi minha primeira vez na realização de pedágio dentro do acampamento, pedi para segurar a faixa enquanto os outros integrantes passavam nos carros explicando a situação e pedindo contribuições.

Pude perceber as várias recepções que os diversos sujeitos externos à ocupação elaboravam aos ocupantes, atitudes completamente heterogêneas frente aos ocupantes, de aceitação, rejeição e curiosidade sobre o que acontecia naquele espaço.

Percebi a interessante oportunidade que o pedágio me proporcionava, pois era um momento de enfrentamento e encontros entre os componentes do acampamento e os moradores/trabalhadores da região, que por ali passavam.

Decidi, desse modo, em algum momento da ocupação, em que novamente fui solicitado a contribuir na realização do pedágio, participar mais efetivamente, pois queria sentir e vivenciar aquela situação específica.

Ávido por saber, daqueles a quem eu interpelava em seus carros, a sua opinião sobre o Movimento, preocupava-me, no momento de abordagem, em explicar o que estava acontecendo, enfatizando que era uma ocupação realizada por movimentos sociais contra a construção do viaduto, que o pedágio era para manutenção do acampamento e procurava sempre, nos três minutos de duração de fechamento do semáforo, dialogar com os motoristas ou passageiros acerca desta atividade.

Situações variadas nasciam desse contato efêmero que se estabelecia. Uma motorista com quem dialoguei fez uma exclamação que me fez pensar sobre esse contexto de produção de discursos e legitimidades: *Olha, não posso dar nada, pois se vocês estivessem trabalhando, eu daria, mas pra vagabundar não posso. Eu vi: deu na TV.* Conto esta situação, pois considero de grande importância se avaliar a produção de verdades estabelecidas a partir do discurso midiático ou da grande imprensa.

De acordo com Bourdieu (2009), a produção da crença, dentre outras formas, elabora-se através das “estruturas estruturadas”, que tem como finalidade a produção de sentidos objetivos de apreensão do real. Desse modo, este autor estabelece que as ideologias são duplamente produzidas por meio de determinações, sendo a primeira, o interesse das classes nas quais são produzidas, e a segunda, os interesses específicos daqueles que a produzem e a lógica específica do campo de sua produção.

Pôde-se perceber a construção dessas concepções sociais enraizadas na fala deste senhor anteriormente mencionado e na de muitos outros, pois o corpo produz formas sociais de aceitação e rejeição assim como a fala.

Acompanhei algumas distribuições de panfletos do Movimento para população e nos momentos dessa interação, os discursos enraizados de ambas as frentes eram para mim colocados como

sistemas de classificação da produção de verdades internamente aceitas nas concepções sociais dos sujeitos.

A incorporação e ressignificação, pelos integrantes do acampamento, de categorias como “vândalos” nos fornece interessante exercício para se pensar a disputa pela legitimidade da produção dos discursos.

Nas mídias sociais de grande alcance, os Movimentos que vinham acontecendo desde junho no País como um todo eram tratados como Movimentos pacíficos, mas utilizados por “uma minoria de vândalos”, que queria fazer baderna e se utilizava daquele momento para tal.

Dentro do acampamento, a visão que se tinha sobre essa forma de perceber os Movimentos, ao longo das conversas que pude ter e participar, era que, ao mesmo tempo em que se romantizava as formas de contestação dos movimentos, normatizavam-se as maneiras de se manifestar e atribuía-se legitimidade repressiva ao Estado, que pode se utilizar da força para reprimir mais ferozmente que aqueles vândalos que traziam desordem a cidade e a população.

Alguns integrantes do Movimento aderiram a uma atitude que muitos dos adeptos e participantes dos movimentos de junho estavam elaborando. Na contramão da tentativa de clarificar a situação dos movimentos e de não considerá-los como vândalos, mas como manifestantes, ressignificaram esta nomenclatura dizendo que

“Se ser vândalo é lutar pela natureza, então sou vândalo” ou “Se ser vândalo é lutar por uma saúde digna e decente, então sou vândalo”.

As redes sociais se tornaram arena de disputa em torno da definição da (i)legitimidade do momento e de suas ações. Fiz uma pequena pesquisa sobre os comentários referentes às matérias jornalísticas sobre o acampamento. Os discursos encontrados e os embates existentes refletiam o binômio em que a cidade se inseriu, onde duas formas claras de se pensar a cidade se estabeleceram em confronto.

Em matéria publicada no dia posterior a última desocupação do Ocupe Cocó, alguns comentários me chamaram atenção e merecem aqui ser transcritos:

Parabéns a polícia militar e a justiça federal! Finalmente esses desordeiros foram expulsos do Cocó! Vão trabalhar seus desocupados! (LEITOR A).

Será que os ocupantes do Cocó, que desafiam até a polícia e as ordens judiciais passaram 80 dias lá e não foram importunados pelos bandidos...?! Por quê?! Há quem assevere que aquela corja é composta essencialmente por bandidos! Daí tal explicação lógica. Uma coisa é certa: foras da lei são (LEITOR B).

Comentários como esses se confrontavam com as mensagens de apoio à ocupação, fazendo deste espaço campo de lutas e embates ideológicos. Uma multiplicidade de agentes que se confrontavam de maneira objetiva tendo como finalidade fazer sobressair sua concepção e deslegitimar as formas de visão contrárias.

Segundo outros leitores do mesmo jornal:

Vagabundos são esses reacionários conformistas q não entendem o q é um movimento social, essa classe merda nojenta, cretina que não entende o movimento histórico. Quer viver no seu conforto às custas da miséria e da degradação da natureza. IGNORANTES MALDITOS. CLASSE MERDA ESTÚPIDA Q DEFENDE VIADUTO (LEITOR C).

A maioria do povo é anti-ecológico, ker ver sangue. Não sabe perceber a estrutura da dominação de classes. Não enxerga o Estado como um aparato da burguesia. E os políticos se posam de defensores do povo, qdo defende seus interesses de classe social. Esta é a miopia popular. Mídia são deles (LEITOR D).

Esse contexto se revela interessante, pois nos fornece um novo elemento para se pensar a produção dos discursos sociais existentes: as mídias sociais.

Estas servem como facilitadoras da emergência de novos atores no que Castells (1999) chama de “revolução tecnológica”, uma nova forma de apreensão dos meios sociais tecnológicos existentes, que criam formas diversas de comunicação e democratiza o acesso a esta, fazendo da comunicação um meio de agregação e mobilização. Alguns autores vêm chamando de “ágoras informacionais” o espaço criado por essas novas formas de inserção tecnológica, que vem ocorrendo contemporaneamente, tais como afirmam Serra Júnior e Rocha (2013):

Na grande malha de usuários interligados pela Internet, as novas formas de interações sociais que surgem a partir da utilização de dispositivos sem fio (notebooks, smartphones etc.) criam novas possibilidades econômicas e políticas na formação de espaços envolvendo aqueles que ocupam pontos nodais dessa rede, ou seja: os usuários e fornecedores de serviços on-line. Essas interações permitem a difusão irrestrita de informações em formato multimodal, em que os recursos de mídia integram código, texto, som e imagem. Desta forma, é difícil impedir que qualquer pessoa ou instituição crie novos sites, portais e soluções computacionais. Há um potencial muito maior em relação a outros tipos de mídia, como a televisão analógica e os jornais impressos (SERRA JUNIOR; ROCHA, 2013, p. 206).

Um espaço virtual passa a refletir uma disputa, que se expande da arena imediata do contato físico e da insurgência social e adentra as formas mais variadas de interação social tecnologicamente existente.

Entender a função das redes sociais, dentro desse contexto discursivo de apreensão e demarcação desses movimentos, possibilita uma análise que mesmo imperfeita e reduzida pode se desdobrar em ferramentas de entendimento do campo em pesquisa e dos sujeitos que neste campo estão dispostos.

c) A ocupação como resistência cotidiana: as várias formas de insurgência

A música “Eu tava na vigília quando o choque apareceu, jogaram gás de pimenta, meu olho estremeceu, meus amigos falam

que era gás demais, joga uma pedra nesses Satanás” (Paródia produzida por integrantes do Movimento Ocupe Cocó) relata, sob a forma de paródia, um dos momentos mais tensos da ocupação do Parque do Cocó, que foi a primeira desocupação da área pela Guarda Municipal de Fortaleza - GMF, no dia 08 de agosto de 2013.

A paródia traz consigo uma brincadeira em seu sentido, mas que revela formas sociais de articulação do movimento em torno da resistência às formas sociais estabelecidas. Produzida nos momentos de vigília – em que no desenrolar da madrugada os integrantes após conversarem sobre inúmeros assuntos, diariamente, concentravam-se em dar continuidade a essa produção –, nasceu como brincadeira para “expulsar” o sono, mas que, ao longo do tempo de acampamento, começou a articular noções de pertencimento e estabelecimento de identidades em torno de músicas que eram cantadas entre alguns dos ocupantes. Desse modo, faz-se extremamente importante entender as ferramentas de subversão e insurgência micro cotidianas elaboradas pelos componentes do acampamento, através da qual estabeleciam marcos divisórios entre o “*nós*” e “*eles*”.

A maneira de se entender esse contexto é analisar o processo cotidiano de ocupação do espaço do parque pelo Movimento Ocupe Cocó, as funções do Movimento, os papéis ocupados por ele e pelos indivíduos que o compõem. Buscando entender quais as conexões desse Movimento com as relações de poder anteriormente mencionadas, das quais o parque em questão é resultado, analisar-se-á as relações de poder internas e externas da ocupação, as formas

de organização da ocupação (que em si revelam formas alternativas de vida em oposição a capitalista) e as relações da ocupação com as estruturas de governo, com os gestores do parque e da cidade.

A heterogeneidade que compunha a ocupação e a diversidade de sujeitos que o integravam revelam formas variadas de insurgência, que se revelam sob formas de brincadeira, como a música acima transcrita, ou como formas mais objetivas e concretas de contestação política, chegando inclusive a embates físicos.

Nos momentos de estada no acampamento era acometido por uma sensação de estar vivendo um momento único na história da cidade, que trazia consigo sentimentos mistos, que se juntavam na produção de algo que não consigo aqui narrar, mas que, de algum modo, mostrava a importância desse momento na construção da minha identidade enquanto pesquisador e ser social com valores e significados, que estão para além da pesquisa científica, mas que não se desvinculam dela.

Nos dias em que havia ameaças eminentes de desocupação do acampamento, a ocupação se configurava de uma maneira diferenciada em relação ao seu cotidiano.

As tarefas de gestão e organização da ocupação davam lugar a uma tensão que trazia no olhar, de cada acampado, um nervosismo aliado à histeria da luta política, que utiliza seu próprio corpo como escudo de uma causa ou ideologia.

No dia 4 de outubro de 2013, aconteceu a última desocupação do Movimento de ocupação do Parque do Cocó. No dia anterior a essa desocupação, enquanto se estava no acampamento, se recebeu a notícia de que havia sido expedida uma liminar de ordem e despejo da ocupação e que esta liminar poderia ser executada a partir da manhã do dia quatro.

Havia nessa liminar, um parágrafo que a proibia de ser executada em um horário fora do expediente normal de trabalho. Acredita-se que tenha se colocado essa “norma de despejo” na referida liminar devido à primeira desocupação que aconteceu às três da manhã do dia 8 de agosto de 2013, provocando denúncias de ilegalidades no processo de desocupação por conta do horário e denúncias de abusos policiais contra os acampados que ali estavam.

Oito horas da manhã, cheguei ao parque, com uma dubiedade de sentimentos que se colocavam como ingredientes e aumentavam ainda mais a complexidade do momento, pois um sentimento se misturava na produção da apreensão daquele contexto, uma curiosidade científica que colocava esse momento como ímpar na história da ocupação e uma circunstância que, enquanto pesquisador, eu não poderia perder para entender a importância da ocupação para as pessoas que a compunham. Entretanto, um desejo pessoal de estar presente naquele momento e, de algum modo, fazer parte dessa força que se construía me fazia ficar a todo tempo tentando estabelecer minha posição dentro da ocupação.

Um receio físico e psicológico insurgia como empecilho à minha estada ali, pois o medo e a incerteza não são sentimentos que se desvencilham tão facilmente no momento da pesquisa. Quanto mais eminente se colocava a entrada da polícia para a desocupação mais turbulento era a fricção dos sentimentos em mim. Entretanto, a motivação intelectual e metodológica que era estar naquele lugar e a inspiração ideológica (não pretendo aqui escondê-la) foram fontes propulsoras da minha estada e motivação.

Nesse momento de extrema tensão e conflitualidade, percebem-se as diferentes formas de contestação vindas dos diferentes grupos, que formavam a ocupação do Parque do Cocó. Formas de resistência pacífica, como acorrentamento às árvores do parque se misturavam às formas de insurgência que se baseavam na confrontação direta, no embate corporal e em táticas de guerra.

Pareceu-me interessante a constatação que as diferenças internas dos grupos que compunham a ocupação se refletiam no momento de pensar as formas de resistência pensadas.

Grupos de tendência mais centrada numa concepção mais radical de destruição ou desvinculação do sistema capitalista elaboravam estratégias de enfrentamento, como o uso de barricadas e confrontamento físico. Troncos de árvores, blocos de pedra, entulho proveniente dos resquícios da obra, entre outros materiais, eram matérias usadas na construção das barricadas que tinham como objetivo atrapalhar a inserção policial dentro do parque.

Uma cisão entre as formas de trabalho acontecia de maneira velada nesse momento, pois esta era uma tarefa esquematizada em sua maioria pelos homens da ocupação, enquanto as mulheres ajudavam, por exemplo, mas não apenas nisso, na distribuição de baldes d'água dentro da ocupação para terem um local onde jogar as bombas de gás, de modo a minimizar seus efeitos.

Já grupos fundamentados nas concepções políticas de inserção no sistema e de uma possível transformação deste, de dentro para fora, elaboravam a resistência de outras formas como acorrentarem-se às árvores, filmar as ações policiais de modo a intimidá-los contra possíveis abusos policiais e produzir material acerca da ação para futura publicização e demonstração social do que vinha acontecendo.

No momento da eminência da tentativa de segunda invasão policial, que não se concretizou devido a uma vitória judicial dos representantes jurídicos do movimento, um grupo de pessoas se acorrentou às árvores de modo a estabelecer uma forma de resistência passiva dentro da ocupação, onde estavam unidos às árvores por uma corrente fechada em torno de seus corpos por um cadeado. Alguns amarravam a corrente em seus pescoços e outros em seus pulsos, mas me marcava a capacidade de ação encontrada por estes sujeitos num momento de tamanha tensão e eminente conflito.

Nesse momento, as ruas no entorno da ocupação já haviam sido bloqueadas e estavam nas ruas apenas os ocupantes do Cocó e, ao fim da rua, o batalhão da Polícia Militar da cidade e da Guarda

Municipal de Fortaleza, à espera das ordens de invasão (Ver Figura 25). Alguns ocupantes que não podiam ficar trancados no acampamento ficaram ao lado de fora, protestando e filmando a movimentação juntamente com alguns jornalistas que também estavam naquele local.

Figura 25: Momentos antes da desocupação do Parque do Cocó.



Fonte: Júlia Lopes, Jornal O Povo em 04/10/2013.

Ver essa divisão grupal estabelecida nessa avenida de grande tráfego na cidade, que nesse momento estava desobstruída, foi um momento em que percebi o quão claro era o conflito que estava prestes a acontecer.

Músicas eram ecoadas dentro do acampamento tendo em vista fazer daquele momento uma junção de forças e fortalecimento da resistência que estava prestes a começar:

Pisa ligeiro, pisa ligeiro, quem não pode com a formiga não assanha o formigueiro. Pisa ligeiro, pisa ligeiro, quem não pode com a formiga não assanha o formigueiro. Quem não pode com a formiga não assanha o formigueiro, quem não pode com a formiga não assanha o formigueiro.

Esta era um das músicas cantadas no acampamento, música de origem indígena que era puxada por índios Tapeba, que se juntaram ao acampamento – no momento da invasão – para fortalecer a luta e as formas de resistência. Tendo a oportunidade de ver o ônibus trazendo os índios Tapeba ao parque e estes descendo e cantando músicas como essa me fez sentir estar em uma espécie de “Canudos” urbano. Estar sitiado dentro da ocupação, estando do lado de fora: a polícia, os juízes, a mídia e alguns integrantes do movimento que não se estabeleceram dentro da ocupação, colocou essa comparação aos meus olhos para imaginar essa situação dentro da qual o acampamento se encontrava.

Isso me fez pensar na situação de anomalia social que o acampamento se inseria naquele momento, onde grupos que diariamente são renegados socialmente e excluídos sócio politicamente estavam “juntos” entorno de uma causa particular: o Parque do Cocó.

O acampamento se apresentava a mim como espaço de alteridades diversas, de encontro face a face que possibilitaria a emergência de vários sujeitos na construção daquele ambiente. Em entrevista, João Alfredo relatou o que havia acontecido no Ocupe Cocó:

Uma certa experiência que eu chamo de uma ágora contemporânea, de democracia direta, porque todas as questões eram debatidas em círculo, em roda nas reuniões das quais participavam tanto os que estavam acampados quanto os que estavam apoiando mais de perto, e aí não se interessava se um era parlamentar e se outro era um jovem secundarista, ali todos tinham voz e todos tinham direito a falar, a definir e a votar (Trecho de Entrevista com João Alfredo).

Esta declaração diz respeito à organização do Movimento Ocupe Cocó, no qual havia um complexo sistema organizacional de modo a operacionalizar as reuniões e “dar voz” a multiplicidade dos agentes envolvidos naquela situação.

Durante as imersões em campo ficava espantado e impressionado com o potencial de organização do movimento, tanto no que diz respeito à realização das tarefas cotidianas como na elaboração de reuniões (assembleias), que duravam horas, mas que agregavam discursos tão variados como os componentes que compunham esse movimento.

A atividade de pesquisa me fazia sempre refletir sobre minhas percepções, a fim de não me deixar levar pelas pré-noções en-

contradas em campo ou figuradas no sistema de relações existentes no acampamento.

Nos primeiros dias em campo, tentava sempre não engessar minhas percepções iniciais e diariamente comparar os fatos que mais me chamavam atenção com fatos parecidos, que haviam ocorrido anteriormente, de modo a estabelecer maneiras de não cristalizar minhas primeiras impressões que, devido a motivações pessoais e afinidade com a questão ambiental, poderiam substancializar de maneira romantizada minhas apreensões.

Os primeiros conflitos por mim vivenciados foram reveladores das relações estabelecidas dentro do acampamento, pois me forneceram os mecanismos de classificação existentes dentro das relações sociais estabelecidas entre determinados sujeitos da ocupação.

O Movimento tinha características internas interessantes para se pensar os mecanismos de adesão e classificação dos ocupantes a partir de suas relações diárias dentro do acampamento.

Deve-se ressaltar que havia formas de classificação conflituosa dentre os acampados. Uma hierarquização dos acampados como forma de classificação da militância, entre alguns, onde uma linearidade de luta e resistência era estabelecida com base na quantidade de tempo de permanência dentro da ocupação.

Esses sistemas de classificação vinham à tona sempre de um conflito entre os ocupantes ou dentro de uma discussão sobre de-

terminado assunto que se julgasse importante. Frases como *Eu estou aqui desde o começo, e você chega agora e quer vir falar?* eram afirmadas por determinados ocupantes, a fim de estabelecer o processo de hierarquização entre os que estão há “mais tempo na luta” do que outros. Nesse sentido, a construção de categorias – como “*ser de luta*” dentro do contexto de sua produção – são reveladoras dos conflitos existentes e da produção de posições sociais dentro do acampamento.

Em entrevista com um participante da ocupação, o seguinte relato se faz revelador desse processo de diferenciação:

A gente chegou acho que tava no quarto dia de ocupação e já tinha a galera que era “antiga na ocupação”. Então chegava de noite se fazia aquela reunião em roda, se discutia, cada um tinha o direito de falar o que quisesse, mas quem tava lá antes, podia dizer: “não a gente combinou que foi assim”, tipo assim eles tinham a palavra, meio, que final. Isso foi no começo, quando foi passando o tempo eu fui me tornando uma pessoa “antiga” [...] A unificação se dava assim [...] Era uma hierarquia de quem tava aqui há mais tempo tem direito de falar, você que chegou agora, por favor, e eu acabei ficando assim também porque a gente chegava e eu sabia que tinha reunião [...] e quando chegava alguém querendo dizer como que a gente devia fazer o acampamento, todo mundo olhava pra cara da pessoa e tipo: quem é você? Chegou agora e já tá dizendo ou então a gente desconfiava que era policial infiltrado (Entrevista com Ocupante do Acampamento).

O relato acima faz menção ao modo como se estabeleciam as relações sociais dentro do acampamento Ocupe Cocó, uns sistemas de relações atravessadas por formas de conflito que estabelecem as interações e as uniões de sujeitos em torno de objetivos diferenciados.

Esse contexto me fez pensar na posição elaborada por Elias e Scotson (2000), quando discute acerca dos *estabelecidos e outsiders*. O referido autor faz uma discussão de como a dimensão temporal de estabelecimento na localidade de Winston Parva por antigos moradores fazem destes “portadores” de um poder de nomeação e locação dos indivíduos dentro de determinadas esferas sociais de prestígio dentro do bairro.

O acampamento, assim como a comunidade estudada por estes autores, trazia consigo uma homogeneidade que se fazia resultado de um processo de disputas e conflitos sociais que se demarcavam em várias frentes.

Não se quer demonstrar que os acampados do Cocó construíam uma imagem de homogeneidade para a população e internamente eram desagregados. Seria no mínimo ingênuo pensar assim. Pretende-se demonstrar que o consenso do discurso construído para a população exterior ao acampamento era produzido sob as relações de poder que obedeciam às formas de classificação e hierarquização específicas.

Este foi um momento que me chamou bastante atenção, pois revelou esses esquemas de classificação. Em certa ocasião estava sentado observando uma oficina de yoga, enquanto um ocupante do Ocupe Cocó se aproximou e perguntou: *Cara, tu é sociólogo né?*. Respondi que sim e iniciamos uma conversa. Ele declarou que pela minha formação eu deveria entender como é a difícil relação entre os seres humanos. Sentindo, em sua fala, uma clara chateação, perguntei se algo estava acontecendo e ele disse: *Estou quase desistindo. Tem dias que vou pra casa e penso porque que estou fazendo isso, aí penso de novo e volto.*

Nesse momento, tentei perceber o que ele estava me dizendo de maneira a codificar essa declaração dentro da estrutura de organização do acampamento. Para entendermos essa fala temos de inseri-la no contexto de sua produção e do enunciador, que é particular e ocupa uma posição específica dentro do acampamento.

Gilberto, rapaz branco, alto, simpático e com uma voz suave chegou ao acampamento oferecendo ajuda e se disponibilizando em variadas atividades no local. De origem de família de grande poder econômico, Gilberto trazia consigo o *ethos* cultural da classe a que pertence, o modo como se alimenta, como se senta às reuniões, a maneira de falar e os modos mais triviais de se comportar tão pertencentes a uma classe específica. Esse *habitus* enraizado nas formas de ser de Gilberto é a base sob a qual se sustentará nossa análise da situação anteriormente referida.

Gilberto trazia consigo marcas de sua origem social, por mais que ele se adequasse às normas do acampamento, as marcas de sua origem estavam incorporadas em si, configurando o que Bourdieu denomina *hélix corporal*, quando o “corpo feito *habitus*” reflete seu processo de socialização nas suas formas mais simples de vivência.

A *hélix corporal*, desse modo, é composta de um capital físico ou corporal, correspondente a uma trajetória individual, mas inserida numa dimensão coletivizada de interação. Um poder de retenção corporal das características e modos socialmente apreendidos através da trajetória pessoal do indivíduo em sua sociedade, tal como afirma Montagner (2006).

Retornando à conversa entre mim e Gilberto, perguntei qual o motivo de sua chateação e ele disse que não importava o quanto se esforçasse ou se doasse, ele nunca seria aceito plenamente dentro do acampamento, pois era sempre visto como “o riquinho”, o diferente.

Esse contexto me fez pensar que o fato de Gilberto não partilhar das mesmas experiências criava uma forma de cisão no seu processo de socialização dentro do acampamento. No entanto, deve-se discutir novamente a influência do *habitus* bourdieusiano dentro da nossa discussão, pois este se constitui de estruturas estruturantes que podem ser concebidas como derivadas de estruturas

estruturadas, assim como menciona o referido autor, envolvendo disposições e agenciamentos para percepções, pensamentos e ações.

Assim, pretende-se perceber percepção como mecanismo de classificação e também pensamento e ação. Desse modo, o habitus não se insere apenas nas ações dos indivíduos, como já se discutiu, mas também nos esquemas de classificação destes e dos grupos a que pertencem.

A plena inserção de Gilberto no grupo, portanto, tinha dificuldades que extrapolavam as diferenças de ações e comportamentos entre ele e o grupo referido, mas que se configurava nos esquemas de classificação social de cada um destes que, diferentes em sua essência de socialização primária, criavam obstáculos sociais de interação e aceitação.

A romantização das relações estabelecidas no acampamento parecia ter sido desfeita para mim, pois me veio claramente que a grande organização existente era resultado de um processo relacional que traz consigo formas de conflito e aceitação importantes para a organização e funcionamento do Movimento, consenso produzido nos conflitos cotidianos de interação entre a diversidade de sujeitos ali inseridos.

O conflito aqui é entendido como matriz da organização e estabelecimento das relações sociais existentes no acampamento, ferramenta na qual se estabelece mecanismos de sociação. Conflito

entendido aqui como meio destinado a resolver dualismos divergentes, em uma maneira de conseguir algum tipo de unidade, de coesão, que – através do aniquilamento de uma das partes ou do consenso destas – nas palavras de Simmel:

O indivíduo não atinge a unidade de sua personalidade exclusivamente por uma harmonização exaustiva, de acordo com as normas da lógica, objetivas, religiosas ou éticas, do conteúdo de sua personalidade. Ao contrário, contradição e o conflito não apenas precedem esta unidade, mas são nele operativos a cada momento de sua existência. Da mesma forma, não existe provavelmente nenhuma unidade social onde as correntes convergentes e divergentes entre os seus membros não estejam inseparavelmente entrelaçadas.

Desse modo, o conflito foi entendido como incorporado ao sistema de relações sociais estabelecidos internamente ao coletivo ao qual o indivíduo se refere, ou seja: constructos de relações sociais, que estabelecem maneiras de organização e articulação dentro da cidade e também do parque, enquanto espaço público de encontro com o diferente, com o não normatizado, com o insurgente.

Escolheu-se analisar as formas de conflito dentro do acampamento Ocupe Cocó na última parte da pesquisa, pois o conflito foi uma categoria que permeou a pesquisa em todas as etapas desta. A cidade e o Parque do Cocó, por consequência, refletem em si mecanismos de disputas que revelam uma nova forma de relações sociais. Uma cidade em uma constante disputa, numa espécie de

reivindicação contínua pelo direito a cidade, como direito conquistado e ampliado de uma noção de cidadania, que também é conflituosa em seus meios de mudança.

O conflito, então, estabelece uma linha sob a qual é possível relacionar a disputa pela cidade e a disputa pelo parque, pois é um mecanismo diante do qual se estabelecem coalisões pela disputa em torno do uso da cidade/parque (coalisão de variados grupos em torno do Ocupe Cocó, por exemplo) e fomentam mecanismos de construção de noções de grupo entre os “aspirantes” a usuários deste espaço em questão.

O parque é, portanto, um espaço pensado para usos específicos com sujeitos objetivados, mas que encontram na insurgência cotidiana formas de uso que extrapolam a definição de legitimidade e que estabelecem novas formas de aceitação e de construção de identidades dentro deste espaço.

No momento de estada, um discurso me chamou atenção e refletiu a concepção de conflito como modificador do campo social a que se refere. No dia anterior à desocupação, dia 03/10/2013, estava havendo comunicações e formas de organização para o dia seguinte. Pessoas variadas pegavam o microfone de modo a dizer opiniões e mensagens aos demais acampados, mensagens geralmente de positividade e força ao movimento.

Uma mensagem me chamou atenção, pela grande recepção dentre os acampados. Ao subir no palco, que geralmente era utilizado para informes e demonstrações artísticas, um acampado declamou os seguintes versos:

*Não quero regra nem nada
Tudo tá como o diabo gosta, tá,
Já tenho este peso, que me fere as costas,
e não vou, eu mesmo, atar minha mão.*

*O que transforma o velho no novo
bendito fruto do povo será.
E a única forma que pode ser norma
é nenhuma regra ter;
é nunca fazer nada que o mestre mandar.
Sempre desobedecer.
Nunca reverenciar.*

O campo, naquele momento, deixou de ser o Parque do Cocó e se inseriu na construção da vida em sociedade, que é permeada por conflitos sociais desde sua formação.

Ao longo deste trabalho, tentou-se mostrar as forças de produção da cidade e as relações existentes nesse processo histórico. Conflitos variados foram mencionados, entre sujeitos, instituições e, entre estes, uma multiplicidade de enfrentamentos, que se tentou uni-los em um, mas que se sabe, não obteve completo êxito.

A cidade, desse modo, deve ser pensada como resultado desse processo de junção e conflito diário. Contexto caótico em sua aparência, mas ordenado dentro de uma ideia de urbanidade que abarca a diferença e agregue os conflitos nela inseridos como força motriz da produção de uma cidade mais democrática e receptiva às demandas sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa chegou às considerações, que se apresenta não como argumentos finalizadores da discussão, mas como dispositivo de debate cujas provocações podem ser reveladoras de novas formas de perceber o campo e seus sujeitos.

Deflagraram-se os atores e as relações responsáveis pelas formas de apreensão da cidade e da natureza urbana, procurando entender como se pensou a cidade e como nela se desenvolveu a economia.

Analisou-se a produção urbana da capital cearense, os sujeitos envolvidos nesse processo e as relações de poder e formas de apreensão social do urbano existente nesse contexto, analisando a relação entre o ser humano e o meio ambiente como uma construção social dentro da qual se estabeleceu mecanismos e formas de apreensão da cidade que são fundamentais para o entendimento da produção e dispersão dos sujeitos da urbe.

Apreendeu-se que as formas de relação entre ser humano e meio ambiente urbano na cidade de Fortaleza trazem consigo relações de poder e percepção social que influem na forma de desenvolvimento urbano da cidade.

Desse modo, o Parque Ecológico do Cocó se insere como resultado de um processo histórico que interliga especulação imobiliária a diferenciados fatores, tais como: a) desenvolvimento ur-

bano da cidade, que inseriu aquele espaço dentro de uma lógica de investimento de recursos variados; b) junção de investimentos públicos e privados, tendo em vista desenvolver aquela região para o consumo; c) inserção do meio ambiente como mercadoria urbana a ser vendida, onde a mudança de percepção da sociedade em relação ao meio ambiente fez surgir dentro do sistema econômico capitalista um novo produto: o verde, mercadoria de ressignificação da relação cidade-natureza e estabelecadora de novas relações sociais dentro de um espaço urbano.

Uma cidade planejada e elaborada de acordo com interesses específicos e que revela um sistema de hierarquização social dentro de sua estrutura, que dispõe os sujeitos de acordo com as relações de poder historicamente estabelecidas e que faz do espaço urbano um campo de domínio e aplicação de uma imposição normativa das formas de uso e apropriação da cidade se reflete e nasce dentro do processo de pesquisa. Todavia os sujeitos objetos dessas intervenções e normatizações não se mostram passivos e inquietos nesse contexto, pois se constatou, na pesquisa de campo, que diariamente existem e reproduzem-se formas de resistência cotidiana às tentativas de homogeneização daquele campo.

Buscando entender como esse contexto de produção da cidade se relaciona com o processo de ocupação cotidiana daquele espaço, e como se constroem as formas de insurgência e ressignifi-

cação do espaço urbano do Parque do Cocó, elaborou-se a segunda parte desta pesquisa.

Caracterizaram-se as formas cotidianas de produção do campo de estudo. Percebeu-se que as formas de conflito pelo uso do parque são complexos históricos dentro do qual seus agentes estão envolvidos, bem como conflitos inseridos nas relações históricas de produção da cidade, mas que elaboram cotidianamente novas formas de embates e demarcações de fronteiras de tensão dentro desse espaço.

Foram analisadas as várias formas de conflito e resistência existentes cotidianamente dentro do Parque do Cocó. Uma categorização dos variados usos existentes naquele campo foi elaborada, pois estes são diferenciados e trazem consigo relações sociais e históricas que variam de acordo com a classificação social dos usos e dos usuários que os praticam.

Percebeu-se que o conflito assume diferentes formas quando das relações entre sujeitos dentro do Cocó. Usos diferenciados, de sujeitos diversos e com relações de poder específicas se estabelecem de modo a criar um complexo jogo de relações sociais de aceitação e proibição dentro do espaço referido.

Categorias foram elaboradas a partir das pesquisas de campo, em que os usos foram categorizados e assumiram formas de classificação específicas, como: a) *usos permanentes*, que são pratica-

dos por moradores do entorno do parque, caminhantes e moradores das margens do rio; b) *Usos esporádicos*, elaborados por pescadores e lavadeiras; c) *Usos imediatos*, que são estabelecidos por grupos de contestação, tais como movimentos sociais e partidos políticos.

Conflitos e negociações são estabelecidos no processo diário de apropriação e atribuição de sentido daquele espaço pelos usos acima descritos. Porém percebeu-se que formas variadas de conflito existem naquela região. Conflitos que se revelam na esfera pública da mídia e das grandes preocupações urbanas, tais como a construção do viaduto no entorno do Parque do Cocó, por exemplo, encobrem formas microscópicas de conflitos cotidianos estabelecidos nas relações diárias dos sujeitos que utilizam aquele espaço. Além de conflitos reguladores das formas de relação e apropriação do campo, incrustado nas práticas sociais do parque, e nas suas formas de apreensão pelos sujeitos ali inseridos.

A análise desses processos de interação revelaram ferramentas de entendimento da realidade do parque, que permitem inseri-lo num contexto de disputa pela cidade e seus espaços públicos. Uma realidade objetiva ancorada num longo processo de produção da cidade e, por consequência do parque, processo que configura e resulta na criação de usos específicos e normatizados para determinadas áreas, mas que não impedem formas de resignificação dos sujeitos ali inseridos e modelos de insurgência a uma realidade

posta de maneira legalizada, mas não legitimada nas formas de socição cotidianamente estabelecidas.

O Parque do Cocó, desse modo, revelou-se na pesquisa como espaço metonímico, que reflete a disputa pela cidade. Um conflito que coloca em questão as formas de produção e apropriação do espaço urbano. Assim, o parque reflete uma luta coletiva e histórica por direitos e levanta uma questão para sociedade: que cidade se deseja e a quem é reservado o direito de se apropriar dela?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AÇÃO Civil Pública nº 064/2007; Ref.: Procedimento Administrativo nº 1.15.000.001348/2006-30. p. 6.

AGIER, Michel. **Antropologia da cidade**: Lugares, situações, movimentos. São Paulo: Editora terceiro nome, 2011.

ARAÚJO, Ana Maria Matos; CARLEIAL, Adelita Neto. Oportunidade e miséria nos bairros de Fortaleza. Scripta nova. In: **Revista electrónica de geografía y ciencias sociales**. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de agosto de 2003, vol. VII, num, 146(030). [ISSN: 1138-9788]. Disponível em: <[http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-146\(086\).htm](http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-146(086).htm)>. Acesso em: 28 set.2008.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. São Paulo: Forense/Edusp. 1981.

AZAÏS, Christian; KESSLER, Gabriel; TELLES, Vera da Silva (orgs.). **Ilegalismos, cidade e política**. Belo Horizonte: Fino Traço Editora, 2012.

BAKHTIN, M.; VOLOCHINOV, V. N. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1981.

BARREIRA, Irllys. **Cidades narradas**: Memória, representação e práticas de turismo. Editora Pontes: Fortaleza, 2012.

BARROS, José D'Assunção. **Cidade e História**. Petrópolis: Editora Vozes. 2007.

BECKER, Howard. **A escola de Chicago**. Mana [online]. 1996, vol.2, n.2, p. 177-188. [ISSN 0104-9313].

BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**: tratado de Sociologia do conhecimento. Petrópolis: Vozes, 1973.

BOURDIEU. Pierre. **As Regras da Arte**: Gênese e Estrutura do Campo Literário. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

BOURDIEU. Pierre. *et al.* **Ofício de sociólogo**: metodologia da pesquisa na sociologia. Petrópolis: Editora Vozes, 2004.

BOURDIEU. Pierre. **O poder simbólico**. 12 Ed. Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, 2009.

BOURDIEU. Pierre. **Razões práticas**. Sobre a teoria da ação. Campinas, SP: Papyrus, 1996.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de Muros**: crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: Edusp, 2000.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. A (re)produção do espaço urbano. São Paulo: EDUSP, 1994.

CASTELLS, Manuel. **A Questão Urbana**. Rio Janeiro: Paz e Terra, 1983.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**: a era da informação, economia, sociedade e cultura. Tradução de Roneide Venâncio Majer. São Paulo: Paz e Terra, 1999. (v. I).

CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano** - Artes de fazer. Rio de Janeiro. Editora Vozes. 3ª edição. Vol.1, 1994.

CORBIN, Alain. **O território do vazio**: A praia e o imaginário ocidental. São Paulo. Companhia das letras. 1989.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. 3.ed. São Paulo: Ática, 1995 (1989).

COSTA, Ademir da Silva. **Demandas do movimento ambiental por áreas verdes em Fortaleza**. 2011. 360 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Centro de Ciências, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2011.

COSTA, Antonio Maurício Dias da . **Lazer e Sociabilidade**: usos e sentidos. 1. ed. Belém: Editora Açaí, 2009.

DAGNINO, E. (Org.); ALVAREZ, S. E. (Org.); ESCOBAR, A. (Org.). **Cultura e Política nos Movimentos Sociais Latinoamericanos**: Novas Leituras. 1. ed. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2000. v. 1. 538 p.

DANTAS. Eustógio Wanderley Correa. **Mar à vista**: Estudo da maritimidade em Fortaleza. Fortaleza: Museu do Ceará / Secretaria de Cultura e desporto do Ceará, 2002.

DESCOLA, Philippe. **As lanças do crepúsculo**. São Paulo: Cosac Naify, 2006.

ELIAS, Norbert. **A sociedade de corte**. Rio de Janeiro: Zahar editores, 2001.

ELIAS, Norbert. **A Sociedade dos Indivíduos**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1994.

ELIAS, Norbert.; SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

FORTUNA, Carlos; LEITE, Rogério Proença (orgs.). **Plural de Cidade**: novos léxicos urbanos, Coimbra, Ed. Almedina, 2009.

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. Rio de Janeiro, Vozes. 1972.

FOUCAULT, Michel. **A história da loucura na idade clássica**. São Paulo. Editora perspectiva. 1972.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**: nascimento da prisão. 2005. Petrópolis, Vozes.

FREITAS, Clarissa F. Sampaio. **A produção desequilibrada do meio ambiente urbano de Fortaleza e o papel do movimento ambientalista**. Ambient. soc., Campinas, v. 7, n. 1, Jun. 2004. Disponível em: <http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro2/GT/GT11/gt11_clarissa_freitas.pdf>. Acesso em: 07 mar.2010.

FUCK JÚNIOR, Sérgio Cesar de França. As condições desiguais de acesso à moradia em Fortaleza, Brasil. Scripta Nova. In: **Revista electrónica de geografía y ciencias sociales**. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de agosto de 2003, vol. VII, núm. 146(086). Disponível em: <[http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-146\(086\).htm](http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-146(086).htm)>. [ISSN: 1138-9788].

GEERTZ. Clifford. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1989.

GOFFMAN, Erving. **A Representação do Eu na Vida Cotidiana** – Petrópolis: Vozes, 2011.

GOUDSBLOM, Johan. La teoria de La civilización crítica y perspectiva. In: WEILER, Vera. **Figuraciones em processo**. Fundacion social. Santafé, Bogotá, 1998.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Os (des) caminhos do meio ambiente**. 14. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

HAESBAERT, Rogério. O espaço importa: dilemas da construção identitário territorial na contemporaneidade. In: BASTOS, Liliana Cabral e LOPES, Luiz Paulo da Moita (orgs.). **Estudos de Identidades: entre saberes e práticas**. Rio de Janeiro: Garamond, 2011

HENRIQUE, Wendel. **O direito à natureza na cidade**. Salvador: EDUFBBA, 2009.

HIRATA, Daniel Veloso. **Sobreviver na adversidade**: entre o mercado e a vida. Tese de Doutorado, São Paulo: USP, 2010.

HOWARD, Ebenezer. **Cidades-Jardins de amanhã.** Tradução: Marco Aurélio Lagonego, Introdução: Dácio Araújo Benedito Otoni. São Paulo, Estudos Urbanos, Série Arte e Vida Urbana, Hucitec, 1996.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

KAMINSK, Ricardo da Silva. **Democracy failure, reboot the system: democracia radical e poder na cultura política dos ocupies.** São Paulo, ANPOCS, 2013. Disponível: <http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=8414&Itemid=429>. Acesso em: 28.set 2013.

LEFEBVRE, Henri. **O Direito à Cidade.** 1 ed. São Paulo: Moraes, 1991. (p. 96-109).

LEITE, Rogerio Proença. Contra-usos e espaço público: Notas sobre a construção social dos lugares na manguetown. In: **Rev. Bras. Ci. Soc.** Vol.17 n0.49 São Paulo. Jun/2002.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **O suplico do Papai Noel.** Cosac Naify, São Paulo. 2008.

LIMA, Francisco Janilson Ferreira Lima. **Sociedade e natureza na primeira etapa de criação do Parque do Cocó e entorno** - Fortaleza / CE. 2007.

LOPES, Gleison Maia. **Os usos invisíveis do Parque Ecológico do Cocó.** Monografia apresentada ao Curso de Ciências Sociais como requisito de obtenção de título de bacharel. Fortaleza, 2011.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. **Festa no pedaço:** Lazer e Cultura Popular na Cidade. São Paulo: Brasiliense, 1984.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. **O lazer na cidade.** Texto apresentado ao Condephaat para fundamentar o processo de tombamento do Parque do Povo. São Paulo, 4 de julho de 1994. Disponível em: <<http://www.n-a-u.org>>. Acesso em: 19 jun. 2009.

MALINOWSKI, Bronislaw Kasper. **Argonautas do Pacífico Ocidental:** um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné melanésia. 2.ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Os Pensadores).

MARTINS, JOSE DE SOUSA. **A sociabilidade do homem simples:** Cotidiano e história na modernidade anômola. 3º ed. São Paulo: contexto, 2011.

MARX, Karl. **O capital.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.

MATTOS, Geísa. **A favor da comunidade:** Modos de viver a política no bairro. São Paulo; Editora Pontes, 2012.

MEYER, Regina Maria Proserpi. Segregação espacial: Brasília. In: BLAY, Eva Alterman (org.). **A luta pelo espaço:** Textos de sociologia urbana. Petrópolis, Editora Vozes Ltda. 1978.

MISSE, Michel. **Malandros, marginais e vagabundos: a acumulação social da violência no Rio de Janeiro.** Tese de doutorado. Rio de Janeiro: Iuperj, 1999.

MOLINA, Arthur. Os males do crescimento das cidades: Ciência para suas soluções? In: **Revista Observatório das Metrópoles**. Disponível em: <http://observatoriodasmetropoles.net/index.php?option=com_content&view=article&id=1608&catid=45&Itemid=88%E2%8C%A9=pt>. Acesso em: 28 mai.2013.

MAIA, Geimison. Governo vai debater modelo de preservação do Cocó. In: Jornal O POVO. 26 de Jun. de 2012. Disponível em: <<http://www.opovo.com.br/app/opovo/fortaleza/2012/06/26/noticiasjornalfortaleza,2866285/governo-vai-debater-modelo-depreserva-cao-do-coco.shtml>>.

MONTAGNER, Miguel Ângelo. **Pierre Bourdieu, o corpo e a saúde**: algumas possibilidades teóricas, Rio de Janeiro. Ciência e Saúde Coletiva 11(2): 515-526.

MONTEIRO JUNIOR, Francisco Helio. **Fortaleza na ponta do anzol**. 2008. 130f. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade Federal do Ceará, Departamento de Ciências Sociais, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Fortaleza-CE, 2008.

NOTTINGHAM, Patrícia Carvalho. **Tempos verdes em Fortaleza: experiência do movimento ambientalista (1976-1992)**. 2006. 203 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Ceará, Departamento de História, Programa de Pós-Graduação em História Social, Fortaleza-CE, 2006.

OTTONI, D.A.B. Cidade jardim: formação e percurso de uma idéia. In: HOWARD, E. **Cidades–Jardins de amanhã**. São Paulo, Hucitec, 1996. 211p.

PALMEIRA, Moacir e GOLDMAN, Marcio (orgs.). **Antropologia, Voto e Representação Política**. Editora Contracapa, 1996.

PARK, Robert E.A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano. In: VELHO, Otávio G. (org.). **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro, Zahar, 1967.

PINTO, Louis,. **Pierre Bourdieu e a teoria do mundo social**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2000.

RODRIGUES, Tiago Nogueira Hyra; Chagas. **CONTANDO AS VIOLÊNCIAS**: Estudo de narrativas e discursos sobre eventos violentos em Florianópolis (SC). Dissertação de Mestrado. FLORIANÓPOLIS, 2006.

ROLNIK, Raquel. Democracia no fio da navalha. In: **Revista Eure**, Vol. XXXV, No 104, abril 2009.

SANTOS, Milton. **Metrópole corporativa fragmentada**: O caso de São Paulo. 2ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova**. São Paulo: Hucitec, 1986.

SANTOS, Elizete de Oliveira. In: **Rev. GEOMAE**. Campo Mourão, PR. V.2. p.13 – 40, 2011.

SEMACE. **Proposta de proteção, conservação e recuperação do Rio Cocó**. Fortaleza, 2003.

SIDRIM, Nayara Braz. **A questão da delimitação do Parque Ecológico do Rio Cocó**: limites entre o construir e o preservar. considerações sobre o direito de propriedade e o direito ambiental. Monografia apresentada no departamento do curso de Direito da Universidade Federal do Ceará-UFC, 2010.

SILVA, Armando. **Imaginários Urbanos**. São Paulo. Perspectiva; Bogotá. Coleção: Convênio Andrés Bello. 2001.

SIMMEL, Georg. **Sociologia**. FILHO, E.M (Org.) São Paulo: Ática, 1983. (Coleção grandes cientistas sociais).

SIMMEL, Georg. A metrópole e a vida mental. In. VELHO, Otávio. **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro; Zahar editores, 1979.

SIMMEL, Georg, O conflito como sociação. (Tradução de Mauro Guilherme Pinheiro Koury). In: **RBSE – Revista Brasileira de Sociologia da Emoção**, v. 10, n. 30, p. 568-573. ISSN 1676-8965. Disponível em: <<http://www.cchla.ufpb.br/rbse/Index.html>>.

SOUTO FILHO. **Parque do Cocó**: existe de fato e não de direito. O Estado CE. 22 de Janeiro de 2013. Disponível em: <<http://www.oestadoce.com.br/noticia/parque-do-coco-existe-de-fato-e-nao-de-direito>>. Acesso em: 15 mai.2013.

SOARES, Joísa Maria Barroso. **Parque Ecológico do Cocó**: A produção do espaço urbano no entorno de áreas de proteção ambiental. Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente. PROGRAMA REGIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE – PRODEMA. Ed UFC, 2005.

SERRA JUNIOR, Gentil Cutrim; ROCHA, Lourdes de Maria Leitão Nunes. **A Internet e os novos processos de articulação dos movimentos sociais**. R. Katál, Florianópolis, v. 16, n. 2, p. 205-213, jul./dez. 2013.

SLATER, David. Repensando as espacialidades dos movimentos sociais: Questões de fronteira, cultura e política em tempos globais. In: ALVAREZ, Sonia; DAGNINO, Evelina; ESCOBAR, Arturo. (org). **Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos**. Belo Horizonte: UFMG, 2000. p. 503-528.

TELLES, Vera da Silva. **A cidade nas fronteiras do legal e ilegal**. Belo Horizonte, Argymntvm, 2010.

VAN VELSEN J. A análise situacional e o método de estudo de caso detalhado 1967. In: Feldman-Bianco, Bela (org.). **Antropologia das Sociedades Contemporâneas - Métodos**. São Paulo: Editora Global Universitário, 1987.

VELHO, Gilberto. **A Utopia Urbana**: um estudo de antropologia social. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1989.

VELHO, Otávio G. (org.). **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro, Zahar, 1967.

VILLAÇA, Flávio. Efeitos do espaço sobre o social na metrópole brasileira. **Anais do 7º Encontro Nacional da ANPUR**, 1997, p. 1375-1385.

WAGNER, Roy. **A invenção da cultura**. São Paulo: Cosac Naify, 2012.

WALDMAM, Maurício. **Meio Ambiente & Antropologia**. São Paulo: Editora Senac, Série Meio Ambiente, 2006.

WEBER, Max. **Sociologia**. Organizado por Gabriel Cohn.; tradução Amélia Cohn e Gabriel Cohn, São Paulo, Ática, 1979.

WEBER, Max. **Economia e sociedade**: Fundamentos da sociologia compreensiva. Volume 1. Brasília, DF. Editora Universidade de Brasília, 1991.

WEBER, Max. O sentido da “neutralidade axiológica” nas Ciências Sociais e Econômicas – 1917. In: **Metodologia das Ciências Sociais**. Parte 2. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1992.

WENDEL, Henrique. **O direito à natureza na cidade**. Salvador: EDUFBA, 2009.

WHYTE, William Foote. **Sociedade de esquina**: a estrutura social de uma área urbana pobre e degradada. Tradução de Maria Lucia de Oliveira. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2005.

ZALUAR, Alba. **A máquina e a revolta**: as organizações populares e o significado da pobreza. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1985.

ANEXOS

ANEXO I

AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL Nº 54 – CONPAM



AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL Nº 54 – CONPAM

Parque Ecológico do Cocó

VALIDADE : 23,24,25,26, 27 DE JULHO 2012.

Interessado: Gleison Maia Lopes
Endereço:
Bairro:
Município: Fortaleza - Ce

O SR. GLEISON MAIA LOPES, SE COMPROMETE A RESPEITAR AS CONDICIONANTES ABAIXO RELACIONADAS.

POR SER VERDADE FIRMO O PRESENTE.

GLEISON MAIA LOPES
MESTRANDO EM SOCIOLOGIA -UFC

NESTE CASO ESPECÍFICO, O CONSELHO DE POLÍTICAS E GESTÃO DO MEIO AMBIENTE, CONPAM NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES, AUTORIZA Gleison Maia Lopes A REALIZAR NO PARQUE ECOLÓGICO DO COCÓ, LEVANTAMENTO DE DADOS PARA PESQUISA DIRECIONADA AO SEU MESTRADO.

O Parque Ecológico do Rio Cocó é considerado uma **Unidade de Conservação de Proteção Integral** Estadual, caracterizada por um complexo estuarino desenvolvendo-se formas representativas de manguezais, que desempenham funções ecológicas fundamentais para a regulação dos ambientes da região costeira tropical, como:

- amenização do impacto do mar na terra;
- controle de erosão pelas raízes de mangue: estabilização física da linha de costa;
- retenção de sedimentos terrestres de escoamento superficial;
- "filtro biológico" de sedimentos, nutrientes e até mesmo poluentes, o que impede o assoreamento e a contaminação das águas costeiras;

ANEXO II

DIÁRIO OFICIAL

- abrigo de fauna, sendo considerado um "habitat crítico", na forma de berçário para moluscos, crustáceos e peixes. Tendo em vista sua importância ecológica, os mangues são considerados áreas de preservação permanente, conforme a mp 12.651 de 25 de maio de 2012, art. 4º.

CONDICIONANTES:

- Horário de utilização do parque para o levantamento de dados para pesquisa **07:00 às 17:00 horas dos dias 23, 24, 25, 26, 27 de julho de 2012.**
- O Sr. **Gleison Maia Lopes** Fica responsável por:
- Apresentar esta autorização aos policiais da CPMA assim como aos guardas patrimoniais do Parque Ecológico do Cocó.
- **Após a finalização do trabalho de pesquisa, disponibilizar uma cópia para o Acervo documental do Parque Ecológico do Cocó.**
- Facilitar o livre acesso em toda a área onde será realizado o levantamento para a gerência e demais funcionários do parque.
- Não permitir o uso de qualquer material ou substância que possa de alguma forma contribuir para o início de incêndio no interior do Parque do Cocó.
- **Não colocar em risco a vida dos animais silvestres e a da comunidade que frequenta suas trilhas internas.**
- **Tomar cuidado no sentido de saber previamente os locais adequados para que seja realizada a atividade, tendo em vista a presença de abelhas em alguns locais específicos.**
- O **CONPAM**, não se responsabilizará caso o mesmo seja picado por abelhas e animais peçonhentos.
- Garantir a segurança do material a ser utilizado para a realização do levantamento da pesquisa, estando o **CONPAM** isento de qualquer dano, roubo ou furto do mesmo.
- **Responsabilizar-se pelos danos e prejuízos causados ao patrimônio do parque disponibilizado para a atividade, estando obrigado a repor quaisquer estruturas que venham a ser danificadas em virtude de sua realização.**
- O Sr. Gleison Maia Lopes **será penalizado conforme Legislação Ambiental em vigor, caso seja constatado quaisquer danos ambientais ao Parque do Cocó em decorrência do evento realizado.**
- O Sr. Gleison Maia Lopes fica **desautorizado** a praticar qualquer tipo de propaganda/merchandising nas dependências do Parque do Cocó, **sem como utilizar as imagens do Parque do Cocó fora de suas dependências sem a devida autorização.**
- **Gleison Maia Lopes** deverá respeitar as normas e condutas do Parque do Cocó.
- A qualquer momento esta autorização poderá ser suspensa pelo **CONPAM**, caso o mesmo julgue necessário.

Fortaleza, 22 de julho de 2012.

Henriette Maria Santana Pereira da Silva
Gestora do Parque do Cocó

IOCE AGORA TEM GABARITO PARA PUBLICAÇÕES

Imprensa Oficial do Ceará adotará, a partir de 1º de agosto próximo, uma forma mais simples e mais racional para a apresentação das matérias do Diário Oficial e do Diário de Justiça.

Para as matérias dentro de quadros, a disposição do texto fica a critério do autor.

APRESENTAÇÃO DAS MATÉRIAS

As matérias deverão ser entregues já prontas para publicação e poderão ser apresentadas em duas formas:

- em gabaritos fornecidos pela IOCE;
- em arte-final ou fotocópia, em tamanho natural, ou seja, nas dimensões de 23,8cm x 31,0cm ou 23,8cm x 15,5cm. Nestes casos, a composição deverá ser processada, no mínimo, em corpo 8 com entrelinha 0.

Os materiais entregues em gabaritos obedecerão às seguintes instruções:

- os textos devem ser datilografados em máquina elétrica, preferencialmente, ou manual, dentro das margens estabelecidas, em tipo comum (10 ou 12), a espaço 1;
- a datilografia deverá ser limpa, sem erros, rasuras, letras reboladas ou borrosas;
- não serão aceitos textos totalmente em maiúsculas sem com letras sobressaltadas;
- os textos poderão também ser compostos em máquina de espaçamento

proporcional entre letras, em corpo 11 médio e entrelinha 13, com espaçamento.

- hálaxos e demais demonstrações técnicas deverão ser apresentados para a largura de três colunas;
- não serão aceitos textos em tipo manuscrito ou fora das especificações estabelecidas.

ENCAMINHAMENTO

As matérias para publicação poderão ser entregues em um dos postos da IOCE, de segunda a sexta-feira.

Deverá o material ser acompanhado de autorização para publicação. Nos gabaritos, a autorização será feita no local apropriado; no caso de arte-final ou filme, a autorização será redigida em formulário específico.

A inserção do anúncio ocorrerá em página determinada, enquadrando-se, porém, na seção do jornal correspondente a sua classificação. Para página dupla, poderá o anunciante solicitar a publicação na parte central do jornal.

TABELA DE PREÇOS

O valor de publicação será o da tabela em vigor na data de entrega do material na IOCE. O pagamento de inserção poderá ser

feito em dinheiro, cheque nominal à Es ou ordem de pagamento.

RECLAMAÇÕES

A IOCE não se responsabilizará por erros de impressão ou de qualquer natureza. Toda e qualquer reclamação deve encaminhada por escrito, até 5 dias após a publicação do material. Não é a IOCE de quadro de agenciamentos, suas relações públicas são diretamente a clientela. Os erros ou omissões em atos intermuniciais não serão objeto de me por parte da IOCE.

NORMAS FINAIS

Cada anúncio com recibo específico é enviado a um exemplar do jornal que o Ins Reservas de exemplares adicionais dev ser feitas simultaneamente com o envio publicação. Também poderão ser retiradas cópias fotostáticas, sempre que autorizada.

Os textos das publicações serão os dos nominalmente à pessoa jurídica ou física que se referir o teor da matéria.

Não será fornecido orçamento para para matéria apresentada fora das especificações contidas nas presentes instruções, condicionada-se a execução do código, neste caso, no prazo imediato para a publicação.

PODER EXECUTIVO

DECRETO N.º 20.253, de 06 de setembro de 1999

DECLARA DE INTERESSE SOCIAL PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO AS ÁREAS DE TERRA QUE INDICA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 74, item III, da Constituição Federal, fundado no Decreto-Lei 3.365, de 21 de julho de 1964, art. 4.º, inciso II, de 10 de setembro de 1962, e tendo em vista de preservação dos recursos ambientais,

DECRETA:

1.º - Ficam declaradas de interesse social, para fins de

desapropriação, as áreas de terra de propriedade particular, bem como o domínio útil nos casos a seguir, incluindo as escolas, banheiros e serviços nas existentes, situadas no Município de Fortaleza, tal como referido no art. 2.º.

Art. 2.º - As áreas de terra de que trata o art. 1.º são as compreendidas no contorno do Projeto do Parque Ecológico do Cocó, delimitadas graficamente no levantamento aerofotogramétrico da Região Metropolitana de Fortaleza, em escala de 1:10.000 de 1974, que integra o Anexo Único deste Decreto.

Parágrafo Único - As áreas de terra descritas no Artigo anterior destinam-se à implantação do Parque Ecológico do Cocó.

Art. 3.º - Fica a Autarquia da Região Metropolitana de Fortaleza - ALMEF autorizada a proceder amigável ou judicialmente, mediante prévia avaliação por órgão oficial, a desapropriação de que trata este Decreto, devendo a despesa correr por conta de recursos próprios do órgão ou de outros que lhes sejam alocados.

Art. 4.º - A desapropriação de que trata este Decreto não se caracteriza para efeito do disposto no Artigo 15, inciso I, do Decreto-Lei n.º 3.365, de 21 de junho de 1964, combinado com o 1.º e seguintes aplicáveis do Decreto-Lei n.º 1.075, de 22 de maio de 1970.

Art. 5.º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, Fortaleza, aos 06 de setembro de 1999.

TASSO RIBEIRO JERÔNIMO
Adolfo de Marinho Pontes

(Republicado por Inobservância)

(O ANEXO ÚNICO DE QUE TRATA O ART. 2.º DESTA LEI ENCONTRA-SE IMPRESSO NA PÁGINA CENTRAL DESTA EDIÇÃO)

N.º 20.833 DE 06 DE JULHO DE 1999

FUNDAÇÃO ESTADUAL DO BEM-ESTAR DO MENOR DO CEARÁ, crédito suplementar de R\$ 4.375.000,00 e refração da dotação orçamentária consignada em seu vigente orçamento.

GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ, no uso das atribuições que lhe confere o art. 74, III, da Constituição Federal, combinado com o art. 170, II do art. 150 da Lei n.º 9.309, de 23 de maio de 1973, e tendo em vista o art. 4.º, inciso II, do Decreto-Lei n.º 3.365, de 21 de junho de 1964, e tendo em vista de preservação dos recursos ambientais,

DECRETA:

1.º - Fica aberto à FUNDAÇÃO DO BEM-ESTAR DO MENOR DO

CEARÁ, na forma do anexo constante do presente decreto, o crédito suplementar de R\$ 4.375.000,00 (quatro milhões, trezentos e setenta e cinco mil cruzeiros), para refração de dotações orçamentárias consignadas em seu vigente orçamento.

Art. 2.º - Os recursos necessários à execução deste decreto, decorrem de Convênios com o Estado Federal, celebrados entre a Fundação do Bem-Estar do Menor e a Fundação Centro Sesi para a Infância e Adolescência.

Art. 3.º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, aos 06 de junho de 1999. Francisco Castelo de Castro, José Fernandes de Oliveira, Nélio Torres de Sá Bonavides

CL. ORÇAMENTARIA – DESCRIÇÃO – ANEXO ÚNICO A QUE SE REFERE O ART. 1.º DE N.º 20.833, DE 06 DE JULHO DE 1999	
33000 SECRETARIA DA AÇÃO SOCIAL	
33001 FUNDAÇÃO ESTADUAL DO BEM-ESTAR DO MENOR DO CEARÁ	
1881482 2167 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE ASSISTÊNCIA AO MENOR	2.983.
31200003 MATERIAL DE CONSUMO	1.356.
31100003 REMUNERAÇÃO DE SERVIDORES PESSOAIS	675.
31200003 OUTROS SERVIÇOS E ENCARGOS	4.375.
TOTAL DA UNI. ORÇ.	4.375.
TOTAL DA ENTIDADE	4.375.
TOTAL GERAL	4.375.

PODER EXECUTIVO

DECRETO Nº 22.587, DE 08 DE JUNHO DE 1993
DECLARA DE INTERESSE SOCIAL, PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO, AS ÁREAS QUE INDICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições constitucionais e legais e com fundamento no Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de Junho de 1941 e na Lei nº 4.132, de 17 de Setembro de 1962 e:

CONSIDERANDO a necessidade de proteção dos recursos ambientais;

CONSIDERANDO a política de preservação do meio-ambiente estabelecido pela atual Administração, visando uma melhoria na vida da população;

CONSIDERANDO o disposto no art. 225 da Constituição Federal e no art. 229 da Constituição Estadual;

DECRETA:

Art. 1º - Ficam declaradas de interesse social, para fins de desapropriação, as áreas de terra de propriedade particular, com as benfeitorias e serviços neles existentes, situadas no município de Fortaleza, conforme referido no artigo 2º.

Art. 2º - As áreas de terra de que trata o artigo 1º são as compreendidas no trecho entre a Avenida Desembargo de Almeida e do Cocó, delimitadas graficamente no levantamento aerofotogramétrico de Região Metropolitana de Fortaleza, em escala 1:10.000 de 1974, que integra o Anexo Único deste Decreto.

Art. 3º - As áreas de terra descritas no artigo anterior destinam-se à ampliação do Parque Ecológico do Cocó.

Art. 4º - Fica a Superintendência do Desenvolvimento Urbano do Estado do Ceará - SEDURB, autorizada a promover, administrativamente ou judicialmente, mediante posse avulsiva, a desapropriação de que trata o presente Decreto, devendo as despesas com o custo de recursos próprios de entidade ou de outros que lhes sejam associados para tal fim.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

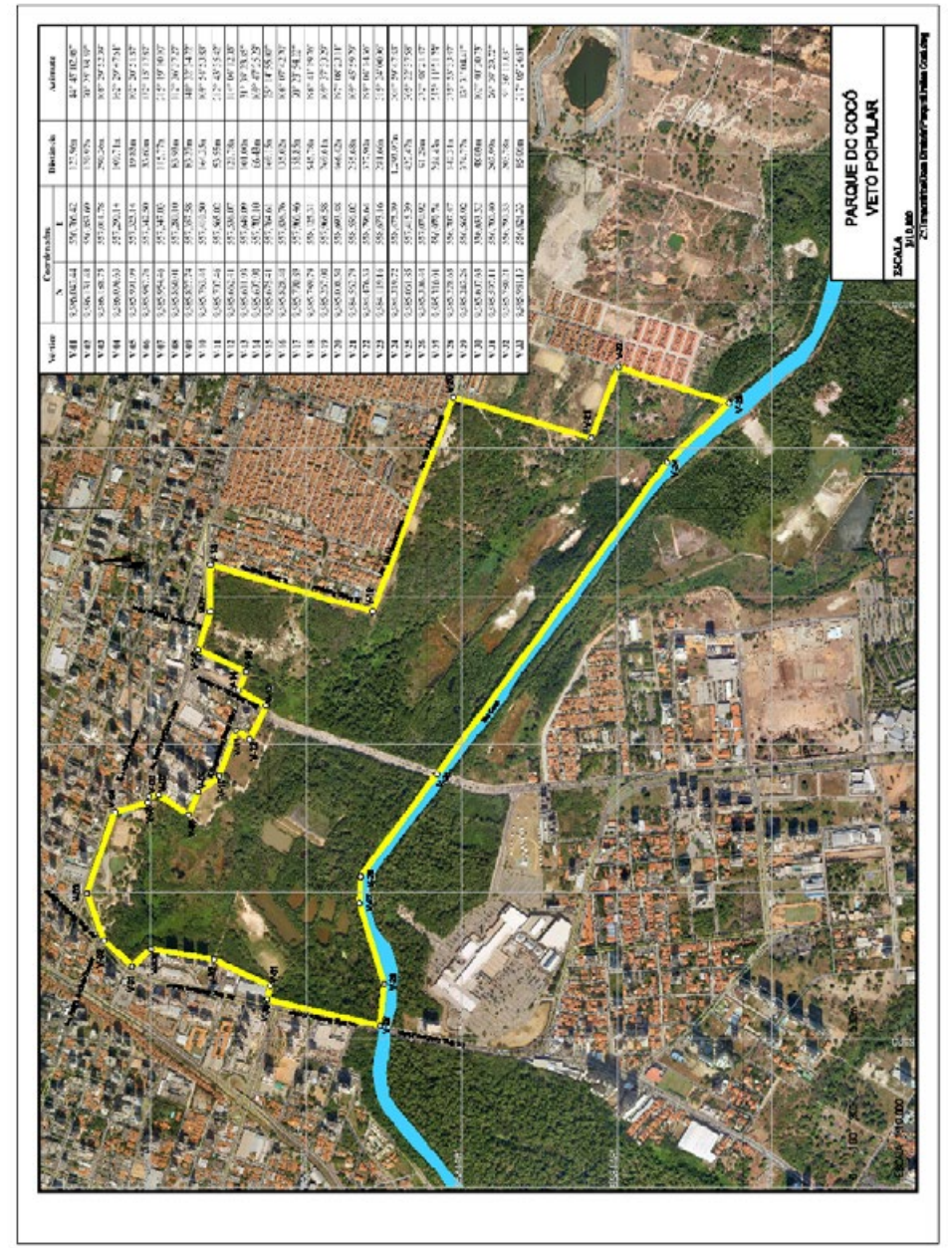
PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, aos 08 de Junho de 1993.

CIBIO FERREIRA GOMES
 MARFISA MARIA DE AGUIAR FERREIRA



ANEXO III

PROPOSTA DE VETO POPULAR





Av. Colares Moreira, 477 - Renascença
CEP: 65075-441, São Luís - MA,
Telefone: +55 (98) 3215-1794
editora@ifma.edu.br | www.editora.ifma.edu.br



**INSTITUTO
FEDERAL**
Maranhão

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-69745-44-0



9 788569 745440